



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLII — Nº 51

TERÇA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 1987

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 53ª SESSÃO, EM 24 DE AGOSTO DE 1987

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicações

— Dos Senadores Guilherme Palmeira e Irapuan Costa Júnior, de que se ausentarão do País.

1.2.2 — Requerimento

— Nº 131/87, do Senador Humberto Lucena e outros Senadores, solicitando que seja realizada sessão especial, dia 28 de outubro vindouro destinada a homenagear a memória do Ministro José Américo de Almeida por ocasião do ano do centenário do seu nascimento.

1.2.3 — Comunicações da Presidência

— Recebimento das Mensagens nºs 146 a 153/87 (nº 243 a 250/87, na origem), pelas quais o Senhor Presidente da República, solicita autorização para que o Estado do Rio Grande do Sul, a Universidade de São Paulo-SP e as Prefeituras Municipais de Indaiatuba-SP, Piracicaba-SP, Santa Rosa de Viterbo-SP e Rio Verde-GO possam contratar operações de crédito, para os fins que especificam.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO, por delegação do PMDB — Política energética brasileira.

SENADOR JAMIL HADDAD, como Líder do PSB — Conquista da medalha de ouro pela

seleção brasileira de basquetebol masculino, nos jogos panamericanos.

SENADOR ITAMAR FRANCO, como Líder do PL — Observância de aspectos na elaboração da nova Constituição.

SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA, como Líder do PDS — Contenção do déficit público. Entrevista concedida à revista *Veja*, pelo economista Pêrsio Arida, intitulada não existem mágicas".

SENADOR CARLOS CHIARELLI, como Líder do PFL — Esclarecimentos sobre noticiário tendencioso, veiculado na edição de hoje, do *Jornal do Brasil*, envolvendo o Ministro das Minas e Energia, Sr. Aureliano Chaves.

1.3 — ORDEM DO DIA

Requerimento nº 75, de 1987, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos regimentais, informações ao Poder Executivo quanto ao contrato de patrocínio à emissora de televisão de Angola, realizado pela Petrobrás, a fim de instruir a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 1978. **Aprovado.**

Requerimento nº 87, de 1987, de autoria do Senador Cid Sabóia de Carvalho, solicitando, nos termos regimentais, informações ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, destinadas a instruir a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 198, de 1983. **Aprovado.**

Requerimento nº 130, de 1987, de autoria do Senador Jamil Haddad, solicitando, nos

termos regimentais, informações, junto ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia, a fim de instruir a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1987. **Aprovado**, após usar da palavra o Senador Itamar Franco.

Mensagem nº 112, de 1987 (nº 176/87, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Ipiatú, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Encerrada a discussão** do Projeto de Resolução nº 115/87, oferecido pelo Senador Ruy Bacelar em parecer proferido nesta data, devendo a votação ser feita na sessão seguinte.

Mensagem nº 141, de 1987 (nº 239/87, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Diadema, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 419.400,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Encerrada a discussão** do Projeto de Resolução nº 116/87, oferecido pelo Senador Jamil Haddad em parecer proferido nesta data, devendo a votação ser feita na próxima sessão.

Mensagem nº 143, de 1987 (nº 240/87, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Jacareí, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 466.000,00 Obrigações do Tesouro Nacio-

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Administrativo
JOSECLER GOMES MOREIRA
Diretor Industrial
LINDOMAR PEREIRA DA SILVA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

| | |
|---------------------------|---------------|
| Semestral | Cz\$ 264,00 |
| Despesa c/ postagem | Cz\$ 66,00 |
| (Via Terrestre) | |
| TOTAL | 330,00 |
| Exemplar Avulso | Cz\$ 2,00 |

Tiragem: 2.200 exemplares.

nal — OTN. **Encerrada a discussão** do Projeto de Resolução nº 117/87, oferecido pelo Senador Nabor Júnior em parecer proferido nesta data.

Mensagem nº 144, de 1987 (nº 24/87, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Penápolis, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 178.571,43 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Encerrada a discussão** do Projeto de Resolução nº 118/87, oferecido pelo Senador Pompeu de Souza em parecer proferido nesta data, devendo a votação ser feita na sessão seguinte.

Ofício nº S/33, de 1987 (nº 53/87, na origem), relativo à proposta para que seja retificada a Resolução nº 362, de 5 de dezembro de 1986, que autorizou o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 7.443.152,00 (sete milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta e dois cruzados). **Encerrada a discussão** do Projeto de Resolução nº 119/87, oferecido pelo Senador Ruy Bacerlar em parecer proferido nesta data, devendo a votação ser feita na sessão seguinte.

Ofício nº S/34, de 1987 (nº 45/87, na origem), relativo à proposta para que seja retificada a Resolução nº 47, de 26 de maio de 1987, que autorizou a Prefeitura Municipal de Palmas, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 3.721.576,00 (três milhões, setecentos e vinte e um mil, quinhentos e setenta e seis cruzados). **Encerrada a discussão** do Projeto de Resolução nº 120/87, oferecido pelo Senador Louremberg Nunes Rocha em parecer proferido nesta data, devendo a votação ser feita na próxima sessão.

Ofício nº S/35, de 1987 (nº 816/87, na origem), relativo à proposta para que seja retificada a Resolução nº 389, de 1986, que autorizou o Governo do Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 3.180.370.480,00 (três bilhões, cento e

oitenta milhões trezentos e setenta mil, quatrocentos e oitenta cruzados). **Encerrada a discussão** do Projeto de Resolução nº 121/87, oferecido pelo Senador Nelson Carneiro em parecer proferido nesta data, tendo usado da palavra o Senador Jamil Haddad, devendo a votação ser feita na próxima sessão.

Ofício nº S/36, de 1987 (nº 167/87, na origem), relativo à proposta para que seja retificada a Resolução nº 399, de 1986, que autorizou a Prefeitura Municipal de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 30.936.265,20 (trinta milhões, novecentos e trinta e seis mil, duzentos e sessenta e cinco cruzados e vinte centavos). **Encerrada a discussão** do Projeto de Resolução nº 122/87, oferecido pelo Senador Louremberg Nunes Rocha em parecer proferido nesta data, devendo a votação ser feita na próxima sessão.

1.3.1 — Comunicação da Presidência

— Referente à constatação de erro ocorrido no item 8 da pauta da presente sessão, que diz respeito à Prefeitura Municipal de Jaguaquara, Estado da Bahia, e não ao Governo do Estado, como consta nos espelhos.

1.3.2 — Matéria apreciada após a Ordem do Dia

— Requerimento nº 131/87, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.**

1.3.3 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR RUY BACELAR — Conclusões do 1º Encontro Estadual do PMDB baiano.

SENADOR MEIRA FILHO — Preservação do monopólio estatal do petróleo.

SENADOR POMPEU DE SOUZA — Despoluição do Lago Paranoá.

SENADOR MARCONDES GADELHA — Criação, em Fortaleza, da Associação dos Maquinistas de Algodão do Nordeste.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Obrigatoriedade e gratuidade do ensino, na valorização do profissional da educação e nos recursos orçamentários para o ensino.

SENADOR NELSON WEDEKIN — Homenagem póstuma ao jornalista José Nazareno Coelho.

SENADOR LAVOISIER MAIA — Fixação de percentual de 5% da receita global da União, para aplicação nas regiões Norte e Nordeste.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Homenagem póstuma ao Monsenhor Eraldo Barbosa de Almeida, Vigário-Geral substituto de Araçaju e Pároco da Cidade de Capela — SE.

SENADOR JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Considerações sobre a cafeicultura nacional. Pleitos dos pequenos produtores de alho do Estado do Espírito Santo.

1.3.4 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se quarta-feira, dia 26, às 10 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATOS DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Nºs 44 a 47, de 1987.

3 — ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

— Nº 194, de 1987.

4 — PORTARIA DO SR. PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL

— Nº 18, de 1987

5 — PORTARIA DO DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

— Nº 22, de 1987

6 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

— Ata da 3ª Reunião Ordinária, realizada em 9 de julho de 1987.

7 — MESA DIRETORA

8 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

9 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 53ª Sessão, em 24 de agosto de 1987

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Srs. Dirceu Carneiro e João Lobo.

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Carlos De'Carli — Áureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — Jarbas Passarinho — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Virgílio Távora — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Marco Maciel — Antonio Farias — Mansueto de Lavor — Teotônio Vilela Filho — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — Gerson Camata — Jamil Haddad — Afonso Arinos — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Ronan Tito — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Souza — Maurício Corrêa — Meira Filho — Lourenberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Rachid Saldanha Derzi — Leite Chaves — Afonso Camargo — José Richa — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — A lista de presença acusa o comparecimento de 54 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. Primeiro-Secretário.

São lidas as seguintes:

Em 21 de agosto de 1987

Sr. Presidente, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no art. 43, alínea a, do Regimento Interno, que me ausentarei dos trabalhos da Casa a partir do dia 23-8-87, para breve viagem ao estrangeiro, em caráter particular.

Atenciosas saudações — **Guilherme Palmeira**.

Of. nº 144/87

Brasília, 19 de agosto de 1987

Senhor Secretário,

Comunico à Mesa do Senado Federal que estarei ausente do País de 23 de agosto a 1º de setembro do corrente ano.

Durante esse período estarei na Europa tratando de assuntos particulares.

Ao ensejo, reitero protestos de minha consideração e apreço.

Atenciosamente, — **Irapuan Costa Júnior**.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — A Presidência fica ciente.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 131, DE 1987

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno, requeremos que em 28 de outubro vindouro seja realizada sessão especial destinada a prestar homenagem à memória do Ministro José Américo de Almeida, por ocasião do ano do centenário do seu nascimento.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 1987. — **Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Raimundo Lira — Jutahy Magalhães — Nelson Carneiro — Ruy Bacelar — Pompeu de Souza — Irapuan Costa Júnior — Meira Filho — Leite Chaves.**

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — De acordo com o art. 279, inciso I, do Regimento Interno, este requerimento será objeto de deliberação após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — A Presidência recebeu as Mensagens nºs 146 a 151, de 1987 (nºs 243 a 248/87, na origem), de 20 de agosto do corrente ano, pelas quais o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 42, item VI, da Constituição, e de acordo com o art. 2º da Resolução nº 93/76, do Senado Federal, solicita autorização para que o Estado do Rio Grande do Sul, a Universidade de São Paulo (SP) e as Prefeituras Municipais de Indaiatuba e Piracicaba (SP) possam contratar operações de crédito, para os fins que especificam.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987, a Presidência designará, oportunamente, os Relatores das matérias.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — A Presidência recebeu as Mensagens nºs 152 e 153, de 1987 (nºs 249 e 250/87, na origem), de 20 do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 42, item VI, da Constituição, e de acordo com o art. 2º da Resolução nº 93/76, do Senado Federal, solicita autorização para que as Prefeituras Municipais de Santa Rosa de Viterbo (SP) e Rio Verde (GO) possam contratar operações de crédito, para os fins que especificam.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987, a Presidência designará, oportunamente, o Relator das matérias.

O SR. PRESIDENTE (João Lobo) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Teotônio Vilela Filho, por delegação da Liderança do PMDB.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PMDB — AL. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Presidente da República participou, há poucos dias, da cerimônia de desvio do Rio São Francisco, dando início efetivo à hidrelétrica do Xingó, a maior e também a última grande usina do sistema CHESF. A cerimônia realizada nas barrancas do São Francisco deu consequência, de fato, ao decreto de criação de um programa de emer-

gência para o setor elétrico do Nordeste, assinado em fins de julho, em Brasília. E, sobretudo, reviveu as esperanças da região de que o racionamento hoje imposto à sociedade nordestina e a seus setores produtivos nem se repita, muito menos se agrave nos próximos anos.

As projeções da CHESF e da Eletrobrás indicam, de fato, para 1993, um nível de risco de racionamento do sistema 80% maior do que o deste ano, quando o Nordeste já enfrenta os problemas conhecidos.

A natureza do ato de Brasília e a cerimônia de Xingó, no entanto, nos levam a reflexões que transcendem a crise nordestina e se constituem mesmo no cerne do problema do setor energético brasileiro.

Dependemos, hoje, de instalação urgente de termoeletricas emergenciais. Dependemos hoje do apressamento de obras que já se arrastam há mais de uma década, como as hidrelétricas de Itaparica. Dependemos, sobretudo, como já mais, de que chova em quantidades suficientes para que o Nordeste não apague de vez. As autoridades do setor energético brasileiro têm procurado antes culpar a natureza pelos problemas desse ano, como se o fator climático da seca nas nascentes do São Francisco, em território mineiro, não houvesse tão somente precipitado o déficit de energia que a própria CHESF já previa desde meados da década de 70.

O Sr. Virgílio Távora — V. Exª permite um aparte, eminente Senador.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Virgílio Távora — Lamentavelmente, estamos chegando no meio da oração de V. Exª, mas fomos felizes porque, no ponto em que V. Exª...

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — No início, Senador.

O Sr. Virgílio Távora — ... melhor ainda, o prazer será otimizado agora no aparte que lhe vamos dar. Meu caro Senador, em todo país civilizado, a proporção mínima de energia de origem hidráulica em face daquela outra de origem térmica é de 10 para 1. Isto é, a energia térmica tem que complementar a hidráulica em 10%, no mínimo, justamente para atender às variações da queda pluvial. Isso é tão crucial, que até nos admira que no Brasil, que passa de 48ª para 8ª potência do mundo, que tanto se vangloria disto, tenha o governo caído nesse grande engano. Segundo, Senador, V. Exª está coberto de razão quando fala sobre a complementaridade das obras. Desta mesma tribuna que V. Exª ocupa, o ex-Presidente, falecido, desta Casa, Nilo Coêlho, clamava, há mais de dez anos, por verbas que nos eram asseguradas, e nunca alocadas, para Itaparica. É o que V. Exª vê hoje. Não vamos culpar a natureza, V. Exª está com toda razão.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Muito obrigado, Senador, pelo aparte.

Sr. Presidente, o que há por trás do racionamento do Nordeste é o atraso consentido e criminoso das obras indispensáveis ao suprimento energético da região. O que motivou, de fato, a crise regional foram as distorções que afetam e comprometem a própria matriz energética brasileira, forjada na centralização e no autoritarismo, marcada por equívocos de consequências irreversíveis para o desenvolvimento nacional. Em nome da ideologia da segurança nacional, a política energética brasileira terminou por concentrar em poucas e inábeis mãos decisões que vieram comprometer todo o setor de energia elétrica nacional.

Bastaria que se citasse, aqui, o erro do Programa de Energia Nuclear, que já consumiu em despesas diretas mais de 5 bilhões de dólares e que, no entanto, não contribuiu, nem contribuirá em nada, para racionalizar, a curto e médio prazo a estrutura do setor elétrico nacional. Ao contrário, absorveu recursos de programas e pesquisas de outros órgãos e comprometeu, irremediavelmente, o equilíbrio financeiro de Furnas. E todo o programa, nas dimensões em que foi sonhado, partiu do desvario de que, na virada do século, precisaríamos de uma potência instalada de 180 mil megawatts, dos quais 75 mil de origem nuclear. Superavaliaram nossas necessidades em 60%.

Sr. Presidente, a grande e triste verdade é que toda a política energética do país foi concentrada nos interesses das grandes empreiteiras; dos bancos financiadores e dos fabricantes de equipamentos pesados de geração elétrica. Muitas vezes desenvolvemos programas de grandes projetos hidroelétricos em absoluto descompasso com a demanda requerida pelo mercado nacional. Temos na memória, e registramos em nossas dificuldades econômicas, o exemplo de Itaipu, que ainda hoje produz energia sem ter como transmiti-la e distribuí-la. Temos na consciência o escândalo da própria Itaiparica, que comprou em 1978 os equipamentos para uma usina que só começou a ser construída um ano depois, em 1979, e que só viria a instalar esses equipamentos nove anos depois.

Tais problemas do setor elétrico, no entanto, não são exclusivos do Nordeste.

Falta o planejamento estratégico integrado entre os diversos setores de energia, sobretudo entre o elétrico e o do petróleo, o que criou, por exemplo, distorções como as do programa de energia garantida por tempo determinado, o chamado EGTD. Garantimos, com esse programa, energia por preços cinco vezes inferiores aos normais, para as indústrias dispostas a substituir o óleo combustível de seus fornos. Pretendia-se, com isso, não apenas cortar o consumo do derivado do petróleo em alta, mas, sobretudo, escoar a energia ociosa de usinas ditadas muito mais pela megalomania desvalhada dos donos do poder que pelas exigências do mercado.

Pois bem, o preço do petróleo caiu, a energia tornou-se escassa. E no entanto, a Eletrotermia, que em muitos casos nem é economicamente competitiva, continua em franco crescimento. O Sul, por exemplo, vai mais do que duplicar seu consumo até 1990, segundo as projeções da Eletrobrás.

Nem mesmo no setor elétrico parece haver qualquer sentido de planejamento estratégico. Quando muito se arreda um planejamento tático,

co, que só leva a programas emergenciais do tipo apaga-fogo, como o que agora se criou para o Nordeste. É significativo que na mesma cerimônia em que o governo exibia o orgulho de seu programa de emergência, o presidente da Eletrobrás extemasse a preocupação com o corte de investimentos no setor elétrico, que comprometem as obras mínimas indispensáveis para evitar que a crise nordestina irrompa no Centro-Sul ou venha a paralisar também o Sudeste.

A crise nordestina afinal, é apenas a antecipação e a exacerbção de um déficit que ameaça hoje o país inteiro. Pelos estudos da Eletrobrás, a probabilidade de déficit, este ano e em 88, é maior para o Sudeste e o Sul do que para o próprio Nordeste, submetido, no entanto, a rigoroso racionamento.

Sr. Presidente, não faltam sinais de advertência para a crise. Em dezembro de 84, os reservatórios do Sul estavam com 60% de sua capacidade e houve racionamento na virada do ano. Basta que se repita a seca de 84/85 para o problema se repetir talvez com gravidade ainda maior. Outros indicadores são igualmente preocupantes. Ano passado, a demanda de energia elétrica no Brasil cresceu 8,5%, mas a geração aumentou apenas 2,6%. Os cronogramas de investimentos e de obras das empresas do setor elétrico sofreram cortes e atrasos sensíveis. Ainda no ano passado, quando crescia a pressão da demanda nordestina, o governo condenou Sobradinho a operar com mais de 14% acima da capacidade projetada da barragem. O resultado é que uma irregularidade das chuvas no São Francisco, que poderia ser absorvida sem maiores problemas pelo lago, em situação normal, submeteu a região a um racionamento que nem se sabe ainda quando terminará.

E o que faz agora o governo para o setor elétrico? Em nome do combate ao déficit público, o Governo corta investimento exigido pelos credores estrangeiros e pelas instituições de monitoramento da economia internacional.

O setor elétrico foi enxugado de 116 para 90 bilhões de cruzados. No entanto, Sr. Presidente, nada se faz para corrigir a matriz energética brasileira e a política que o sustenta.

Pagamos hoje o preço do desvario do período autoritário, quando chegamos a construir, simultaneamente, até nove grandes usinas, de uma ponta a outra do Brasil, sem que elas tivessem como transmitir ou distribuir e sequer a quem vender a energia ociosa de turbinas excessivas. Hoje, como no passado, o setor elétrico continua instrumento de política econômica, reprimindo tarifas em nome do combate à inflação e se endividando em dólares em nome do equilíbrio da balança de pagamentos. O resultado de tantos desastres em cascata é a falta de retorno sobre o capital investido, que a cada dia mais compromete a saúde financeira do setor elétrico, e um endividamento quase irreversível de suas empresas.

O Sr. Marcondes Gadelha — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. José Fogaça — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Pois não, nobre Senador José Fogaça.

O Sr. José Fogaça — Nobre Senador Teotônio Vilela Filho, V. Ex^a corresponde inteiramente

às expectativas desta Casa quanto à sua responsabilidade, ao seu patriotismo e à sua brasilidade. Traz à discussão, ao debate, um tema que considero ser estrategicamente central e decisivo para o desenvolvimento futuro deste País: a questão da energia elétrica de fonte hidráulica. Veja V. Ex^a que este País obedeceu a uma ideologia baseada em concepções megalômanas, faraônicas, dos grandes projetos do ano 2000 que, praticamente, dominaram todos os processos de investimentos realizados no setor hidrelétrico quando, na verdade, se sabe que um país como o Brasil, precisa não de um grande projeto faraônico, mas de uma grande quantidade de pequenos projetos que correspondam a sua estrutura hidrográfica. No entanto, gastamos bilhões de dólares em usinas nucleares, que, até hoje, não responderam àquilo para o que foram construídas, para o que foram destinadas. Construímos usinas nucleares numa localização que é totalmente antiestratégica e desobedece a qualquer conceito, a qualquer padrão de respeito ao ambiente e ao sistema ecológico. Veja V. Ex^a que resolvemos construir as usinas nucleares numa área onde habitam mais de 40 milhões de almas, exatamente no meio do caminho entre as duas maiores cidades deste País: Rio de Janeiro e São Paulo. O recente desastre ecológico de Chernobyl veio a demonstrar que é exatamente essa a questão mais dramática que, hoje, enfrentam as usinas nucleares do mundo. No entanto, as usinas hidrelétricas, as pequenas e médias usinas hidrelétricas, tão necessárias para este País, deixaram de ser construídas e passou-se a um projeto que é, até hoje, extremamente discutido neste País, que é o projeto de Itaipu. Hoje se sabe que o custo de Itaipu exige duas vezes mais, só na rede de transmissão. Portanto, Itaipu não pode ser utilizada em toda a sua extensão, em toda sua capacidade, porque cada vez que se tenta utilizar o potencial de Itaipu, em toda sua capacidade, há um colapso na rede de transmissão e isto foi dito pelo próprio Ministro das Minas e Energia deste País. Então, construímos usinas nucleares onde há 40 milhões de brasileiros vivendo concentrados — uma concentração populacional que é a maior do País —; construímos usinas hidrelétricas em locais onde elas não podem ter um sistema de transmissão razoável para o resto do País. V. Ex^a traz uma denúncia que considero da maior gravidade, mas que corresponde inteiramente à verdade. Esses projetos obedeceram muito mais aos interesses das corporações, dos empreiteiros, aos interesses alheios ao próprio interesse do País, ao interesse nacional, do que propriamente a um projeto voltado para o interesse coletivo e o resultado é esse verdadeiro desastre que estamos vivendo. Quero, portanto, ao fazer este aparte ao pronunciamento de V. Ex^a cumprimentá-lo pela denúncia que traz, pelo tema que põe em debate e, acima de tudo, para dizer que V. Ex^a está dignificando o nome honrado que traz consigo, a sua terra e a sua gente. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Fico honrado com o aparte de V. Ex^a meu Líder Senador José Fogaça.

O Sr. Marcondes Gadelha — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Pois não, Senador!

O Sr. Marcondes Gadelha — Senador Teotônio Vilela, estamos acompanhando, com o mais vivo interesse, esta análise aprofundada, na verdade um libelo contra o setor de produção e distribuição de energia neste País. V. Ex.^a iniciou com um caso bem flagrante, que é o caso da usina de Xingó. Indiscutivelmente, Xingó é a demonstração mais cabal da falta de planejamento e de estratégia no setor, porque Xingó, no Nordeste é a obra mais oportuna, a mais viável, a mais necessária, a mais imprescindível e, sobretudo, a mais barata, nobre Senador Teotônio Vilela Filho. Não obstante, foi aquela que mais esperou para vir à luz do dia. Não se compreende, na verdade, esse atraso, porque Xingó tanto tempo ficou na prancheta e tanto tempo ficou na concepção dos homens encarregados do setor. A energia elétrica de Xingó cinco milhões de quilowatts que teremos naquela usina — sairá ao custo infinitamente mais barato do que qualquer outra usina hidrelétrica do País, mais precisamente ao custo de treze milésimos de dólares o quilowatt. V. Ex.^a há de ver a distância, quando se compara com o preço corrente, que é de trinta e cinco milésimos de dólar. No entanto, Xingó só agora começa a ter as suas obras em andamento, e só agora temos uma esperança concreta, depois de tantos transtornos que o Nordeste sofreu, depois da necessidade imperiosa de se trazer um linhão de Tucuruí até o Nordeste para sanar o problema do racionamento. Mas é apenas a ponta do **Iceberg**, nobre Senador Teotônio Vilela Filho, como V. Ex.^a muito bem diz, essas mazelas estão difundidas pelo País todo e abrangem todo o setor de geração e distribuição de energia elétrica no Brasil. Há uma coisa que gostaria muito de ver explicado, e que até agora ninguém conseguiu fazê-lo: quais são as razões do déficit permanente, contínuo e da inadimplência do setor de energia elétrica em relação às necessidades do País? Em verdade, o funcionamento desse setor depõe seriamente, gravemente contra a gestão estatal, contra o controle do setor produtivo pelo Governo ou pelo Estado em qualquer circunstância, porque era o único setor que tinha obrigação de ser saudável no País, de não dar prejuízos, de atender à demanda, de estar atualizado permanentemente, porque é um setor monopolista, nobre Senador Teotônio Vilela Filho; porque tem direito a crédito subsidiado, a recorrer aos cofres do Tesouro quando se encontra em dificuldade; porque só lida com processos físicos, o risco de falha humana é mínimo nesses casos; porque lida com a mercadoria imprescindível, e se o usuário não paga a tempo e a hora, simplesmente tem o produto cortado; e, finalmente, porque tem a obrigação de reajustar as suas tarifas, por acordo com o Banco Mundial, sempre acima da variação da inflação. Não haveria uma razão sequer para explicar por que o setor de energia elétrica no Brasil, além de deficitário, vive permanentemente ameaçando este País com **blackout**, com racionamentos, com corte no suprimento de energia. Nós temos que ir buscar explicações, nobre Senador, seguramente na natureza da gestão. Tenho a impressão de que se o setor de energia elétrica no Brasil, num país continental, de grandes rios e grandes quedas d'água, num setor cuja utilização ainda é pequena, porque o grau de sofisticação industrial do País ainda é pequeno; este setor não atende e não corresponde. É preciso

que se dê uma explicação cabal, uma explicação satisfatória, que até hoje a Nação, perplexa, não consegue entender as razões de tantos desmandos, as razões de tanta incompetência, as razões, sobretudo, da carência, da inadimplência, da falta de atendimento à demanda social.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Nobre Senador, muito obrigado pelo aparte de V. Ex.^a Eu queria dizer que o motivo da minha presença nesta tribuna é fazer um exercício para tentar explicar o que realmente está acontecendo com o projeto energético nacional.

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Pois não, nobre Senador!

O Sr. João Lobo — Nobre Senador Teotônio Vilela Filho, vou ser breve e não vou interromper o brilhante discurso com que V. Ex.^a estréia nesta tribuna; era apenas para não perder a oportunidade de tecer algumas considerações sobre o Projeto Xingó, que V. Ex.^a levantou ao iniciar seu discurso. Todos esses problemas da falta de planejamento, desse racionamento, vêm simplesmente comprovar que as coisas para o Nordeste são sempre deixadas de lado. Não havia razão para o Nordeste estar sofrendo esse racionamento, porque providências outras deveriam ter sido tomadas a tempo. O problema do racionamento de energia no Nordeste tem o mesmo sentido do problema das secas no Nordeste. Senador Teotônio Vilela Filho, com tristeza vemos iniciar-se Xingó com um atraso enorme e com um projeto inteiramente obsoleto, defasado da realidade moderna, das exigências modernas. Nesta fase em que o Brasil parte todo para uma reforma agrária, parte para a irrigação como a última possibilidade de salvação, pelo menos no Nordeste, inicia-se um projeto absolutamente clássico, sem nenhuma inovação, como é o Projeto Xingó, não levando em consideração, absolutamente, o problema das águas para as futuras irrigações das áreas do São Francisco. É bom que V. Ex.^a, neste momento, levante também este dado, ponha em questionamento a validade de um projeto que chega atrasado e obsoleto. Agradeço a V. Ex.^a

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Muito obrigado a V. Ex.^a nobre Senador.

O Sr. José Agripino — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Pois não, nobre Senador José Agripino, com muito prazer.

O Sr. José Agripino — Gostaria, inicialmente, de cumprimentar o nobre Senador Teotônio Vilela Filho pela oportunidade do seu pronunciamento, onde coloca uma das questões que mais nos preocupam, que é exatamente a questão do racionamento de energia elétrica, principalmente numa hora em que o Nordeste, mais uma vez, sofre a escassez de chuvas. Na verdade, o racionamento de energia elétrica no Nordeste, é uma emergência dentro de outra emergência. Mas, como V. Ex.^a deve ter conhecimento, presido uma CPI instalada nesta Casa, no Senado Federal, solicitada pelo nobre Senador Jutahy Magalhães para investigar, justamente, as causas do racionamento de energia elétrica no Nordeste e no Brasil. Vejo-me, neste momento, na obrigação de aduzir

algumas informações ao já rico pronunciamento de V. Ex.^a O racionamento de energia elétrica no Nordeste, ocorre hoje em função de algumas irresponsabilidades praticadas no passado muito recente.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — É verdade, nobre Senador.

O Sr. José Agripino — Itaparica está atrasada e Xingó está mal—iniciada, por uma razão muito simples que aqui passo a relatar: o nobre Senador Marcondes Gadelha referiu-se ao sistema Eletrobrás como um sistema sadio; ele foi saudável até há 10 anos. E os Srs. Constituintes devem recordar que a ação da Eletrobrás era tida como **Blue Chip** na Bolsa de Valores, comparável à da Vale do Rio Doce, à da Petrobrás, porque era de alta cotação e de fácil liquidez. Ocorre que a ação da Eletrobrás desvalorizou-se em função da dívida a que a empresa foi levada, em função de se ter obrigado um sistema que era saudável a ser tomador de financiamentos externos, exatamente para facilitar o equilíbrio de pagamento, numa hora em que o Brasil devia muito e precisava de reservas cambiais para saldar os seus débitos. Procurou-se utilizar o sistema Eletrobrás que devia pouco e que hoje — pasme nobre Senador — deve 14 bilhões de dólares, sem se falar dos 11 bilhões de dólares adicionais devidos pelas companhias estaduais concessionárias de energia elétrica. Esta dívida foi feita, muitas vezes, para se adquirir, mediante um financiamento concedido, turbinas ou equipamentos que estão entrepostados no exterior ou ainda estão sob a forma de encomenda, quando os financiamentos já foram concedidos; os dólares já foram internados; já foram pagos a outros credores e produto da compra ainda não veio para o Brasil para se transformar em instrumento produtivo para a economia nacional. Transformou-se, portanto, a Eletrobrás — um sistema que era sadio — num sistema complicador da economia porque, em função do serviço da dívida que lhe foi imposto, não foi possível prosseguir as obras físicas de Itaparica, porque não havia dinheiro para que os metros cúbicos de terra e de concreto fossem acumulados onde os projetos técnicos recomendavam. Xingó, igualmente, não foi iniciada por esta razão, muito embora os equipamentos para ambas estivessem comprados, pagos e, muitas vezes, entrepostados. Um outro fato fundamental, que é preciso registrar nesta Casa, é que se usou o sistema Eletrobrás como instrumento regulador de inflação, comprimindo-se as tarifas para que o custo da energia elétrica não compromettesse os índices inflacionários, prejudicando a rentabilidade do setor e levando o sistema Eletrobrás, de fundamental importância para o desenvolvimento deste País, à situação de insolvência em que hoje se encontra. Eram estes dois adendos que gostaria de fazer, repito, ao já rico pronunciamento de V. Ex.^a para que esta Casa tome conhecimento por inteiro do que está acontecendo neste País. Muito obrigado.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Nobre Senador José Agripino, V. Ex.^a antecipou o desenrolar do meu discurso. Esta tecla seria batida, mas pretendo ir além. Quero convocar o Senado da República para propor uma saída para esse impasse que poderá desembocar num caos terrível para a Nação brasileira.

Muito obrigado a V. Ex.^a

O Sr. José Fogaça — V. Ex^a me permitiria que por apenas um minuto eu retomasse essa questão?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Com muito prazer, Senador José Fogaça.

O Sr. José Fogaça — Embora o pronunciamento de V. Ex^a já tenha sido entrecortado por muitos apartes, não posso deixar de fazer referência ao fato de que a energia, principalmente a energia elétrica, é uma questão estratégica, fundamental para este País, uma questão até de segurança nacional. Não vejo como supor a possibilidade da entrega desse setor estratégico e decisivo ao setor privado. Por isto, faço esta pequena observação, chamando a atenção, inclusive para o conteúdo do seu pronunciamento quando claramente diz que o sistema estatal não funcionou exatamente porque não havia um controle público, nem mesmo um controle democrático sobre ele, mostrando que foram interesses privados que prevaleceram em relação às empresas estatais.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Está certo V. Ex^a.

O Sr. José Fogaça — E o riquíssimo aparte do nobre Senador José Agripino veio acrescentar argumentos nessa direção quando mostrou que uma política equivocada de tarifas, e uma política de captação de recursos externos, também extremamente equivocada, levou a Eletrobrás à situação caótica em que se encontra. Portanto, o que precisamos denunciar não é a estatização do sistema Eletrobrás, o que precisamos denunciar é que a empresa estatal foi privatizada nos seus investimentos, no seu controle, na sua orientação e na sua administração. Houve uma privatização do Estado, uma privatização a serviço de interesses estritos que nós todos conhecemos muito bem neste País. Obrigado, nobre Senador.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Uma privatização no pior sentido que a palavra possa conceber.

O Sr. Marcondes Gadelha — Nobre Senador, permite um aparte, para um pequeno esclarecimento?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Marcondes Gadelha — Gostaria de deixar bem claro que em nenhum momento propus a privatização do setor de energia elétrica. O que digo é que as deficiências nesse setor depõem contra a gestão estatal em todos os demais setores, porque esse era o único que não podia dar errado. Se ele está tão endividado, se ele está tão inadimplente, se ele está gerando todos esses problemas, o que podemos esperar em relação aos outros setores controlados pelo Estado? Eu diria que o sistema de saúde poderia falhar, o sistema educacional poderia falhar, tudo o mais gerido pelo Estado poderia falhar; agora, o sistema de energia elétrica não poderia em nenhuma hipótese falhar. Mesmo esse endividamento, quero crer, tem algo a ver com a natureza da gestão. Enfim, nobre Senador, nada tenho necessariamente contra a gestão estatal, acho apenas que ela deve ser subordinada ao controle da sociedade. Todos os sistemas do País estão falhando, estão funcionando mal porque são absolutamen-

te impermeáveis ao controle da sociedade. Esta Casa está tomando conhecimento agora, pela informação de V. Ex^a e do nobre Senador José Agripino, da situação da Eletrobrás. No entanto, a Eletrobrás movimenta mais recursos do que alguns Ministérios reunidos. Nós sabemos como está programado o orçamento do Ministério da Educação, como está programado o orçamento do Ministério da Saúde, mas não sabemos qual a programação de investimentos da Eletrobrás, da Petrobrás, da Vale do Rio Doce, enfim, de todas as grandes companhias do País. Ou melhor, só tomamos conhecimento depois que elas recorrem ao Tesouro Nacional, depois que elas se endividam, depois que elas criam problemas para todo o conjunto da população. Então, é o controle social que reclamamos para a gestão estatal.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Muito obrigado à V. Ex^a nobre Senador.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, mais grave ainda, os empréstimos para o setor são feitos em condições afrontosas para a nossa soberania e sobretudo ameaçadoras para a própria indústria nacional. Eles vinculam quase sempre os empréstimos à concorrência internacional para aquisição de equipamentos. A consequência é que o Estado de Pernambuco já teve de comprar na Romênia equipamentos para a sua rede de distribuição, enquanto as indústrias da região, inclusive as indústrias do Estado de Pernambuco, permanecem ociosas. Nem quando nos endividamos é possível estimular a empresa nacional.

Mais ainda, esses empréstimos internacionais também condicionam as taxas de retorno do capital aplicado. Mas essa rentabilidade se faz à custa de tarifas cada vez mais altas para o consumidor brasileiro, pois em momento algum os questiona e se revisa a política criminosa dos generosos subsídios concedidos aos grandes consumidores industriais, às eletrointensivas do alumínio, por exemplo, quase todas poderosas multinacionais. Quais os resultados práticos dessa política?

Se contar os custos financeiros do empréstimo, já gastamos 5 bilhões de dólares, inundamos centenas de milhares de hectares de florestas e terras férteis na hidroelétrica de Tucuruí, para comprometer 65% de toda a energia dessa usina com apenas duas fábricas de alumínio, cuja planta definitiva prevê o consumo de 1.285 megawatts exatamente um terço de toda a potência instalada no Nordeste inteiro.

Estamos no momento cortando 15% em média do suprimento do Nordeste. Afetamos todos os setores produtivos da região. Praticamente cortamos a expansão e a implantação de novas plantas produtivas, porque não teriam energia para operar. O Programa de Irrigação do Nordeste está inviabilizado a curto prazo, porque nem teria água, no caso das margens do São Francisco, nem teria energia elétrica disponível. Já existem em todo o Nordeste cortes de emprego em pequenas empresas irremediavelmente afetadas pelo racionamento. No entanto uma só indústria, como a Alumar, consome o equivalente aos Estados do Ceará e do Piauí juntos. Só a Alumar consome 480 megawatts, no estágio atual, quase a economia total que o Nordeste está fazendo com sacrifícios pesadíssimos a toda a população.

O Sr. Edison Lobão — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Pois não!

O Sr. Edison Lobão — Acompanho o discurso de V. Ex^a e me surpreendo com alguns dados. Em verdade, a Alumar e Albrás são as duas grandes consumidoras de Tucuruí, hoje. Mas, V. Ex^a esqueceu-se de dizer que são os dois maiores contribuintes privados de energia elétrica neste País, e que sustentam a empresa de Tucuruí.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — São contribuintes de energia elétrica?

O Sr. Edison Lobão — São contribuintes de energia elétrica.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Elas geram energia, Senador?

O Sr. Edison Lobão — Não, Tucuruí gera energia, a Alumar e Albrás compram energia de Tucuruí. Não fosse a existência dessas duas indústrias e Tucuruí não existiria. Se essas duas indústrias de alumínio, que V. Ex^a condena, não existissem neste País, estaríamos hoje importando alumínio e pagando em dólar, ou seja, estaríamos gerando emprego no exterior e não no Brasil. Portanto, essas duas empresas, altamente consumidoras de energia, produzem realmente grande benefício nacional em divisas externas e, sobretudo, em empregos para os brasileiros. A Alumar, que opera no Maranhão, recolhe, hoje, para os cofres do Estado, o equivalente a 20% de todo o ICM pago no Estado do Maranhão. A rede escolar do Maranhão, que atende a milhares e milhares de alunos, é toda ela custeada com esses 20% de ICM da Alumar. V. Ex^a apresenta uma parte do problema, um dado do problema, mas esquece de mencionar a contrapartida, que é muito grande. Acho que nós devemos é espalhar outras usinas como esta, para exportarmos alumínio, como já estamos exportando hoje.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Deus nos livre, nobre Senador.

O Sr. Edison Lobão — Deus nos livre para V. Ex^a! Já estamos exportando hoje. Em lugar de estamos importando e pagando em dólar, estamos exportando e recebendo em dólar. Esta é a realidade!

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Nobre Senador, talvez V. Ex^a por não ter ouvido ainda o final do meu pronunciamento, tenha colocado a situação dessa maneira. Talvez, não duvido, acredito que o Maranhão esteja recebendo 20% do ICM da Alumar. Mas o Brasil está pagando um preço muito caro por isso.

O Sr. Edison Lobão — Está pagando e está recebendo.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Sr. Presidente, só a Albrás, a outra indústria de alumínio localizada na área de Tucuruí, em sua primeira etapa, consome mais energia que a cidade de Belém, com 1 milhão e 100 mil habitantes.

E, no entanto, as duas fábricas de alumínio, situadas no Maranhão e no Pará não tiveram, até aqui, qualquer efeito multiplicador na região. Ao contrário; elas agravam o endividamento e quase inviabilizam o próprio setor elétrico nacional, à força de subsídios irresponsavelmente alocados.

A Albrás paga apenas 32% do preço real da energia que consome. A Alumar paga somente 37%. De cada tonelada de alumínio que exportamos, o Brasil perde, em cruzados, o equivalente a 450 dólares por conta dos subsídios às duas empresas. Ou seja, para bancar o fluxo positivo de divisas para as exportadoras de alumínio, o setor elétrico banca um fluxo negativo. Para engordar a conta em dólares das exportadoras de alumínio, comprometemos todo o setor elétrico nacional.

O Sr. Edison Lobão — Permite-me V. Ex^a mais um aparte? (Assentimento do orador.) — A Albrás é uma empresa que pertence, em grande parte, à Vale do Rio Doce, portanto, é Governo e Governo! A Alumar sim, é uma empresa totalmente privada, parte de capital estrangeiro, parte nacional. Muito bem! Mas os dados que V. Ex^a apresenta não são exatamente os que tenho. A Alumar tem um incentivo que não vai além de 10%...

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Mas são os verdadeiros, Ex^a!

O Sr. Edison Lobão — São os verdadeiros incentivos. Não vão além de 10% os incentivos que a Alumar tem, por um contrato feito para um consumo vasto, sem o que, realmente, não existiria Tucuruí. Então, não concordo com os dados de V. Ex^a que fala que ela paga 37% do que custa...

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — V. Ex^a não concorda, mas são dados verdadeiros Ex^a! Depois poderei mostrar a V. Ex^a a origem dos meus dados.

O Sr. Edison Lobão — Pois bem, os dados que estou dando a V. Ex^a são da Eletronorte, que é a dona de Tucuruí, são do Presidente da Eletronorte que disse isto aqui numa Comissão Parlamentar de Inquérito, há quinze dias. Aqui está para V. Ex^a a fonte!

O Sr. Jamil Haddad — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Com muito prazer, nobre Senador Jamil Haddad.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador, estou na fila!

O Sr. Jamil Haddad Nobre Senador Teotônio Vilela, V. Ex^a coloca com muita propriedade o problema real da energia elétrica no Norte e Nordeste. Fala-se intensamente, neste momento, na privatização. No entanto, essas empresas internacionais chegam ao Brasil são subsidiadas para ter um custo o mais barato possível e exportar também subsidiadamente, em detrimento da indústria daquela vasta região do Nordeste. Esta fica passando pelo sério risco por que passa, no momento, da falta de energia. Lá não se pode instalar mais nenhuma fábrica, e algumas das que já existem estão sendo fechadas, em razão desse racionamento. No entanto, fala-se que se deve privatizar. Na hora em que essas empresas estouram e recebem dinheiro do BNDES e outros organismos oficiais, e que os grandes escândalos se concretizam, a dívida é socializada, querem socializá-la; vamos socializar a dívida! Existem

manobras claras, patentes, no sentido de atingir as grandes empresas estatais do País, como a Petrobrás e a Eletrobrás. Querem desmoralizá-las e passá-las ao setor privado. Congratulo-me com V. Ex^a por este primeiro pronunciamento que faz nesta Casa. É uma análise profunda, com dados reais. O problema do alumínio, na realidade, é uma afronta ao Norte e ao Nordeste.

Damos de graça energia elétrica e sabemos que o alumínio só é produzido através de uma grande quantidade dessa energia. Em contrapartida, observa-se a estagnação da economia do Norte e Nordeste por falta de energia elétrica. Meus parabéns a V. Ex^a pelo brilhante discurso que faz à Casa explicitando a situação real do Norte e Nordeste com relação a este assunto.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Com muita satisfação, Senador Jutahy Magalhães. Gostaria apenas de lembrar que estou na metade do meu pronunciamento, talvez mais adiante o debate do meu pronunciamento, talvez mais adiante o debate fosse enriquecido diante de algumas colocações que gostaria de fazer. De qualquer forma, meu nobre Senador, fico muito honrado com o aparte de V. Ex^a

O Sr. Jutahy Magalhães — Serei muito breve. Gostaria até de desenvolver mais o raciocínio, mas, atendendo à solicitação de V. Ex^a, apenas falarei sobre essa questão da Alumar. O Senador Edison Lobão, como o Senador José Agripino participam da CPI a respeito do racionamento de energia no Nordeste. E nós vemos que os dados estatísticos no Brasil não são muito confiáveis, porque as interpretações sobre esses dados estatísticos são muito grandes. Os dados que V. Ex^a está apontando são os reais. Agora, existe a interpretação da Eletronorte, que foi dada aqui, de que apenas há um abatimento de 10% de energia fornecida à Alumar. Mas, aí, já modificando os dados estatísticos e dando uma interpretação diferente, porque ela calcula esses dados a respeito do tipo de energia, da potência de energia, já que a potência mais alta tem um custo mais baixo, por parte dos fornecedores de energia. Então, baseado nesses dados, é que fazem essas interpretações diferentes. Mas os subsídios às empresas de alumínio são muito grandes e estamos exportando energia, quando os países mais desenvolvidos, já há muito tempo, desistiram de exportar energia.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Muito obrigado pelo testemunho de V. Ex^a, nobre Senador.

Sr. Presidente, a expansão produtiva de segmentos multinacionais da economia está sendo feita à custa das empresas do setor elétrico, que, apesar disso, são ainda levemente acusadas de ineficiência.

A ineficiência do setor elétrico são os juros pagos pelos dólares tomados para equilibrar a balança brasileira. A ineficiência do setor se chama os subsídios afrontosos que, no entanto, perduram ainda hoje.

Sr. Presidente, o caso da Alumar, o exemplo da Albrás, mais parecem capítulos de uma negociata vergonhosa do que propriamente episódios de política econômica ou energética. Os contratos

com as duas empresas são de 20 anos duas vezes e meia o tempo normalmente concedido para os subsídios mesmo a empresas de inegável interesse econômico e social.

Por que se cortam hoje os subsídios do trigo que alimentam o trabalhador brasileiro e se conservam os subsídios ainda mais generosos ao consumidor estrangeiro de alumínio e de aço? Em menos de 10 anos, só os subsídios às duas empresas de alumínio — repito: só os subsídios às duas empresas de alumínio — da região de Tucuruí consumirão um bilhão e meio de dólares — mais do que todos os recursos que o Governo está alocando no Programa de Emergência do Nordeste. A maior parte desse dinheiro nem seria necessária, se outra fosse a política brasileira em relação às eletrointensivas. Afinal, Tucuruí só não transfere mais energia ao Nordeste porque a maior parte da carga da única linha de transmissão agora existente é exatamente para alimentar a Alumar. Ao invés de se resolver, agrava-se o problema. Parte substancial dos recursos do Programa de Emergência agora criado vão para a construção de nova linha de transmissão, que por sua vez vai levar mais energia para a ampliação da Alumar.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é hora de mudar o tratamento que se dá no Brasil à energia, que não pode ser reduzida à mera condição de insumo econômico, mas tem que ser considerada e planejada como elemento de poder e como variável estratégica do desenvolvimento.

É hora de rever a matriz energética brasileira e reprogramá-la de forma a atender e a aproveitar a vocação natural das fontes energéticas do País. É hora de se promover a urgente reformulação institucional da estrutura de centralização do setor energético, propiciando a democratização da geração e da distribuição de energia aos Governos estaduais e municipais.

Sob qualquer ângulo que se examine a questão, é absurdo que se mantenha e se consolide, hoje, um modelo energético baseado na exclusividade das grandes usinas, que geram a distorção maior de sequer poder distribuir-se nem mesmo a energia já produzida. Não se defende o abandono definitivo dos grandes projetos. Mas é impossível que se desprezem alternativas como as pequenas centrais hidroelétricas, as pequenas termoeletrônicas a lenha ou a gasogênio; os biodigestores e as microdestilarias.

O Sr. Pompeu de Sousa — V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Teotônio Vilela Filho?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Com muito prazer, meu querido, nobre amigo e Líder Senador Pompeu de Souza.

O Sr. Pompeu de Souza — Senador Teotônio Vilela, venho acompanhando com o maior interesse, com a maior atenção, o discurso de V. Ex^a. Desde o princípio me contenho para não apartear-lo, a fim de não tomar o precioso tempo que V. Ex^a está usando para fazer a denúncia que aqui nos traz. V. Ex^a foi tão apartado que estava querendo economizar o seu tempo. Entretanto, não lhe vou tomar muito tempo. Iria tomar, pois faria considerações em relação não só ao problema energético, mas a toda a problemática do Nordeste. Vou me limitar a dizer que me solidarizo inteiramente com V. Ex^a não só no conteúdo do seu discurso, mas, também, na exaltada indignação com que V. Ex^a o profere. Há que escanda-

lizar-se e exaltar-se; há que indignar-se. Devemos realmente nos scandalizarmos e nos indignarmos. A escandalização diante do escândalo e a indignação contra o escândalo são armas do povo contra os que estão desviando os interesses do povo, os direitos do povo em benefício de alguns privilegiados. A indignação de V. Ex^a emociona-me, inclusive, porque revejo no jovem Senador Teotônio Vilela Filho a ira sagrada com que desta tribuna e de todas as tribunas deste País, Teotônio Vilela, o meu inesquecível Teotônio Vilela, o pai de V. Ex^a, profligou os traidores da Pátria. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — Muito honrado com o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Pompeu de Souza.

É espantoso que se insista em intermináveis linhas de transmissão, de mais de mil quilômetros, desprezando-se fontes renováveis da biomassa, por exemplo, que poderiam suprir de energia toda a zona rural e largos setores da economia nacional. Por conta desse modelo centralizado, condenam-se hoje à falta de energia imensos vazios do espaço brasileiro. No Nordeste, por exemplo, menos de 5% das propriedades rurais são eletrificadas, e no entanto, noutra matriz energética, elas disporiam de fontes locais de suprimento, sem sequer os custos da transmissão.

Sr. Presidente, é preciso incentivar atividades de pesquisa e desenvolvimento no setor energético, incluindo e até privilegiando as fontes alternativas. Mais ainda, é urgente criar condições de integração das diversas fontes de energia, numa matriz abrangente e complementar, que garanta a estabilidade, a segurança e a qualidade de atendimento aos diversos setores do País. É preciso, por fim, encontrar um modelo energético genuinamente nacional, que considere nossa vocação energética de País tropical, mas que também leve em conta nossas possibilidades econômicas e a realidade política e social do País.

O modelo econômico que definirmos, como moldura maior da matriz energética brasileira, não poderá esquecer a singular conjuntura de um País amarrado a uma dívida externa sufocante de 110 bilhões de dólares.

Até que ponto, nesse contexto de dificuldades, deveremos insistir na implantação de enormes indústrias para a produção de insumos básicos intensivos de energia elétrica, como o aço e sobretudo o alumínio, apenas com vistas à exportação? Até que ponto? Tais indústrias nos exigem pesadíssimos dispêndios de uma energia de que não dispomos e para cuja produção sequer recebemos a ajuda externa necessária.

Até que ponto continuaremos sem qualquer programa mais consistente de pesquisa para reduzir as perdas de energia em todas as fases do processo, da geração à transmissão, da distribuição ao consumo final? Essas pesquisas, na verdade, deveriam até receber prioridades tão grandes quanto a própria geração. Afinal, somente 23% da energia potencial armazenada na hidroelétrica são aproveitados pelo consumidor. Tudo o mais se perde nas diversas fases de transformação e transporte.

Até que ponto continuaremos na indústria, que aliás é largamente dominada pelas multinacionais, sem um esforço efetivo de lâmpadas, eletrodomésticos e motores elétricos em geral, mais econômicos que os modelos atuais? Bastaria que se conseguisse uma economia de 10% apenas

nas lâmpadas incandescentes em uso no País, e já teríamos uma redução de consumo de 1 milhão e 400 mil quilowatts — 1,6% de toda a demanda nacional. Uma redução ainda maior, de apenas 7% no consumo dos motores elétricos, e temos tecnologia no Brasil para isto. Representaria, dentro de 12 a 13 anos, uma economia global de 7.460 megawatts — duas vezes mais que toda a potência atualmente instalada no Nordeste pelo sistema CHESF.

Não se trata, no caso, do esgotamento do potencial brasileiro de energia hidráulica. O potencial desta forma de energia, estimado do Brasil é superior aos 107 gigawatts/ano, quase três vezes a atual potência instalada, de 44 gigawatts. Até o ano de 2005, pelo menos, sobrá a potencial de origem hidráulica. A dúvida é se teremos capacidade econômica e financeira para investir no aumento da oferta de energia, e assim permitir o desenvolvimento nacional.

Se se tomarem as projeções da própria Eletrobrás, o Brasil deverá ter no ano 2000 a potência instalada de 111,4 gigawatts, ou seja, em menos de vinte anos teremos de instalar uma vez e meia toda a potência que levamos 40 anos para montar. Esses gigantescos esforços de geração consumirão a soma de 135 bilhões de dólares, mais que a dívida externa atual, mesmo considerando o custo de 2.000 dólares por quilowatts instalado, transmitido e distribuído. O investimento médio situa-se em torno de 9 bilhões de dólares-ano.

Tais investimentos sequer permitem um horizonte mais largo de desembolso. Em dois anos, até 1989, teremos de aumentar nossa potência elétrica em 30%, teremos de acrescentar a nossas usinas mais 13.550 megawatts, teremos que investir mais 24,3 bilhões de dólares, num momento em que o País não recebe qualquer recurso externo e é obrigado a haver-se com os próprios recursos.

Não se pode, Sr. Presidente, não se pode, por tudo isso, fechar os olhos aos sinais de alerta que se multiplicam de todas as formas: alerta para a escassez de energia; alerta para a escassez de recursos; alerta para a necessidade de economizar energia; alerta, enfim, para a urgente importância de rever um modelo energético de equívocos e distorções.

O Sr. Chagas Rodrigues — Permite-me V. Ex^a um aparte? (Assentimento do orador.) Escassez de tudo, menos de irresponsabilidade.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO — É verdade, nobre Senador. Muito obrigado pelo aparte.

A crise nordestina de energia, exacerbada no racionamento deste ano, é apenas uma antevisão da crise que ameaça o País todo. É tão grande, tão abrangente ela se pronuncia que não se resolverá nem mesmo com os programas de emergência, como o que o Governo criou agora para o Nordeste.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é hora de mudar, antes que a ameaça se transforme em colapso e antes que a emergência desemboque em calamidade. Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Teotônio Vilela Filho, o Sr. João Lobo, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Dirceu Carneiro, Terceiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem a palavra o Senador Jamil Haddad, Líder do PSB.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Hoje é um dia de alegria para todos aqueles que amam o esporte como uma fonte saudável de energia e de eugenia da raça.

Antigo esportista, tendo praticado vários esportes, acabei dedicando-me, exclusivamente, ao basquetebol. Tive a honra de ser, por vários anos, campeão pelo Clube de Regatas do Flamengo e do escrete da Seleção Brasileira.

Em, 1978, como médico, acompanhei a Seleção Brasileira que disputou o Campeonato Mundial nas Filipinas, e alcançou o terceiro lugar nessa competição.

Sr. Presidente, a euforia de todos nós, foi renovada ontem com o basquetebol brasileiro, em que apenas dois jogadores da Seleção de 1978 se encontravam ontem na quadra de Indianápolis, justamente os dois maiores jogadores: Oscar e Marcel, que vi nascerem no esporte brasileiro.

O Sr. Pompeu de Souza — V. Ex^a me concede um aparte, nobre Senador Jamil Haddad?

O SR. JAMIL HADDAD — Com grande satisfação.

O Sr. Pompeu de Souza — Ouço com emoção o discurso de V. Ex^a, porque vivi intensa e muito emocionalmente a disputa de ontem, em que os jovens brasileiros conquistaram pela primeira vez a medalha de ouro para o basquetebol brasileiro. Isto me deixou profundamente emocionado. Vibrei com as imagens que a CBS transmitiu para o Brasil e para os Estados Unidos inteiras imagens de Oscar eram as imagens do Brasil, como força, como vontade, como entusiasmo, como vibração, como juventude. E revejo em V. Ex^a, que foi um precursor neste terreno, o atual e encanecido Senador Jamil Haddad o precursor de Oscar.

O SR. JAMIL HADDAD — Muito grato a V. Ex^a, nobre Senador Pompeu de Souza.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Com grande prazer, ouço um ex-jogador de basquetebol também, o meu querido amigo Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a foi campeão pelo Flamengo. Quando eu jogava na época, jogava no Fluminense. Mas, deixando de lado essa parte, gostaria de aproveitar o pronunciamento de V. Ex^a para manifestar a esperança que ainda resta no coração de todos nós que admiramos e praticamos o esporte amador. O meu desejo é que um dia o Brasil leve em consideração aquilo que uns poucos abnegados procuram fazer pelo esporte amador. Não me envergonho de dizer da emoção que senti ontem assistindo ao jogo de basquetebol. A diferença que havia daqueles amadores, é que eles têm espírito de amador no coração, como aquela imagem de Oscar, com sua mão santa que levou o Brasil à vitória, e principalmente com o seu entusiasmo, com o seu exemplo, com a dedicação, com o amor àquela partida, não desistindo, mesmo estando perdendo por 22 pontos de diferença. É que diferença, nobre Senador! Ressalto a participação dos esportistas Oscar, Marcel, Israel e tantos outros, que ontem brilharam. Porém há outros jogadores que

ficam antes preocupados sem saber quanto vão ganhar se conseguirem uma vitória que não chega, e que menos se preocupam em saber lutar para ganhar e obter aquela vitória, que está parecendo distante, mas que têm, pelo coração, pela fibra e pela competência, condições de alcançar. Ontem foi um exemplo para o Brasil inteiro aquela figura, aquela imagem tocante de Oscar e de seus companheiros lutando pela vitória.

O SR. JAMIL HADDAD — Agradeço o aparo, nobre Senador Jutahy Magalhães.

Tive uma grande satisfação em 1948, jogando pelo Clube de Regatas do Flamengo, quando pela primeira vez vi um time americano ser derrotado por time brasileiro — naquela época a célebre Universidade de Utah tinha vindo ao Brasil e feito 24 partidas em nosso País. Recordo-me bem que devemos o desenvolvimento do basquete, em nosso País, a um homem, vivo até hoje, que merece o respeito e a consideração de todos aqueles que militaram no esporte, já que levou o Brasil ao bicampeonato mundial, o conhecido Togo Renan Soares, mais conhecido como Taniela. Posteriormente, o Brasil passou por uma fase de declínio no esporte da cesta. Naquele campeonato mundial de 1978, em que participei na delegação como médico — como já disse anteriormente — vi um jovem técnico mostrando grandes conhecimentos e tentando a renovação, sob a direção na CBB do saudoso Presidente Alberto Curi e do Vice-Presidente Carlos Dias — hoje, atual Presidente que viu, na realidade, essa grande vitória da nossa seleção. Ontem, em Indianápolis, vi esse jovem conseguir o terceiro lugar naquele mundial e ser injustiçado, ser retirado do comando da seleção, mas dada a grande visão do atual Presidente da Federação Brasileira de Basquete, retornou à direção da nossa seleção. E qual não foi a nossa emoção, ontem, em termos em Indianápolis ser colocados para fora do trono os reis do basquete na sua terra; a emoção de termos a garra e a alma, como bem frisou o nobre Senador Jutahy Magalhães, a vibração a cada cesta, e não desacreditar numa vitória que parecia impossível, e vimos as imagens finais, na televisão, estarecedoras, que às vezes nem acreditávamos que pudessem ser reais.

O Sr. Itamar Franco — Permite-me V. Ex. um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Pois não, nobre Senador!

O Sr. Itamar Franco — Nobre Senador Jamil Haddad, poderia parecer inusitado ao Senado da República ouvir V. Ex. falar da nossa vitória no basquetebol nos Jogos Pan-Americanos. Em verdade não é, não só pela beleza do espetáculo esportivo, mas particularmente que parte da voz do ex-componente do escrete brasileiro, do ex-médico da Seleção Brasileira de Basquetebol, que é o nobre Senador Jamil Haddad. E nesse momento de euforia pela vitória do nosso basquete, nobre Senador Jamil Haddad, eu permitiria juntar a minha voz a de V. Ex. para saudar todos os atletas brasileiros, todos aqueles que souberam combater dentro daquela mensagem que aprendemos desde jovem, da mente sã num corpo sã. Esse também é um momento de profunda reflexão, sobretudo para nós do Parlamento brasileiro, da necessidade de se dar cada vez mais

apoio ao esporte amador, a sua organização, particularmente quando os moços deixam os colégios vão para as universidades e não têm como continuar a praticar o esporte. Portanto, meus parabéns a V. Ex., não só ao ex-integrante do escrete nacional, mais à palavra de V. Ex., saudando os integrantes de nossa delegação.

O SR. JAMIL HADDAD — Agradeço a V. Ex., Senador Itamar Franco.

Quero, neste momento, dizer que se fez justiça ao técnico Ari Vidal, que retornou ao comando da nossa seleção e, com jovens jogadores, conseguiu revolucionar o basquete nacional a ponto, como já disse, de derrotar, no seu país, os reis do basquetebol.

Sr. Presidente, quero também me congratular com as nossas jovens atletas do selecionado feminino de basquete, que conseguiram a medalha de prata, num feito também memorável.

Esse deveria ser o caminho a ser seguido pela juventude, o caminho do esporte. Infelizmente, vemos a falta de apoio das autoridades governamentais para a prática do esporte. Digo eu, com muito orgulho, que a minha geração esportiva não tinha muitos vícios; era uma geração saudável que praticava o esporte com êlan, com dedicação e era, na realidade, a grande motivação fora das salas de aula.

Está aqui presente o meu querido e sempre respeitado ex-Senador Benjamin Farah, acompanhando os trabalhos desta Casa. Ele foi morador, durante muitos anos, na Tijuca e freqüentou o clube onde comecei a minha vida esportiva, o Tijuca Tênis Clube. Era uma dificuldade, num domingo pela manhã, conseguirmos uma vaga para a pelada, como se chamava, de basquete. Existiam várias quadras no Tijuca Tênis Clube era raro um clube de subúrbio na cidade que não tivesse uma quadra, no mínimo de basquetebol. Hoje podemos contar a dedo o número de quadras de basquetebol existente. O basquete no Rio de Janeiro acabou praticamente, já que quando um valor se projeta é levado para São Paulo, que hoje, é a capital brasileira do esporte, em razão do maior estímulo, em razão da maior atividade esportiva organizada pelas autoridades governamentais daquele Estado. Tenho esperança, Sr. Presidente, de que num futuro próximo, teremos mais momentos de alegria. Um jovem como Joaquim Cruz, nascido em Brasília, de família pobre, mal alimentado na fase inicial da sua vida, inclusive com um defeito no tendão de Aquiles são detalhes que a medicina não explica — traz medalhas de ouro para o Brasil, no atletismo, com uma garra que nos emociona e empolga.

O brasileiro é um vencedor nato. O nordestino, subnutrido, mal alimentado, lutando pela sobrevivência, veio a Brasília e em cinco anos fez esse gigante de cimento, sem nunca ter trabalhado da construção civil.

O brasileiro é criativo. Há necessidade de se dar ao povo brasileiro alimentação, orientação; dar a esses jovens brasileiros, a oportunidade de prática de esportes, não tenhamos dúvida que em um pouco estaremos aqui comemorando não uma vitória do esporte brasileiro, mas teremos a satisfação de ver os nossos atletas em todos os campos da vida esportiva disputando os primeiros lugares no esporte mundial.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex. outro aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Com grande satisfação, ouço V. Ex.

O Sr. Jutahy Magalhães — Eu estava aguardando praticamente o término do pronunciamento de V. Ex., que está fazendo o elogio dos nossos jogadores de basquete e das “meninas do basquete”, como são chamadas. Podem dizer que o plenário não é para esse tipo de debate, mas acho que é. Faz parte também de um programa de governo a preparação da sua juventude e a melhoria do seu esporte amador. Não é possível um País como o Brasil ter um campeão de uma maratona anêmico, que inveja até o tênis dos atletas com os quais compete, porque não tem condições de comprar um tênis para competir em melhores condições e lutar pela vitória. Não podemos admitir que os atletas do remo brasileiro, que já deram tantas medalhas ao nosso País, vão competir lá fora em barcos alugados — porque não têm condições de levar seus próprios barcos — barcos que não são aqueles com os quais estão acostumados a remar. Dessa maneira, eles estarão disputando em desigualdade de condições com seus adversários. Não podemos permitir que atletas como essas que estiveram, agora, nos Jogos Pan-Americanos, na competição de Ginástica, vão lutar sem ter aqui os aparelhos necessários para se prepararem para as competições internacionais. Gasta-se tanto dinheiro neste País, por exemplo, foi lembrada, aqui, a política energética. Fizeram-se empréstimos, em nome da Eletrobrás, para a compra de máquinas, das quais não estávamos precisando e até hoje não recebemos essas máquinas. Os dólares estão gastos, mas as máquinas não vieram para o País. No entanto, vemos que no esporte amador não temos o mínimo de condições para preparar aqueles atletas que estão dispostos a trazer vitórias, para engrandecer o País. Não queremos só a vitória. Queremos preparar o atleta, para que ele possa se sobrepujar, melhorar o seu tempo na natação, melhorar o seu tempo no atletismo, não precisa ser o primeiro colocado. Infelizmente, é um mal nosso, brasileiro, só aplaudimos aqueles que conseguem a vitória. Verificamos que um país como Cuba, uma pequena ilha, com uma população muito inferior à nossa, consegue fazer uma equipe de atletas muito superior à equipe brasileira. Então, aqui neste plenário, precisamos discutir este problema até com mais profundidade, para apresentarmos sugestões ao governo do que é necessário se fazer, para que o Brasil possa competir internacionalmente com equipes que estejam capacitadas para trazer as glórias que puderem trazer.

O SR. JAMIL HADDAD — Sr. Presidente, vou encerrar, pois V. Ex. me adverte que o meu tempo está se encerrando. Quero deixar uma mensagem à juventude do meu País.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite-me V. Ex. um aparte, uma rápida intervenção, antes da mensagem?

O SR. JAMIL HADDAD — Com o maior prazer, nobre Senador Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Carneiro — Primeiro, quero lamentar que V. Ex. não tivesse sido aquele brilhante jogador de basquete do Flamengo, quando eu torcia ardorosamente contra V. Ex., pensando no Botafogo, que era um grande time de basquete. Isso foi o passado. Agora, o principal, o que

eu quero dizer é que várias iniciativas que tenho tomado, no curso da minha vida parlamentar, para dar maiores recursos ao esporte amador, todas têm sido rejeitadas. V. Ex^a, ao concluir a sua mensagem, certamente, vai fazer um apelo para que o Governo se lembre do esporte amador, porque todos nós temos voltados os olhos apenas para o esporte profissional.

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Senador Nelson Carneiro, V. Ex^a pode ter a certeza de que contará com mais um ao seu lado na luta por mais verbas, para desenvolver o esporte amador em nosso País, para que essa juventude — que procura algo e que, infelizmente, uma parte se desvia numa rota que não é a mais desejada — volte a encontrar a fuga na prática do esporte, para que possamos, mais e mais, nos vangloriar desses moços como, por exemplo, os jovens da Seleção Brasileira de Basquete Masculino que, ontem, em Indianápolis, marcaram uma vitória histórica para o nosso País. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, que falará como Líder do PL.

O SR. ITAMAR FRANCO (PL — MG. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tenho notado uma preocupação exagerada em relação ao número de artigos da Constituição.

Vejam V. Ex^a que já se fala em enxugamento da futura Constituição; fala-se no número exagerado de artigos da Constituição. No entanto, é hora de nos lembrarmos que este País possui mais de 8 mil leis ordinárias, mas de 5 mil decretos-leis. Só no período do Presidente José Sarney, mais de 46 decretos-leis e mais de 300 leis ordinárias já foram baixadas.

Essa preocupação exagerada, em nosso entendimento, e sob o nosso ponto de vista, com os números dos artigos da Constituição, com a nomenclatura deles, a que pode levar exatamente? Se enviarmos tudo para as leis ordinárias e para as leis complementares, correremos o risco de assistir ao que assistimos na regulamentação do art. 45 da atual Constituição. O art. 45 da atual Constituição, que previa a fiscalização dos atos do Poder Executivo na sua administração direta e indireta, levou mais de 12 anos para ser regulamentado. É preciso ter cuidado para que a Constituição que se pretende dar ao País, ainda este ano, não remeta tudo para as leis ordinárias nem para as leis complementares.

Recordo-me aqui, Sr. Presidente, de um projeto de nossa autoria que trata do endividamento externo, obrigando que o Congresso Nacional se faça ouvir sobre o endividamento externo nos acordos internacionais; e esse projeto, apresentado em 1982, até hoje não recebeu do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado, a devida regulamentação.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a tem toda razão quando fala que não deveríamos estar aqui preocupados apenas com o número de artigos da Constituição e aborda logo, como exemplo,

o problema da fiscalização financeira através do Congresso Nacional. V. Ex^a sabe da luta de vários Companheiros, principalmente do Senador Mauro Benevides, para se fazer a regulamentação desse artigo da fiscalização. Até hoje o que conseguimos de real com a fiscalização? Poderíamos ter mais algum artigo dizendo como fiscalizar e dar, realmente, todo o direito para a fiscalização. Temos o direito, mas não temos capacitação nem os órgãos necessários para isso. Com o Tribunal de Contas da União estamos tendo um exemplo agora. Lemos nos jornais a preocupação do Tribunal em fazer essa averiguação nas diversas estatais, e nos órgãos da administração pública, a pedido do Senhor Presidente da República, quando o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar do Congresso Nacional. No entanto, não apresenta nada das suas resoluções, das suas investigações e averiguações, que não chegam, praticamente, ao conhecimento do Congresso Nacional. Queremos dar maiores poderes ao Tribunal de Contas, mas gostaríamos que o Congresso Nacional tivesse não apenas o poder de fiscalização como se capacitasse, diretamente, para fazer essa investigação dos atos do Executivo. O que sentimos há poucos dias? O Congresso votou uma lei para examinar as contas do Finsocial, e o que aconteceu com essa lei? Foi vetada pelo Presidente da República, pois Sua Excelência acha que a prestação de contas do Finsocial já é feita no Orçamento, quando é apresentada a proposta orçamentária. Então, teríamos de tomar conhecimento dos gastos na proposta orçamentária e na prestação de contas do final do ano. Não podemos acompanhar os atos que são praticados com os recursos do Finsocial, não temos as condições para interromper aqueles atos administrativos que lesam o interesse nacional. E isso deveria constar da Constituição, para ficar, de uma vez por todas, determinado que o Congresso poderia praticar esses atos, e não ficar subordinado a maiorias eventuais, de acordo com os interesses dos órgãos executivos.

O SR. ITAMAR FRANCO — Exatamente, Senador Jutahy Magalhães. Por isso que vejo com preocupação, cada vez mais crescente, esse enxugamento, por causa de 400, 500, ou 600 artigos da Constituição. V. Ex^a lembrou bem dois aspectos importantes e já me havia referido a um deles: a luta do Senador Mauro Benevides para a regulamentação do art. 45, que a maioria eventual impediu, durante 12 anos, que se regulamentasse. V. Ex^a lembra agora o Finsocial, quando o Governo fez uma modificação para que pudesse aplicá-lo, também, nas penitenciárias. Essa emenda é de minha autoria, Senador Jutahy Magalhães. E o Presidente José Sarney, um ex-Parlamentar, que deveria defender as prerrogativas do Congresso Nacional, vetou exatamente o quê? Não permitiu que o Congresso Nacional tomasse conhecimento, de três em três meses, da aplicação das verbas do Finsocial. O que assistimos na campanha de 1986? Verbas e mais verbas foram jogadas no processo eleitoral e o Executivo não informou ao Congresso Nacional.

Vejam V. Ex^a, por exemplo, que na Ordem do Dia temos vários requerimentos de pedidos de informação ao Executivo. Já enviei vários pedidos de informação e o Executivo não responde. Há uma lei que determina a responsabilidade do Poder Executivo, do Chefe do Executivo, dos Srs.

Ministros de Estado. O que acontece? Não acontece nada, Sr. Presidente! Nós mesmos estamos passivamente permitindo que o Congresso fique à mercê dos atos do Executivo, quando o Congresso quer exatamente saber, através de um simples pedido de informação e essa informação lhe é negada.

É por isso, Senador Jutahy Magalhães, que lembro aqui que não adianta estarmos preocupados com 400 ou 500 artigos e não estamos preocupados com 8 mil leis ordinárias, com mais de 5 mil decretos-leis, neste País. Tomemos, por exemplo, o Presidente Sarney: Sua Excelência disse que não iria baixar um decreto-lei. Hoje, já baixou mais de 46 decretos-leis durante o seu Governo. E o primeiro deles qual foi? Exatamente o que permitiu maior endividamento do Brasil.

É por isso que estamos aqui, neste momento e nesta hora, lembrando aos nobres Pares, aos Srs. Constituintes, que essa preocupação sobre os artigos é exagerada. Se as leis ordinárias, amanhã, dependerem de uma maioria eventual — como lembrou o Senador Jutahy Magalhães — não sei iremos regulamentar esta Constituição, que pretendemos seja duradoura.

O Sr. Jamil Haddad — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer ouço V. Ex^a, Senador Jamil Haddad.

O Sr. Jamil Haddad — Nobre Senador Itamar Franco, V. Ex^a coloca um problema que representa, na realidade, uma ansiedade de todos os autênticos democratas. V. Ex^a, disse que existem três poderes independentes e harmônicos: o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário. No entanto, os 21 anos de exceção, de ditadura, neste País, fizeram, inclusive com a legislação, com que houvesse uma castração das prerrogativas do Poder Legislativo. E neste momento, quando se fala que estamos num processo de transição, tenho as minhas dúvidas, porque se fala em nova República, e é uma continuação da velha República. Neste momento, todos os Congressistas deveriam lutar pela devolução das prerrogativas retiradas do Congresso Nacional, e no respeito do Poder Executivo a este Poder, que é o Poder Legislativo, representado justamente por Parlamentares que tiveram o voto popular. Congratulo-me com V. Ex^a, porque num dia só, V. Ex^a lembra bem, num dia só foram publicados 13 decretos-leis no *Diário Oficial*, sendo que um deles completamente inconstitucional, acabando com o Banco Nacional da Habitação. E eu até, naquela época, fiz um pronunciamento dizendo que me parecia, pura, e simplesmente, uma queima de arquivo, porque aqueles grandes escândalos, existentes no grupo Delfim, Brastel e outros mais, que se socializaram porque o Governo entrou com dinheiro e, até hoje, nada aconteceu! Tenho lido que o Sr. Levingsohn, da Delfin, acabou de informar que terá dinheiro a receber de volta. Outro dia li que no caso da Coroa-Brastel prescreveu-se o processo, nobre Senador. V. Ex^a tem toda razão. Temos que fiscalizar os atos do Poder Executivo, porque somos sabedores que do Finsocial a única coisa certa foi que o dinheiro não foi aplicado no campo social. Disto temos certeza. O resto não sabemos. V. Ex^a sabe, e já me contou, nas eleições em Minas Gerais houve uma farta distribuição de leite e de gêneros ali-

mentícios, através de verbas, provavelmente, do Finsocial, mas usadas apenas e especificamente para fins eleitorais. Esta não deve ser a atitude de um Governo sério, de um Governo que quer, na realidade, a modificação da estrutura social brasileira.

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito obrigado, Senador Jamil Haddad. É exatamente o que estamos lembrando aqui. Enxugar a Constituição, sim, Sr. Presidente, mas enxugá-la em detrimento do Poder Legislativo? Queremos exatamente obrigá-lo que o Poder Executivo preste as contas devidas ao Parlamento Nacional. Numerologia — 300, 500 artigos. Se amanhã a maioria eventual não permitir, repito, essa regulamentação, ao que vamos assistir? Vamos remeter tudo para as leis complementares? Para as leis ordinárias? Permitir os decretos-leis? O que adianta manter o pedido de informação como está sendo feito até agora, Sr. Presidente? Se V. Ex. verificar, através dos terminais de computadores do nosso sistema, há de ver que o Executivo não tem respondido aos nossos pedidos de informações. E qual é a nossa atitude?

Lembrou bem o Senador Jutahy Magalhães; O Tribunal de Contas recebe uma solicitação do Presidente da República, quando ele é um órgão auxiliar do Congresso Nacional. Ele não tem que receber solicitação do Senhor Presidente da República; ele tem que se dirigir ao Congresso Nacional; ele tem que estar acoplado ao Congresso Nacional. Não é o Presidente da República quem determina ao Tribunal de Contas que fiscalize as empresas estatais, as empresas governamentais. É preciso que, antes de mais nada, o Poder Executivo tenha para com o Legislativo as suas obrigações, decorrentes de uma atual Constituição, deformada, de um Poder castrado, como tem sido o Poder Legislativo.

Não é possível, nobres Senadores, que, com a nova Constituição, nesse enxugamento que querem dar, o Congresso Nacional se veja aviltado naquilo em que tem maior poder e necessidade perante o povo, que é fiscalizar os atos do Poder Executivo.

Sr. Presidente, vou encerrar — vejo que V. Ex. já me chama a atenção — pedindo exatamente àqueles que no momento comandam o processo constituinte, a fim de que possamos exercer os nossos direitos de voto. Se queremos manter na Constituição o número determinado de artigos, atentem, mais uma vez para o número exagerado de leis ordinárias, de leis complementares e decretos-leis que o nosso Brasil tem no momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora, como Líder do PDS.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS — CE. Como Líder.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Em homenagem à magnanimidade que V. Ex., Sr. Presidente, hoje dispensou aos diferentes oradores que nos antecederam, vamos ser o mais breve possível, se já sintético somos, tentaremos sê-lo mais ainda.

Na euforia, no ano passado, do Plano Cruzado, em pronunciamento nacional fizemos as restrições necessárias à execução daquilo que parecia ser a síntese das esperanças de um Brasil melhor,

chamando bastante atenção para a questão do combate ao déficit público, sem trégua.

A resposta não tardou, pela boca das mais expressivas autoridades monetárias, informando que o déficit estava contido. Não havia déficit.

Desfeita toda aquela esperança, em malo deste ano, os chamados autores do Plano Cruzado tiveram toda a sua posição apontada, em seus acertos e erros, em entrevista que, à época, fez sensação, prestada por Carlos Alberto Sardenberg, ao *Jornal do Brasil*.

Debalde solicitamos, aqui ao PMDB, ao PFL, para que, sustentáculos que eram do Governo, viessem a público dizer se aqueles fatos tão graves, por Sardenberg apontados, eram ou não a expressão da verdade. Inútil apelo.

Tempos depois, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o autor da entrevista transformou suas declarações num livro, "Aventura e Agonia", que se tornou quase um *best seller*.

Já agora o jornalista Alex Solnik, aí, não mais afirmando, mas tomando o depoimento dos principais autores dessa tragicomédia que se abateu sobre o Brasil, copiou em uma obra, "Por que não deu certo?", as declarações, as confissões de todos eles.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, só num País, em que esteja a consciência pública já tão embotada é que passa, em brancas nuvens, esse conjunto de afirmações, sem que haja uma contradição, sem que haja uma explicação. O que vemos é um dos autores desse grande "Plano", interpellando judicialmente o outro, por supostas declarações fornecidas a esse jornalista.

Não viemos, aqui, tripudiar sobre quem caiu, sobre quem deixou o Governo, Sr. Presidente, mas de quem precisa a Nação ser informada, informada sobre os motivos por que esse Plano Cruzado não deu certo, algo é preciso dizer da responsabilidade daqueles que frustraram a esperança de tantos brasileiros. E, neste momento, como que provocando o debate, sem concordar com todos os termos de sua declaração, fazemos juntar ao nosso pronunciamento, hoje, a entrevista que, por força do Regimento, ficará incorporada aos Anais desta Casa, a fim de que ninguém diga dela não ter tomado conhecimento: a entrevista, do jovem que era chamado, em tempos bonançosos, mago maior, o Economista Pêrsio Arida, concedida, repetimos, à revista *Veja*, em que S. Sr. mostra, realmente, a indisposição que, no passado, como no presente, tem o Poder Executivo de enfrentar o déficit público e os caminhos que aponta para que tal desiderato seja alcançado.

Assim, Sr. Presidente, novamente nós cobramos, não sabemos bem a quem, dentro do PMDB, porque há tantos PMDB hoje, uns que apoiam o governo, outros que são contra o Governo, outros que nem o apoiam nem o combatem, uma resposta a tudo que sobre déficit foi aqui dito. Fazemo-lo primeiro ao PMDB, porque é o responsável pela política econômico-financeira da atual Administração. A que Partido pertence Dilson Funnaro, ex-Ministro da Fazenda? A que agremiação se liga o eminente Professor Bresser Pereira, atual detentor da mesma Pasta? Não deixemos de lado, também, o PFL, como a outra pilastra que apoia este Governo.

Não é possível, Sr. Presidente, que para um assunto tão importante, a resposta seja o silêncio. E a fim de que fique aqui bem consignado nos Anais desta Casa a nossa revolta e, ao mesmo

tempo, a nossa indignação, por não haver uma satisfação ao público das reais causas do fracasso deste Plano é que repetimos: sem que isso signifique assentimento a todas as idéias incorporamos à nossa oração a entrevista citada: "Não Existem Mágicas".

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

"O assalariado é quem paga o déficit"

Veja — Não lhe parece que mais cedo do que seria desejável a inflação voltará a mostrar suas garras, já que a equipe econômica vem enfrentando dificuldades crescentes para jugular uma das principais fontes de força da carestia no Brasil — o déficit público?

Arida — Tão logo termine a fase de descongelamento e na ausência de choques de oferta ou de mecanismos de indexação irresponsáveis, como o gatilho salarial, a inflação resultante será provocada, essencialmente, pelo déficit público — um fenômeno econômico que requer por parte da sociedade uma compreensão mais adequada que a que normalmente se tem sobre este problema. Gastam-se rios de tinta escrevendo-se sobre esse assunto, mas penso que ainda nos falta uma reflexão mais profunda sobre a natureza do gasto público.

Veja — O gasto público pode ser bom ou ruim, dependendo do que o Estado faz com o dinheiro arrecadado do contribuinte. O senhor concorda?

Arida — Num contexto de orçamento desequilibrado, todo gasto público, que pode ser de custeio ou de investimento, repercute sobre o cidadão como um imposto na forma de inflação — o imposto inflacionário. Frequentemente, nada se faz com a despesa de custeio da máquina governamental, sob o argumento de que se criariam problemas sociais. Já a alegação para não cortar o investimento público é que se prejudicaria a infra-estrutura básica do país. Há verdades e hipocrisias nessas colocações. O fato é que, sem receitas compatíveis, tudo isso acaba financiado pela inflação. Como? Com o governo emitindo dinheiro ou se endividando. O resultado, de uma maneira ou de outra, é mais inflação — ou melhor, um imposto inflacionário, cuja cobrança não está prevista em lugar nenhum, na Constituição atual ou na futura. É um imposto altamente regressivo, pois é pago basicamente por quem não tem como se defender da inflação, como os assalariados e os aposentados.

Veja — O senhor concorda com a intenção da equipe comandada pelo ministro Bresser Pereira de enfrentar os rombos orçamentários apenas mediante a criação ou o aumento de impostos?

Arida — Desconheço os limites dentro dos quais opera a equipe econômica, mas não há como evitar a constatação de que a solução do problema do déficit público exige, de um lado, cortes de custeio — com demissão de pessoal e extinção de órgãos públicos — e, de outro, uma reestruturação do processo de investimento à cargo do Estado. Há, de fato, muito o que fazer em relação à carga tributária, até porque sua incidência é extremamente desigual. É louvável e necessário alterá-la para melhorar a distribuição de renda. Mas não faz sentido aumentá-la apenas para

fechar as contas do governo. Seria uma medida ilusória. Se há uma lei férrea que rege os governos, é a que nos ensina que, na ausência de controles mais estritos, a cada 1 cruzado arrecadado sempre surge 1 cruzado de despesa.

Não é com gasto que se distribui renda

Veja — *Os impostos têm sido aumentados ou criados nos últimos anos para financiar despesas sem verbas definidas, subsidiar setores da iniciativa privada ou para bancar o desperdício. O que o senhor acha disso?*

Arida — Num país carente como o nosso, é muito fácil alguém apresentar bons programas de gastos — programas, à primeira vista, socialmente justos e que vão melhorar a vida da população. São raros os casos em que um programa de gastos é intrinsecamente ruim. O que não se percebe é que tais programas têm um custo que, sem receitas adequadas, vai ser financiado pelo trabalhador.

Veja — *É comum demolirem-se teses como essa simplesmente acusando quem a propõe de ser "conservador". Como o senhor encara isso?*

Arida — Ser progressista no Brasil, hoje, implica atacar o gasto público — o gasto de custeio, em primeira instância. É esse tipo de despesa governamental que, de fato, está acossando a distribuição de renda em detrimento dos que menos ou nada possuem. Não passa de um equívoco crasso a noção das pessoas, que coincide com a noção geral do país, de que se tem de aumentar os gastos do Estado para melhorar a distribuição de renda. Repito: com o orçamento desequilibrado, todo gasto público será financiado pelas classes assalariadas. Na melhor das hipóteses, se o tipo de gasto for realmente de natureza social, haverá uma transferência de renda intraclasses trabalhadora. São trabalhadores urbanos, por exemplo, financiando os rurais; os de uma região financiando os de outra. Mas na hipótese perversa, que também não é incomum, de o gasto não ter nenhuma finalidade social, aí haverá, mesmo, uma concentração de renda. Estranho é que na hora de gastar, ninguém considere tais questões. Joga-se com a ignorância do cidadão.

Veja — *Se o básico é atacar o déficit público e não equilibrá-lo mediante o aumento dos impostos, como cortar as despesas? O Estado deve demitir pessoal?*

Arida — Argui-se, com frequência, que a demissão de funcionários, que incham e oneram a máquina administrativa muito mais nos Estados que na União, provocaria um problema social. O que não se percebe é que o custo desse pessoal, em boa parte ocioso e desnecessário, é financiado pelo imposto inflacionário cuja fatura é paga pelos trabalhadores do setor privado. Eu me pergunto: por que o trabalhador do setor privado deve sustentar o trabalhador ocioso do setor público? Não há nenhuma justificativa.

Veja — *Essa montanha de gente ociosa e despreparada não está também impedindo que o funcionário capacitado para suas funções seja pago de forma condizente com o que faz?*

Arida — Quando se tem um Estado inchado, ele é obrigado a pagar mal a todo mundo —

marajás à parte — e não consegue atrair pessoal competente. Assistimos hoje a uma enorme distorção dentro do aparelho público: tem meia dúzia trabalhando como malucos, com salários bem inferiores do que teriam no setor privado, e uma grande maioria que nada faz, aproveitando-se da ineficiência. Por razões de racionalidade econômica e até de justiça e ética, quando se sabe que os mais fracos são os que sustentam essas sinecuras, tem de haver demissões no Estado. E isso por mais que possa chocar aqueles que vêem o Estado como um grande seguro-desemprego do país — o que é uma visão completamente errada.

Veja — *Os políticos, ultimamente, têm proposto que se financiem tais gastos, produtivos ou não, com tributações adicionais sobre os capitalistas, desonerando-se os assalariados. Uma coisa compensa a outra, diante da dimensão do déficit público brasileiro?*

Arida — Concordo que nossa estrutura tributária penaliza o assalariado e revela iniquidades flagrantes. Basta comparar a situação do assalariado com a dos pequenos e médios empresários, frequentemente isentos, na prática, de impostos, e com a dos agricultores. A lista dos que pagam pouco é enorme. Mas considero um equívoco tentar equilibrar as contas do Estado através de reforços fiscais. Se já tivéssemos feito todos os esforços para enxugar a máquina pública, aí, talvez, valesse a pena, como cidadão, defender o aumento de impostos.

Veja — *Por onde o senhor começaria?*

Arida — Despedindo pessoal, mesmo. Revendo os incentivos fiscais e os subsídios empresariais. Para o que não pude: ser pura e simplesmente e eliminado por apresentar justificativas de desenvolvimento setorial ou regional, o Estado precisará buscar uma contrapartida. Quem deixa de pagar impostos está ganhando um presente. Então, o incentivo fiscal ou subsídio tem de ser trocado por uma participação acionária do Estado no empreendimento beneficiado. Mais tarde, quando o projeto revelar-se bem sucedido, tais ações poderão ser recompradas pelo empresário ou vendidas no mercado, ressarcindo o Estado — ou seja, a sociedade. O que não faz sentido é dar dinheiro de graça.

O ministro da Fazenda está algemado

Veja — *Todo ministro da Fazenda também chega ao governo assumindo um discurso antidefícit público, mas o que acaba fazendo, na prática, é aumentar impostos e tarifas. O que o senhor acha disso?*

Arida — É assim mesmo, mas por que isso acontece? Que resistências o ministro encontra pela frente? O que precisa ficar claro é que todo gasto público gera benefícios a alguém. É por isso que quando se fala em cortes, logo surgem as resistências. Elas têm duas faces. De um lado, é o burocrata, cujo poder se define pelo tamanho de gastos que consegue realizar — e, a bem da verdade, não tem, na atual estrutura, incentivo nenhum para se comportar de outra forma. De outro, são os beneficiários das despesas públicas, que, fora do governo, não querem perder a demanda por seus produtos ou empregos. Muitas

vezes essas duas faces das pressões contra as tentativas de impor maior racionalidade às finanças públicas amalgamam-se numa só. Surge, assim, uma comunhão de interesses de dentro e de fora do governo que algema os esforços do ministro da Fazenda.

Veja — *Nossos ministros da Fazenda não estariam "jogando a toalha" com muita facilidade?*

Arida — O que nós falta nesse imenso jogo de lobbies que é a sociedade brasileira — e uso a expressão lobby no bom sentido do termo — é o lobby do Tesouro Nacional. Uma falha gravíssima de nossa sociedade é não perceber que, quando o Estado gasta, quem paga é o Tesouro — e o Tesouro paga com o dinheiro da sociedade inteira. Ora, essa mesma sociedade que aplaude as obras públicas não se mobiliza em defesa do Tesouro nestes casos de empreguismo, favorecimento a grupos políticos e empresariais, ineficiência na aplicação dos recursos públicos e por aí vai. Resultado: quando a fatura disso tudo aparece pela inflação, a sociedade protesta. O que é isso? É falta de consciência do que são as finanças públicas, do que é o Tesouro.

O poder do Estado foi feudalizado

Veja — *Os políticos têm a percepção de que o Estado não fabrica dinheiro, mas apenas o transfere de um lado para outro?*

Arida — Essa pergunta comporta várias questões. A primeira é que a sociedade que se protege das investidas tributárias do Estado, patrocinando a sonegação, é a mesma que prestigia políticas econômicas contrárias a seus interesses.

Bom parte dos políticos criticados pela sociedade, além disso, foi eleito por ela mesma. Tais políticos, aliás, desempenham com coerência suas plataformas eleitorais. Insisto: o indivíduo mais progressista, nestes termos, não é o que defende o gasto social, os subsídios e incentivos, o emprego nas estatais e no serviço público, mas o que defende o Tesouro. Tudo o mais eu considero absolutamente secundário. Não há fórmula econômica, milagre que seja, que resista a esse quadro.

Veja — *Seria por isso que o ministro Bresser já estaria pedindo socorro, apenas um mês depois de anunciar metas de cortes de gastos que cada vez mais se revelam inatingíveis?*

Arida — Desde sempre, é o ministro da Fazenda que luta para controlar o Estado, defendendo o Tesouro num ambiente hostil. Vou um pouco além: a carência de defesa do Tesouro se verifica, pateticamente, não só na proliferação de gastos como também na própria estrutura do poder. O Tesouro é o dono de órgãos, bancos e empresas públicas, mas tais entidades ignoram oprimidamente seu acionista controlador. Não prestam contas a ninguém e agem por si mesmas. Muitas vezes o governo aumenta impostos, preocupado com o déficit orçamentário, enquanto setores da administração estão com uma quantidade imensa de recursos nas mãos, agindo autonomamente. Vivi essa situação quando estava no governo. O tamanho do setor público já não tem nada mais a ver com a capacidade de o Estado agir como um organismo coerente. O poder foi feudalizado.

Veja — *Seria a situação do sujeito que não manda em sua própria casa, mas quer dar ordens ao vizinho?*

Arida — O Estado brasileiro está na típica situação da empresa na qual os gerentes assumiram o controle e o dono, quando quer entrar, bate à porta e pede licença. Enquanto o Tesouro continuar indefeso do ponto de vista do controle de caixa, da diretoria púnica das decisões, do controle dos orçamentos e do rompimento das barreiras feudalizantes, não há maneira de se ter o controle da inflação nem mudarmos qualitativamente como país.

Veja — *Não estaria no caos das contas públicas e na desordem do Estado a armadilha que impede o surgimento de um novo modelo de crescimento?*

Arida — Todo o crescimento econômico a partir do fim dos anos 60 se assentou no endividamento externo e interno, na criação de fundos compulsórios de poupança, como o PIS-Pasep, e no aumento de impostos. Esse modelo se esgotou de 1981 para cá — a poupança externa não existe mais e a interna só financia o Estado a custos astronômicos. Mas o Estado continua querendo investir — e o país realmente precisa de novos investimentos.

Veja — *Como desatar esse nó?*

Arida — Um caminho é muito claro: cortar gastos, todos os desperdícios. A outra via convencional — aumentar impostos e tarifas — num caso só geraria distorções maiores e noutro tem limites estritos, sob pena de esgarçar a estrutura de preços relativos. Além disso, seria ingenuidade querer liquidar de bate-pronto a presença do Estado na economia, pois é o setor público que detém as informações e a experiência para os projetos necessários — de hidrelétricas a siderúrgicas. Uma solução seria o Estado passar a atuar apenas como incorporador dos novos projetos, deixando o aporte de recursos ao setor privado, que hoje detém a poupança e financia o déficit público.

Veja — *Sua idéia contempla a privatização das atividades estatais?*

Arida — Trata-se de fazer uma privatização dos novos projetos, sob a forma de **joint ventures** com controle privado. Ao contrário do modelo anterior, já esgotado, o Estado deveria investir capital somente na forma dos recursos de que dispõe de fato, como mão-de-obra e **Know-how**. Nesta solução, diminuiria o endividamento do Estado e, portanto, também as taxas reais de juros.

Veja — *O senhor imagina os credores externos convertendo dívidas em participações acionárias nesses novos projetos?*

Arida — Se 80% da dívida externa é detida pelo setor público, a sua conversão em investimentos no setor privado só viria a aumentar as taxas de juros e a gerar inflação. Por quê? Porque o Banco Central terá de emitir dinheiro e entregá-lo a quem comprou o débito e vai convertê-lo, já que não há provisão em caixa — se houvesse, não haveria déficit nem o problema da dívida. No momento seguinte, o Banco Central acabará emitindo títulos para enxugar o aumento de liquidez. Já no caso da conversão em cima dos débitos do setor público, se estaria trocando dívida por ativos, sem emissão de moeda ou de papel.

O Plano Cruzado não tinha mágica

Veja — *O senhor não estaria frustrado, com suas idéias, os que ainda esperam soluções mágicas do principal autor do Plano Cruzado, ao lado do também economista André Lara Resende?*

Arida — O Plano Cruzado não tinha mágica nenhuma. Ao contrário, ele se assentava no rigoroso controle dos gastos públicos e se propunha apenas a debelar a inflação inercial e nada mais. Mas depois quiseram usá-lo para distribuir renda, esquecendo-se de que a inflação é o maior agente desestabilizador da renda, e também alguns se empolgaram com a duvidosa eficiência do item mais secundário do plano — o congelamento. Deu no que se sabe e, aí, nós fomos embora. A sociedade está à procura de mágicas. Agora, vive a mágica da conversão da dívida externa. Por aí se deduz a natureza do problema."

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Com a palavra o Senador Carlos Chiarelli, como Líder do PFL.

O SR. CARLOS CHIARELLI (PFL — RS. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Dois rápidos registros. Em primeiro lugar, com relação à questão do déficit público. Estou chegando de uma visita, de um contato que fiz com o Secretário do Tesouro, Professor Andrea Calabi, oportunidade em que levei a S. Ex^a a nossa manifestação de solidariedade pela luta séria que vem travando e pelas manifestações públicas que vem fazendo, para que se ponha cobro à voracidade de certos Governadores de Estado, à pressão na luta pelas obras e pelos programas faraônicos e mastodônticos, e pela incapacidade e sensibilidade que deveriam ter esses Governantes estaduais, no sentido de entender que o País precisa que se leve a cabo uma política de combate ao déficit público de maneira séria, de maneira disciplinada, de maneira correta.

O nosso Partido, por meu intermédio, foi dar ao Secretário do Tesouro, além de receber dele as informações adequadas, a solidariedade para fazer frente a essa pressão, sobretudo de certos Governantes estaduais, que, parece, não se aperceberam da realidade extremamente preocupante por que passa o País.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, ao lado deste registro, há necessidade de uma informação e de um esclarecimento.

O **Jornal do Brasil**, de hoje, na sua capa e na sua folha 4, traz, no meio da matéria, uma referência à figura do ilustre Ministro Aureliano Chaves, dando a entender, através de um texto bastante insinuoso, que S. Ex^a estaria usando indevidamente 2 apartamentos, como a beneficiar-se, de maneira privilegiada, de uma situação funcional.

Por si só, a figura, a integridade, a seriedade e a postura do Ministro Aureliano Chaves dispensariam maiores comentários e rechaçariam, de plano, qualquer tipo de tentativa de ilaquear-lhe a conduta e a honorabilidade públicas, mas é preocupação do Ministro e nossa esclarecer o seguinte: o Ministro Aureliano Chaves mora na Super Quadra Sul 114, Bloco "I", Apt^o 101, isto é, S. Ex^a deixou de morar nas mansões dos Ministros, na Península do Lago, e optou por um aparta-

mento que, de resto, loca, pagando a taxa funcional estabelecida pelo Congresso, a partir de 1985, para o Banco do Brasil. No mês de julho, casando a filha, e face de uma série de presentes que recebeu, e antes que a filha viesse a se instalar no Rio Grande do Norte, se não me engano, pediu, por cedência, durante 45 dias, que se esgotam na semana que vem, duas peças do apartamento vizinho, isto é, do apartamento 102, do Banco do Brasil, onde colocou uma série de pacotes. Pois bem, este fato — a utilização, durante 45 dias, de duas salas do apartamento vizinho — redundou em notícia de primeira página, junto com um título que não faz qualquer referência a corrupção ou coisa dessa natureza, sobre a figura do ilustre Ministro, que, para quem não a lê na totalidade ou para quem não conhece esse esclarecimento — de que se trata, antes de mais nada, de alguém que abriu mão da possibilidade de estar numa casa muito mais espaçosa, para morar em um apartamento funcional, pagando aluguel ao Banco do Brasil — poderá interpretar de maneira inadequada e, sobretudo, chegar a uma conclusão não correta sobre este fato.

Para esclarecer o fato é que assomamos à tribuna para reiterar nossa confiança na seriedade, na honestidade e na idoneidade do Ministro, e para dar, a seu pedido, e por nossa iniciativa, a esta Casa, a que S. Ex^a tanto preza — ele foi Parlamentar — este esclarecimento, antes que a distorção dos fatos possa induzir alguém a erro de apreciação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Esta esgotou o tempo destinado ao Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 75, de 1987, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos regimentais, informações do Poder Executivo quanto ao contrato de patrocínio da emissora de televisão de Angola, realizado pela Petrobrás, a fim de instruir a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 1978.

A matéria constou da Ordem do Dia de sessão anterior, tendo a votação sido adiada por falta de **quorum**.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 87, de 1987, de autoria do Senador Cid Sabóia de Carvalho, solicitando, nos termos regimentais, informações ao Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, destinadas a instruir a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 198, de 1983.

A matéria constou da Ordem do Dia de sessão anterior, tendo a votação sido adiada por falta de **quorum**.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Item 3:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 130, de 1987, de autoria do Senador Jamil Haddad, solicitando, nos termos regimentais, informações, junto ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia, a fim de instruir a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1987.

O Sr. Itamar Franco — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Com a palavra o nobre Senador Itamar Franco, pela ordem.

O SR. ITAMAR FRANCO (PL — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, esperei a leitura do terceiro requerimento de informações para solicitar a V. Exª o seguinte: decorrido o prazo de 30 dias, e não formalizada a resposta pelo Executivo, que V. Exª aplique a legislação em vigor.

Como dizia há pouco no meu pronunciamento, não é possível que requerimentos de informações de Parlamentares, aprovados pelo Senado da República — e veja, Sr. Presidente, que o mecanismo foi alterado, antigamente cabia à Mesa decidir ou não pelo requerimento de informações, agora, lucidamente, cabe ao Plenário, é o Plenário do Senado que, neste momento, se associa a esse pedido de informações, não é possível que o Executivo faça "ouvidos de mercador", não responda aos nossos pedidos de informações.

Não há que se consultar novamente o Parlamentar. Não respondido no prazo de 30 dias, aplique a Mesa do Senado Federal a legislação em vigor.

É o apelo que faço a V. Exª, particularmente, pois tenho alguns requerimentos de informações já tramitando na Casa há mais de 60 dias.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Presidência tomará as providências relativas à questão levantada pelo nobre Senador Itamar Franco. (Pausa)

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Item 4:

Mensagem nº 112, de 1987 (nº 176/87, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Ipiáu, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

Nos termos do art. 6º da Resolução nº 1, de 1987, designo o nobre Senador Ruy Bacelar para proferir o parecer sobre a Mensagem, oferecendo o respectivo projeto de resolução.

O SR. RUY BACELAR (PMDB — BA. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com a Mensagem nº 112, de 1987, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a autorização para que a Prefeitura Municipal de Ipiáu (BA) contrate, junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, este na qualidade de agente financeiro, a seguinte operação de crédito:

Características da operação

- A — Valor: Cz\$ 7.443.152,00;
- B — Prazos:
 - 1 — de carência: até 30 meses;
 - 2 — de amortização: 216 meses;
- C — Encargos:
 - 1 — juros: 5,5% a.a. + 1% a.a. para o agente financeiro;
 - 2 — taxa de administração: 2% sobre cada desembolso;
- D — Garantia: vinculação de cotas do FPM — Fundo de Participação dos Municípios;
- E — Destinação dos recursos: execução de projetos relacionados com saneamento, compreendendo abertura de canais centrais nos bairros "Loteamento 2 de Dezembro" e "Da Democracia", com implantação de redes de esgotos e de drenagem de águas pluviais, abertura de ruas, pavimentação a paralelepípedos, construção de meios-fios e calçadas.

Ouvida a respeito, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/SAREM) informou nada ter a opor quanto à realização da operação, que é técnica e financeiramente viável, segundo o Banco do Nordeste do Brasil S/A.

No mérito, o pleito enquadra-se em casos análogos que têm merecido a aprovação da Casa, tendo em vista a alta relevância social do projeto.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987, que estabelece normas de elaboração legislativa do Senado Federal durante o período de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, opinamos favoravelmente sob os aspectos econômico-financeiro e legal da matéria.

Assim sendo, concluímos pelo acolhimento da Mensagem, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 115, DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de Ipiáu (BA) a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 7.443.152,00.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Ipiáu (BA), nos termos do art. 2º da Resolução nº 93/76, alterada pela Resolução nº 140/85, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 7.443.152,00, junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A. A operação de crédito destina-se à execução de obras de infra-estrutura urbana.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Passa-se à discussão do projeto em turno único. Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a votação da matéria realizar-se-á na sessão seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Item 5:

Mensagem nº 141, de 1987 (nº 239/87, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Diadema, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 419.400,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

Nos termos do art. 6º da Resolução nº 1, de 1987, designo o nobre Senador Jamil Haddad para proferir o parecer, oferecendo o respectivo projeto de resolução.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Para emitir parecer) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Com a Mensagem nº 141, de 1987, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a autorização para que a Prefeitura Municipal de Diadema (SP) contrate, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de Gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, a seguinte operação de crédito:

1. Proponente

Denominação: Município de Diadema
Localização (sede): Rua Almirante Barroso, 111 — Vila Santa Dirce — Diadema — SP.

2. Financiamento

Valor: equivalente, em cruzados, a até 419.400 OTN.

Objetivo: Implantação de guias, sarjetas e galerias de águas pluviais.

Prazo:

Carência: até 03 (três) anos.

Amortização: 08 (oito) anos.

Encargos: juros de 4% ao ano, cobrados trimestralmente, sendo o saldo devedor reajustado de acordo com o índice de variação das OTN.

Condições de liberação: O financiamento será liberado em parcelas, de acordo com cronograma a ser apresentado.

Condições de Amortização: O saldo devedor será amortizado em 32 (trinta e duas) prestações trimestrais e sucessivas, calculadas pelo Sistema SAC, vencíveis no último dia de cada trimestre civil, prevendo-se os seguintes dispêndios anuais:

| | |
|-------------|--------------|
| 1986 — Cz\$ | 439.700,00 |
| 1987 — Cz\$ | 1.758.800,00 |
| 1988 — Cz\$ | 1.758.800,00 |
| 1989 — Cz\$ | 1.758.800,00 |
| 1990 — Cz\$ | 7.254.375,00 |
| 1991 — Cz\$ | 7.034.525,00 |
| 1992 — Cz\$ | 6.814.676,00 |
| 1993 — Cz\$ | 6.594.825,00 |
| 1994 — Cz\$ | 6.374.976,00 |
| 1995 — Cz\$ | 6.155.126,00 |
| 1996 — Cz\$ | 5.935.276,00 |
| 1997 — Cz\$ | 5.715.426,00 |

Garantias: Vinculação de parcelas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM.

Dispositivos Legais: A Lei Municipal nº 838, de 23 de abril de 1986.

No mérito, o pleito enquadra-se em casos análogos que têm merecido a aprovação da Casa, tendo em vista a alta relevância social do projeto.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987, que estabelece normas de elaboração legislativa do Senado Federal durante o período de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, opi-

namos favoravelmente sob os aspectos econômico-financeiro e legal da matéria.

Assim sendo, concluímos pelo acolhimento da Mensagem, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 116, DE 1987.

Autoriza a Prefeitura Municipal de Diadema (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados a 419.400 OTN.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Diadema (SP), nos termos do art. 2º, da Resolução nº 93/76, alterado pela Resolução nº 140/85, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados a 419.400 OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS. A operação destina-se à implantação de guias, sarjetas e galerias de águas pluviais.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Passa-se à discussão do projeto, em turno único. Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a votação da matéria realizar-se-á na sessão seguinte nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) —

Item 6:

Mensagem nº 143, de 1987 (nº 240/87, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Jacareí, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 466.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

Nos termos regimentais, designo o nobre Senador Nabor Júnior para proferir o parecer e oferecer o respectivo projeto de resolução.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB — AC. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com a Mensagem nº 143, de 1987, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a autorização para que a Prefeitura Municipal de Jacareí contrate, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, a seguinte operação de crédito:

Características da Operação

1. Proponente

- 1.1 Denominação: Município de Jacareí
- 1.2 Localização (sede): Praça Três Poderes, 73 — Jacareí — SP

2. Financiamento

2.1 Valor: Equivalente, em cruzados, a até 466.000,00 OTN.

2.2 Objetivo: Ampliação do sistema de abastecimento d'água.

2.3 Prazo: Carência: Até 3 (três) anos. Amortização: 10 (dez) anos.

2.4 Encargos: Juros de 3% ao ano, cobrados trimestralmente, sendo o saldo devedor reajustado de acordo com o índice de variação das OTN.

2.5 Condições de Liberação: O financiamento será liberado em parcelas, de acordo com o cronograma a ser apresentado.

2.6 Garantia: Vinculação de parcelas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

2.7 Dispositivos Legais: Lei Municipal nº 2.362, de 13 de outubro de 1986.

No mérito, o pleito enquadra-se em casos análogos que têm merecido a aprovação da Casa, tendo em vista a alta relevância social do projeto.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987, que estabelece normas de elaboração legislativa do Senado Federal durante o período de funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte, opinamos favoravelmente sob os aspectos econômico-financeiro e legal da matéria.

Assim sendo, concluímos pelo acolhimento da Mensagem, nos termos do seguinte.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 117, DE 1987.

Autoriza a Prefeitura Municipal de Jacareí (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados a 466.000,00 OTN.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Jacareí (SP), nos termos do art. 2º da Resolução nº 93/76, alterado pela Resolução nº 140/85, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados a 466.000,00 OTN junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS. A operação de crédito destina-se à ampliação do sistema de abastecimento d'água.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Passa-se à discussão do projeto, em turno único. Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada discussão, a votação da matéria realizar-se-á na sessão seguinte, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — **Item 7:**

Mensagem nº 144, de 1987 (nº 241/87, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Penápolis, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 178.571,43 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

Nos termos regimentais, designo o nobre Sr. Senador Pompeu de Souza para proferir o parecer e oferecer o respectivo projeto de resolução.

O SR. POMPEU DE SOUSA (PMDB — DF. Para proferir parecer) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com a Mensagem nº 144, de 1987, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a autorização para que a Pre-

feitura Municipal de Penápolis (SP) contrate, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, a seguinte operação de crédito:

Características da Operação:

1. Proponente

- 1.1 — Denominação: Município de Penápolis
- 1.2 — Localização (sede): Praça Nove de Julho, 150 — Penápolis — SP

2. Financiamento

2.1 — Valor: Equivalente, em cruzados, a até 178.571,43 OTN.

2.2 — Objetivo: Implantação de sistema de abastecimento d'água e galerias de esgoto sanitário.

2.3 — Prazo:

Carência: até 3 (três) anos.

Amortização: 12 (doze) anos.

2.4 — Encargos: Juros de 3% ao ano, cobrados trimestralmente, sendo o saldo devedor reajustado de acordo com o índice de variação das OTN.

2.5 — Condições de liberação: O financiamento será liberado em parcelas, de acordo com o cronograma a ser apresentado.

2.6 — Garantia: Vinculação de parcelas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM.

2.7 — Dispositivos Legais: Lei Municipal nº 1.693, de 09.12.1986.

No mérito, o pleito enquadra-se em casos análogos que têm merecido a aprovação da Casa, tendo em vista a alta relevância social do projeto.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987, que estabelece normas de elaboração legislativa do Senado Federal, durante o período do funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte, opinamos favoravelmente sob os aspectos econômico-financeiro e legal da matéria.

Assim sendo, concluímos pelo acolhimento da Mensagem, no termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 118, DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de Penápolis (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados a 178.571,43 OTN.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Penápolis (SP), nos termos do art. 2º da Resolução nº 93/76, alterado pela Resolução nº 140/85, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 178.571,43 OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS. A operação de crédito destina-se à implantação de sistema de abastecimento d'água e galerias de esgoto sanitário.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Passa-se à discussão do projeto, em turno único. Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a votação da matéria realizar-se-á na sessão seguinte, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Item 8:**OFÍCIO Nº S/33, DE 1987**

Ofício nº S/33, de 1987 (nº 53/87, na origem), relativo à proposta para que seja retificada a Resolução nº 362, de 5 de dezembro de 1986, que autorizou o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 7.443.152,00 (sete milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta e dois cruzados). (Dependendo de parecer.)

Nos termos regimentais designo o nobre Senador Ruy Bacelar para emitir parecer e oferecer o respectivo projeto de resolução.

O SR. RUY BACELAR (PMDB — BA. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com o Ofício nº S/33, de 1987, o Sr. Prefeito Municipal de Jagaquara-BA, solicita a rratificação da Resolução nº 362, de 5 de dezembro de 1986, que autorizou aquela Prefeitura a contratar a operação de crédito no valor correspondente a Cz\$ 7.443.152,00 (sete milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta e dois cruzados), sem a necessária correspondência em OTN.

Trata-se, portanto, de um simples suprimento legislativo que permitirá ao pleiteante controlar a referida operação de crédito sem o ônus da desvalorização da moeda, a fim de que o projeto a ser financiado continue técnica e financeiramente viável.

No mérito, a matéria já recebeu o **referendum** da Casa, quando da sua apreciação original, tendo em vista o seu largo alcance sócio-econômico para aquela municipalidade.

Assim sendo, nos termos da Resolução nº 1, de 1987, acolhamos o pedido, visto ser jurídico e constitucional, nos termos do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 119, DE 1987**Rratifica o Projeto de Resolução nº 312, de 1986.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 1º da Resolução nº 362, de 5 de dezembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Jagaquara (BA), nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.00 OTN, junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, este na qualidade de agente financeiro da operação, destinada à execução de obras de infra-estrutura, naquele Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação da matéria far-se-á na sessão seguinte, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Item 9:

Ofício nº S/34, de 1987 (nº 45/87, na origem), relativo à proposta para que seja rratificada a Resolução nº 47, de 26 de maio de 1987, que autorizou a Prefeitura Municipal de Palmas, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 3.721.576,00 (três milhões, setecentos e vinte e um mil, quinhentos e setenta e seis cruzados). (Dependendo de parecer.)

Nos termos regimentais, designo o nobre Senador Louremberg Nunes Rocha para proferir o parecer e oferecer o respectivo projeto de resolução.

O SR. LOUREMBERG NUNES ROCHA (PMDB — MT. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com o Ofício "S" 34, de 1987, o Sr. Prefeito Municipal de Palmas — PR, solicita a rratificação da Resolução nº 47, de 26 de maio de 1987, que autorizou aquela Prefeitura a contratar operação de crédito no valor correspondente a Cz\$ 3.721.576,00 (três milhões, setecentos e vinte e um mil, quinhentos e setenta e seis cruzados), sem a necessária correspondência em OTN.

Trata-se, portanto, de um simples suprimento legislativo que permitirá, ao pleiteante, controlar a referida operação de crédito sem o ônus da desvalorização da moeda, a fim de que o projeto a ser financiado continue técnica e financeiramente viável.

No mérito, a matéria já recebeu o **referendum** da Casa, quando da sua apreciação original, tendo em vista o seu largo alcance sócio-econômico para aquela municipalidade.

Assim sendo, nos termos da Resolução nº 1, de 1987, acolhamos o pedido, visto ser jurídico e constitucional, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 120, DE 1987**Rratifica o Projeto de Resolução nº 49, de 1987.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 1º da Resolução nº 47, de 26 de maio de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Palmas — PR, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados a 40.000 OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro da operação, destinada à execução de obras de canalização do lajeado da cidade, melhorias no estádio de futebol, pista de atletismo e outras obras.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Passa-se à discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação da matéria far-se-á na sessão seguinte, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Item 10:

Ofício nº S/35, de 1987 (nº 816/87, na origem), relativo à proposta para que seja retificada a Resolução nº 389, de 1986, que autorizou o Governo do Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 3.180.370.480,00 (três bilhões, cento e oitenta milhões, trezentos e setenta mil, quatrocentos e oitenta cruzados). (Dependendo de parecer.)

Nos termos regimentais, designo o nobre Senador Nelson Carneiro para proferir o parecer e oferecer o respectivo projeto de resolução.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ. para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com o Ofício "S" 35 de 1987, o Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro solicita a rratificação da Resolução nº 389 de 5 de dezembro de 1986 que autorizou aquele Estado a contratar a operação de crédito no valor correspondente a Cz\$ 3.180.370.480,00 (três bilhões, cento e oitenta milhões, trezentos e setenta mil, quatrocentos e oitenta cruzados).

Trata-se, portanto, de um simples suprimento legislativo que permitirá ao pleiteante controlar a referida operação de crédito sem o ônus da desvalorização da moeda, a fim de que o projeto a ser financiado continue técnica e financeiramente viável.

Genericamente, entendo que as autorizações concedidas aos Estados e Municípios pelo Senado Federal em cruzados sem a necessária correspondência em OTN, e que ainda não foram contratadas, já que não se muda a essência, a natureza e nem as condições financeiras reais da operação.

No mérito, a matéria já recebeu o **referendum** da Casa, quando da sua apreciação original, tendo em vista o seu largo alcance sócio-econômico para aquele Estado.

Assim sendo, nos termos da Resolução nº 1, de 1987, acolhamos o pedido, visto ser jurídico e constitucional, nos termos do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO**Nº 121, DE 1987.****Rratifica o Projeto de Resolução**

nº

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 1º, da Resolução nº 389 de 5 de dezembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É o governo do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 29.890.700 (vinte e nove milhões, oitocentos e noventa mil e setecentos) OTN junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro da operação destinada a atender as responsabilidades fi-

nanceiras na implantação de sistemas de água e esgotos sanitários, do Estado."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Passa-se à discussão do projeto, em turno único.

Em discussão. (Pausa.)

O Sr. Jamil Haddad — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Com a palavra o nobre Senador Jamil Haddad, para discutir o projeto.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, todos sabem que o meu Partido — Partido Socialista Brasileiro — não apoiou, no processo eleitoral, para a governança do Estado, o Governador Moreira Franco. Mas todos sabem que, aqui, somos representantes do Estado do Rio de Janeiro e, como no passado, apesar de estarmos rompidos com o Governador Leonel Brizola, votamos todos os créditos quando S. Exª era Governador do Estado. Coerentemente, votaremos todos os créditos para o Estado do Rio de Janeiro, já que há necessidade de uma modificação na legislação tributária nacional na Constituinte, para permitir que os Estados possam, na realidade, se tornar auto-suficientes. Caso contrário, estaremos aqui permanentemente a solicitar abertura de crédito para auxiliar os Estados e municípios.

Na realidade, uma coisa nos preocupa.

Sabemos, Sr. Presidente — e o sabe o nobre Senador Nelson Carneiro que me antecedeu — que o BD-RIO está para ser desativado, e isso me causa espécie. Foi o nobre Senador Itamar Franco quem levantou esta hipótese. Por outro lado, o processo de liquidação pelo qual passa o BD-RIO impõe a sua substituição nas funções de agente financeiro das operações a serem contratadas junto à Caixa Econômica Federal, como sucessor do Banco Nacional da Habitação. Mas, parece-me que na leitura do parecer, V. Exª citou o BD-RIO, nobre Senador Nelson Carneiro, o que, na realidade, pode levar à necessidade de alteração do parecer.

O Sr. Nelson Carneiro — Acredito que o agente financeiro realmente deve ser outro, pois pelo que sei o BD-RIO está em liquidação. Assim, eu pediria, Sr. Presidente, que fosse revisto este ponto, porque parece que a solicitação do Governador é de que outro órgão substitua o BD-RIO em liquidação. Ele pede isso na mensagem.

O Sr. Itamar Franco — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador Jamil Haddad?

O SR. JAMIL HADDAD — Pois não!

O Sr. Itamar Franco — O nobre Governador do Estado fala exatamente que: "por outro lado, o processo de liquidação por que passa o BD-RIO" — e aí eu gostaria de chamar a atenção do nobre Relator de que é importante que o Senado Federal também saiba dessa liquidação por que passa o BD-RIO — "e impõe a sua substituição nas funções de agente financeiro das operações a serem contratadas junto à Caixa Econômica Fe-

deral, como sucessor do Banco Nacional da Habitação.

O Sr. Nelson Carneiro — Junto à Caixa Econômica?

O Sr. Itamar Franco — Dando um aparte ao Senador Jamil Haddad, eu diria que o Governador do Rio de Janeiro diz o seguinte, Senador Nelson Carneiro...

O Sr. Nelson Carneiro — Ele pede à Caixa Econômica...

O Sr. Itamar Franco — "...impõe a sua substituição nas funções de agente financeiro das operações a serem contratadas junto à Caixa Econômica Federal, como sucessor do Banco Nacional da Habitação.

O SR. JAMIL HADDAD — Não há dúvida alguma. O nobre Senador Itamar Franco levanta este problema, que é justamente consubstanciado pela solicitação do Governador Moreira Franco. Mas parece-me que no parecer o agente ainda está sendo colocado como sendo o BD-RIO que está sob intervenção. Há necessidade de uma modificação do parecer, no sentido de que o gestor seja a Caixa Econômica Federal.

O Sr. Nelson Carneiro — Mas o empréstimo, parece-me que é pedido à Caixa Econômica. Vamos ler a mensagem.

O SR. JAMIL HADDAD — Eu pediria à Mesa, se fosse possível, que me entregasse o parecer lido pelo nobre Senador Nelson Carneiro, para verificar na realidade.

O Sr. Nelson Carneiro — No parecer consta realmente que é o BD-RIO que vai servir de órgão financiador. Mas o próprio Governador diz, por outro lado, que o processo de liquidação impõe a sua substituição nas funções a serem contratadas de agente financeiro mas não diz qual é o órgão que vai substituir o BD-RIO.

O SR. JAMIL HADDAD — Geralmente é a Caixa Econômica Federal, que é o órgão gestor.

O Sr. Nelson Carneiro S. Exª quer dizer exatamente Caixa Econômica, porque diz em seguida: "operações a serem contratadas junto à Caixa Econômica Federal, como sucessora do Banco Nacional da Habitação". Mas se vão ser contratadas junto à Caixa Econômica, o agente financiador deve ser a Caixa Econômica, porque o empréstimo é junto ao Banco de Desenvolvimento... Não é possível, como é que ele pode ser ao mesmo tempo... falta um personagem!

Falta um personagem, porque se o BD-RIO não pode... Ou é o Estado, pessoalmente, que quer contratar? A autorização é para o Governo desse Estado; ao contrário, o Governo quer contratar diretamente. "O Governo desse Estado contratar operações de crédito, no valor correspondente..." O empréstimo é junto à Caixa Econômica, mas é o Governo que quer, diretamente...

O SR. JAMIL HADDAD — Mas, nobre Senador, quando V. Exª leu o parecer...

O Sr. Nelson Carneiro — É verdade, há um equívoco.

O SR. JAMIL HADDAD — No parecer, o art. 1º diz que:

"É o Governo do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 2º da Resolução Nº 93, de 11-10-76-SF, autorizado a contratar operação de crédito no valor..., junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, este na qualidade de agente financeiro da operação destinada a atender às responsabilidades financeiras..."

O Sr. Nelson Carneiro — Explico a V. Exª É que essa é a reprodução da resolução anterior, de 1986, quando o BD-RIO não tinha entrado, ainda, em liquidação. Daí, então, o equívoco do projeto de resolução que, pelo que leio aqui, da mensagem do governador, diz: "Assim, solicito de Vossa Excelência a re-ratificação da Resolução nº 389/86, em que fique consignada a autorização para o Governo deste Estado contratar operações de crédito no valor correspondente, em cruzados, à 29.890.700 (vinte e nove milhões, oitocentos e noventa mil e setecentos) Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal". Portanto, o Governo quer que ele próprio contrate diretamente junto à Caixa Econômica. De modo que, com essa retificação, Sr. Presidente, substituindo...

O Sr. Itamar Franco — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador Jamil Haddad?

O SR. JAMIL HADDAD — Pois não.

O Sr. Itamar Franco — É que terá que ser alterado, Senador Nelson Carneiro. Creio que nessa re-ratificação do projeto não pode mais constar o BD-RIO, porque está em liquidação.

O Sr. Nelson Carneiro — Não pode! O BD-RIO tem que ser excluído.

O Sr. Itamar Franco — Então, tem que ser alterado o parecer de V. Exª, dizendo que passa nesse instante o agente financeiro, a ser a Caixa Econômica Federal e não mais o BD-RIO, que está em liquidação. É o próprio Governador quem diz isso.

O Sr. Nelson Carneiro — Não, o empréstimo é junto à Caixa Econômica!

O Sr. Itamar Franco — O parecer não pode ser aprovado como está.

O Sr. Nelson Carneiro — Como está não pode! Tem que ser corrigido.

O SR. JAMIL HADDAD — O que ocorre, na realidade, é que, com a desativação do BNH, que era o órgão responsável por essa parte de drenagem e tal, o BNH passou várias atribuições à Caixa Econômica Federal. Mas, parece-me que o que está havendo é uma superposição, que creio ser claramente configurada diante...

O Sr. Itamar Franco — Cabe apenas uma alteração no projeto de V. Exª, nobre Senador, mais nada.

O Sr. Pompeu de Souza — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador Jamil Haddad? (Assentimento do orador.) Apenas para ponderar o seguinte: trata-se evidentemente de uma situação pirandelliana. V. Exª acabou de dizer que falta um

personagem. Pirandello tinha seis personagens à procura de um autor. É preciso realmente entregar a um pirandello legislativo a resolução que está completamente capenga.

O SR. JAMIL HADDAD — O Senador Nelson Carneiro pediu que fosse preparado o parecer e feita a leitura do mesmo por S. Ex^a, que foi designado Relator da matéria. Parece-me, Sr. Presidente, que o mais coerente, diante dessa clara configuração da impossibilidade do BD-RIO ser, na realidade, o órgão responsável é que seja modificado o parecer: onde existe BD-RIO que seja feita modificação. E no momento da votação da redação final, que a façamos corretamente, com o órgão que será o gestor, por assim dizer, do empréstimo.

O Sr. Nelson Carneiro — Sr. Presidente, creio que com uma simples emenda ao Projeto de Resolução estará solucionado o problema. Onde se diz: "junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, diga-se junto à Caixa Econômica Federal. Com essa simples substituição, parece que está tudo esclarecido, salvo se V. Ex^a tiver melhor esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Ilustre Senador Nelson Carneiro, o parecer é oral. Se V. Ex^a assim acolher, assim será processado pelos nossos serviços de Taquigrafia e Ata.

O Sr. Nelson Carneiro — Então, Sr. Presidente, se V. Ex^a me der essa faculdade, invocando o Regimento, eu diria junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro e exclui-se o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro S.A. está vencida a dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Perfeito!

O Sr. Nelson Carneiro — E grato à vigilância dos Senadores Itamar Franco e Jamil Haddad.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Encerrada a discussão, a votação da matéria proceder-se-á na sessão seguinte, conforme disposições regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Item 11:

Ofício nº S/36, de 1987 (nº 167/87, na origem), relativo à proposta para que seja retificada a Resolução nº 399, de 1986, que autorizou a Prefeitura Municipal de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$30.936.265,20 (trinta milhões, novecentos e trinta e seis mil, duzentos e sessenta e cinco cruzados e vinte centavos). (Dependendo de parecer.)

Nos termos regimentais, designo o nobre Senador Louremberg Nunes Rocha para emitir parecer.

O SR. LOUREMBERG NUNES ROCHA (PMDB — MT — Para emitir parecer) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com o Ofício "S" 36 de 1987, o Senhor Prefeito Municipal de Carazinho (RS), solicita a rerratificação da Resolução nº 399, de 5 de agosto de 1986, que autorizou aquela Prefeitura a contratar a operação de crédito no valor correspondente a Cz\$ 30.936.265,20 (trinta milhões, novecentos

e trinta e seis mil, duzentos e sessenta e cinco cruzados e vinte centavos).

Trata-se, portanto, de um simples suprimento legislativo sem o ônus da desvalorização da moeda, a fim de que o projeto a ser financiado continue técnica e financeiramente viável.

Genéricamente, entendo que as autorizações concebidas aos Estados e Municípios pelo Senado Federal em cruzados, sem a necessária correspondência em OTNs, e que ainda não foram contratadas, devam ser rerratificadas, sem maiores exigências, já que não se muda a essência, a natureza e nem as condições financeiras reais das operações.

No mérito, a matéria já recebeu o **referendum** da Casa, quando da sua apreciação original, tendo em vista o seu largo alcance sócio-econômico para aquela municipalidade.

Assim sendo, nos termos da Resolução nº 1, de 1987, acolhemos o pedido, visto ser jurídico e constitucional, nos termos do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 122, de 1987

Rerratifica o Projeto de Resolução nº 399, de 1986.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 1º, da Resolução nº 399, de 5 de dezembro de 1986 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Carazinho (RS), nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados a 29.075 (vinte e nove mil e setenta e cinco) OTNs, junto à Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional de Habitação, BNH, hoje Caixa Econômica Federal, destinada aos projetos específicos de sistema viário, esgoto pluvial, iluminação pública, recreação e lazer e educação e cultura."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Passa-se à discussão do projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a votação da matéria proceder-se-á em sessão seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Presidência comunica ao Plenário que, com relação ao item 8 da pauta da presente sessão, constatou um erro manifesto no espelho distribuído aos Srs. Senadores. Trata-se, como instruído pelo Sr. Relator, de ofício propondo a rerratificação da Resolução nº 362, de 1986, que diz respeito à Prefeitura Municipal de Jaguaquara, Estado da Bahia, e não ao Governo do Estado, como consta nos espelhos.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Passa-se agora à votação do requerimento nº 131/87, lido no Expediente.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Bacelar.

O SR. RUY BACELAR (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não só proeminentes analistas, assim como políticos de outros partidos, vêm afirmando apressadamente, e até mesmo com ironia, que o PMDB de 1987 não é o mesmo de antes de 1986.

O Partido que no processo eleitoral de 1986 estava comprometido na luta contra o autoritarismo, mostrava-se intransigente na afirmação dos valores democráticos e apontava decididamente o caminho das mudanças sociais, agora se encontra inchado e trajando as roupas do velho "Arenão".

Com efeito, de um Partido nitidamente centro-esquerda, o PMDB, pela ampliação do espaço da direita no seu interior e pela ilusória participação no exercício da função de Governo, — Governo, é bom que se diga, despreparado e desacreditado — vai, cada vez mais, assumindo posturas conservadoras e retrógradas, desiludindo e decepcionando as classes populares do País.

É certo que, se tudo na vida tem seu preço, este é o preço pago pelo PMDB ao constituir-se um grande arco de tendências políticas, necessário no combate e derrota da ditadura. Graças à essa frente, o Brasil pode dar um passo adiante no sentido da democratização.

Segundo os analistas a que me referi, o Partido, em decorrência desses paradoxos, foi esquecendo cada vez mais a sua determinação primitiva: ser instrumento de democracia e mudança. Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, em vista do poder de recuperação do bravo PMDB, felizmente podemos constatar que essa é uma avaliação precipitada.

Na Bahia sopra um vento forte e renovador. Na última semana, durante dois dias, a base, a militância peemedebista baiana, realizou o 1º Encontro Estadual pela renovação do PMDB.

Presenciei e senti a forte e firme determinação política de um "Movimento Renovador" que luta para "assegurar que o PMDB seja, de fato, um instrumento das mudanças políticas, econômicas e sociais".

Em face de movimentos dessa natureza, ao lado de tais companheiros, de homens públicos determinados a cumprirem a palavra proferida em praça pública, a exemplo, entre outros, do Governador Waldir Pires, não tenho dúvida de que impediremos a desfiguração do PMDB e manteremos desfraldada a bandeira da social-democracia.

A nossa esperança é que, a exemplo do que ocorreu na Bahia, Companheiros do PMDB de todo o Brasil se articulem e intensifiquem movimentos de renovação partidária, a fim de que se continue a lutar pela democratização da vida brasileira nos planos político, social e econômico, tendo sempre presente que a democracia é instrumento insubstituível para assegurar dignidade humana e justiça.

Vale ainda o registro, Sr. Presidente, Srs. Senadores, da aprovação, pelos participantes do En-

contro Estadual do PMDB baiano, renovação de moção reivindicando a realização de eleição direta para Presidente da República já em 1988, como forma de aperfeiçoamento das instituições políticas brasileiras — o que vem ao encontro de tese por mim defendida de que essa eleição deve realizar-se cento e vinte dias após a promulgação da nova Constituição —, além de outra importante proposta no sentido de se assegurar a elaboração de uma Carta moderna e progressista que permita atacar de frente a grave e injusta situação social do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Meira Filho.

O SR. MEIRA FILHO (PMDB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Antes de mais nada, parabenizo-me com o Senado Federal pela riqueza de assuntos de relevante importância nacional abordados na sessão de hoje. Para não fugir à tônica desta sessão, espero que os assuntos que trago à consideração desta Casa sejam também de relevante importância nacional.

Há 33 anos perdia o Brasil, na data de hoje, o homem público que foi um de seus maiores estadistas. Mais do que um simples registro em homenagem à sua memória, quero que esta minha intervenção seja um tributo à sua obra — e, para isto, peço permissão aos meus pares.

Getúlio Vargas, Sr. Presidente, não se imortalizou apenas pela circunstância de ter sido, no regime republicano, o estadista que durante mais tempo dirigiu os destinos do País. A sua atuação e presença marcantes na vida pública brasileira estendem-se por mais de meio século. A reverência que todos podemos lhe prestar, no entanto, não é a de simplesmente exaltar a sua vida, mas a de reconhecer e preservar a dimensão de sua obra. Em seus dezoito anos na Chefia do Governo, o Presidente deixou marcas indelevelis nas conquistas econômicas, sociais, jurídicas e políticas deste País. Sob inúmeros aspectos, ele não foi apenas um desbravador, foi também, e sobretudo, um homem à frente de seu tempo, capaz de descontinuar e de antever as necessidades desta Nação. Se o Código de Minas, a Legislação do Trabalho, o Ministério da Educação e a Pasta da Aeronáutica, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Cia. Vale do Rio Doce não bastassem para perpetuá-lo como o grande visionário de nossa grandeza, teriam bastado duas outras iniciativas de sua fase constitucional no Governo, para consagrá-lo à gratidão e ao reconhecimento dos brasileiros. Refiro-me, Sr. Presidente e Srs. Senadores, à Petrobrás e à Eletrobrás.

Ocupo-me hoje em particular — e por fundadas razões — do monopólio estatal do petróleo. É no momento de incertezas e de inquietações que hoje vivemos em relação a essa conquista do povo brasileiro, que devemos lembrar os compromissos de todas as gerações para com esse marco decisivo de nossa soberania e de nossa afirmação.

A Lei nº 2.004, que instituiu o monopólio estatal do petróleo e criou a Petrobrás, é uma lei ordinária, votada sob a vigência da Constituição Liberal de 1946, que permitia o uso desse instituto jurídico

e econômico. A Constituição de 67, porém, votada, sabemos todos, em condições dramáticas para o País, elevou essa conquista à dignidade constitucional. No período que vai de 46 a 67, Sr. Presidente, exatamente a fase que representou o maior desafio para a implantação da empresa, as ameaças à integridade do monopólio da pesquisa e da lavra jamais puseram em risco a consolidação da Petrobrás. Por mais poderosos que fossem os seus inimigos, a fiel e estrita observância da lei ordinária foi suficiente para contê-los, até mesmo contra as arremetidas que, como o famoso "Relatório Link", partiram de dentro de poderosos setores enquistados em seu corpo técnico que, à época, ainda dependiam fortemente de tecnologia e **know-how** estrangeiros, exatamente por nossa falta de experiência nesse setor.

Estranhamente, Srs. Senadores, foi durante a fase de proteção constitucional que se consumou a primeira violação ao princípio do monopólio estatal, pois é exatamente nisto que importa a consumação, sob vigorosos protestos de toda a Nação brasileira, da assinatura dos chamados "contratos de prestação de serviços com cláusula de risco".

O Sr. Pompeu de Souza — Permite V. Ex. um aparte, nobre Senador Meira Filho?

O SR. MEIRA FILHO — Pois não, meu querido e nobre Senador Pompeu de Souza.

O Sr. Pompeu de Souza — Ouço com o maior agrado o discurso de V. Ex. quando se refere ao monopólio estatal do petróleo e se manifesta contra os chamados contratos de risco. É-nos muito caro receber a vinda de V. Ex. para as hostes dos que lutamos toda a vida contra o famoso Relatório Link, a que V. Ex. se refere, dos que lutamos desde a época em que se dizer que havia petróleo no Brasil era uma heresia, era uma atitude de desafio anticientífico, quando a dominação colonial a que éramos submetidos impunha, num momento em que havia excesso de petróleo no mundo, que as nossas reservas petrolíferas ficassem mantidas pacificamente no subsolo, como instrumento de futura especulação, a serviço das sete irmãs que exploram o petróleo no mundo, das grandes empresas americanas. Sempre lutamos pelo **slogan** "O petróleo é nosso", num momento em que essa luta significava expor-se aos riscos da repressão policial, ao risco das câmaras de tortura da Polícia Especial, e ao espaldeamento da cavalaria da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Lutamos, e fizemos disto a bandeira da nacionalidade, uma bandeira de soberania nacional, e fizemos, então, da Lei nº 2.004 esta nossa bandeira. Portanto, sentimo-nos gratificados, Senador Meira Filho, em ver V. Ex. nesta hora, fazendo a apologia dessa lei e a apologia da Petrobrás, ao mesmo tempo em que se contrapõe à manutenção do contrato de risco porque esse contrato é a violação do monopólio. Como pode haver monopólio quando há contrato de risco? Então, quando há o desprezo pelo monopólio, a supressão do contrato de risco — e fico tão exaltado, Sr. Senador Meira Filho, que até troco as palavras: contrato de risco por monopólio —, o monopólio significa a negação do contrato de risco, porque não há monopólio quando não há exclusividade da exploração, quando não há exclusividade da pesquisa, da perfuração e da

própria extração do óleo. Realmente, o contrato de risco é uma traição à Nação brasileira. Costumo dizer que monopólio estatal do petróleo com direito a contrato de risco é o mesmo que se estabelecesse no País que o regime conjugal, o regime matrimonial fosse, vamos dizer, um regime contrário à multiplicidade de atos extraconjugais, mas, ao mesmo tempo, permitindo o ato extraconjugal fora. É um regime em que a traição é permitida pela própria lei. Realmente, Sr. Senador Meira Filho, a manutenção do contrato de risco é uma traição ao País. Espero que isso não se prolongue, que a nossa Constituição evite de vez essa traição, porque nós que conquistamos o monopólio estatal do petróleo não estamos mais dispostos a abrir mão desta conquista.

O SR. MEIRA FILHO — Muito obrigado, nobre Senador Pompeu de Souza. V. Ex. veio-nos ajudar a ratificar as nossas preocupações.

Voltando ao assunto, no que diz respeito à cláusula de risco, os resultados até agora obtidos por esses contratos constituem, segundo a opinião do qualificado corpo técnico da empresa, mais riscos para a própria Petrobrás, do que para as empresas estrangeiras contratantes.

Dos resultados conhecidos, como é o caso do campo de gás da Bacia de Santos, entregue à Pecten, o mais efetivo é o impasse, até hoje não resolvido, da forma de indenização a ser paga pela pesquisa realizada. São implicações de ordem econômica, de natureza técnica e de cunho jurídico, de tal monta e repercussão que, a despeito de toda a experiência já adquirida por sua subsidiária que atua no exterior, a Petrobrás ainda não logrou resolver.

Todos esses precedentes aconselham a que, passada a fase crítica da chamada "crise da Opep", sejam esses contratos reavaliados em todas as suas implicações e dimensões.

Tenho para mim, Sr. Presidente, a despeito de respeitáveis opiniões em contrário, que entregar a qualquer empresa estrangeira, ou mesmo a qualquer empresa nacional de capital privado, a pesquisa ou a lavra que a Constituição e a lei dizem ser monopólio da União, executado pela Petrobrás, constitui uma clara e iniludível violação do texto constitucional e uma flagrante ilegalidade.

Essa, porém, não é a única ameaça à empresa hoje classificada em 33º lugar no **ranking** mundial. Pela primeira vez, em seus 34 anos de existência, a Petrobrás fecha o balanço do primeiro semestre de 1987, com um prejuízo de pouco mais de 33 bilhões de cruzados. Exatamente a importância que, no mesmo período, representou o lucro líquido do Banco do Brasil, a maior instituição financeira do País. Isto é, sem dúvida, o reflexo do modelo econômico brasileiro que tradicionalmente privilegia o setor da intermediação financeira, em detrimento exatamente das atividades industriais que geram empregos, produzem riquezas, enriquecem o patrimônio nacional e asseguram o desenvolvimento. O mais grave desse prejuízo, Sr. Presidente, é que ele decorre da política financeira vigente, segundo a qual só a defasagem cambial de 12,93% entre o dólar petróleo Cz\$ 41,66 e o dólar oficial de Cz\$ 47,48, responde por perdas de de Cz\$ 2,74 bilhões por mês.

O que se está colocando em risco com a persistência dessa política não é apenas o equilíbrio econômico-financeiro da maior empresa brasileira.

leira e de uma das maiores empresas do mundo. Temo que isto possa representar um risco para a própria conquista do monopólio estatal do petróleo, graças ao qual, depois de anos e anos de dependência externa, o Brasil vinha caminhando de forma decisiva e vital para a nossa auto-suficiência energética.

Não tenho, Sr. Presidente, qualquer preconceito contra o capital estrangeiro. Não, absolutamente não. Entendo que, aplicado em setores vitais ao nosso desenvolvimento e convenientemente fiscalizado pelos poderes públicos, ele se torna uma poderosa alavanca para o progresso e a cooperação entre os povos. Mas, exatamente por isso, temo que, na medida em que se permita a aplicação desses capitais numa ocasião em que a Petrobrás começa a ser fragilizada de uma forma rigorosamente inédita em sua história, a aplicação de tais capitais em outras atividades, além da pesquisa na plataforma submarina, venha a ser um poderoso argumento contra o direito que a lei e a Constituição atribuíram ao poder público.

Não me baseio em suposições, nobres Senadores. Minha convicção se arrima em fatos e na palavra autorizada do Ministro das Minas e Energia, segundo o qual, de acordo com o que publica o *Correio Braziliense*, o País corre o risco de enfrentar consequências "terrivelmente danosas", em futuro próximo, se o Governo não garantir recursos suficientes, que são gerados pela própria empresa, para os investimentos nas áreas de exploração e produção de petróleo. Ele reconheceu que a produção nacional de petróleo está em declínio e disse não julgar conveniente um novo corte nos recursos orçamentários da empresa, já atingidos com uma diminuição de investimentos de 500 milhões de dólares.

O monopólio já atingido duramente pelos contratos de risco não é um benefício da empresa. É uma decisão e uma diretriz política asseguradas pela lei e pela Constituição, respaldadas pela mobilização do povo brasileiro e espero que preservadas, em toda a sua integridade, pela Assembleia Nacional Constituinte.

O Sr. Itamar Franco — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MEIRA FILHO — Pois não, nobre Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco — V. Ex^a começou o seu discurso lembrando os 33 anos do desaparecimento do grande estadista Getúlio Vargas, chegando a dizer que não pretendia exaltar a sua vida, e sim a dimensão da sua obra. V. Ex^a, em seguida, vai aos conceitos na defesa intransigente, como nós outros, da Petrobrás. Em determinado momento da sua fala, Senador Meira Filho, V. Ex^a se referiu a uma ordem constitucional quando os contratos de risco foram adotados no Brasil, a ordem constitucional brasileira era uma ordem constitucional não democrática, e o Congresso tinha os seus poderes praticamente castrados. Recordo-me que, antes do estabelecimento dos contratos de risco, a Liderança do Governo de então nesta Casa negava peremptoriamente a adoção pelo Brasil dos contratos de risco. E eis que, naquela noite em que a Liderança do Governo nesta Casa, pelo seu líder econômico, negava esses contratos de risco, Sua Excelência o Senhor Presidente da República os anunciava pela televisão. (Muito bem!)

Veja V. Ex^a, Senador Meira Filho, que esses tempos já se foram, felizmente. Hoje queremos uma ordem democrática verdadeira, uma transição que já se foi longe — uma transição que precisa ser encurtada no tempo —, e para que ela possa ser encurtada no tempo, e para que ela possa ser democrática, é preciso dizer exatamente que os valores sejam preservados, valores como o da Petrobrás, que V. Ex^a está a defender no seu belíssimo pronunciamento. Receba, portanto, as minhas congratulações e a certeza de que o seu discurso será meditado pelas autoridades federais brasileiras.

O SR. MEIRA FILHO — Meu querido e nobre Líder, Senador Itamar Franco, tenho vivido nesta Casa como se estivesse vivendo numa universidade. O aparte de V. Ex^a me veio como partido de um professor, recebo-o como uma lição de V. Ex^a e vou guardá-lo com carinho. Muito obrigado.

O Sr. Mauro Borges — Antes que V. Ex^a termine o seu magnífico pronunciamento, permita-me também fazer um aparte.

O SR. MEIRA FILHO — Com muita honra, nobre Senador Mauro Borges.

O Sr. Mauro Borges — Parabênz V. Ex^a pelo seu manifesto, pelo seu pensamento em defesa do monopólio estatal do petróleo, que está realmente ameaçado pelos contratos de risco, o que constitui uma brecha no monopólio, ainda mais porque, com o sentido de diminuir o déficit estatal, dada a influência das estatais no déficit público, preocupa-nos o corte a torto e a direito, dos recursos de algumas empresas essenciais. É óbvio que é necessário fazer economia, fazer cortes em benefício da campanha contra a inflação. No entanto, isso não pode ser feito de forma indiscriminada e generalizada. Algumas empresas deveriam ter redução no orçamento; outras, a paralisação, mas existem umas que são de extraordinária significação para a nossa vida econômica e que não podem sofrer cortes. Talvez até devêssemos aumentar os seus recursos, para que pudessem continuar a gerar riquezas e a promover o desenvolvimento nacional. A Petrobrás é a expressão do sucesso de uma empresa estatal em nosso País, pelo magnífico desempenho que tem tido, apesar de algumas falhas que possam ocorrer, de uma gestão melhor da sua vida administrativa. De forma geral, a PETROBRÁS representa uma glória da administração brasileira, sobretudo ultimamente, com as grandes descobertas na plataforma submarina do litoral fluminense, onde poderemos ter as nossas reservas aumentadas em 3,5 bilhões de barris, o que é extremamente significativo. Portanto, solidarizo-me com V. Ex^a pelo pronunciamento. Devemos cerrar fileira e ser vigilantes na defesa do progresso da Petrobrás. As suas pesquisas terrestres, principalmente no noroeste da Amazônia, na cidade de Tefé, são de valor extraordinário: tive a oportunidade de ver pessoalmente as grandes descobertas que a Petrobrás fez, evidenciadas na produção de gás, lá existem grandes reservas de gás, além da descoberta de grandes lençóis petrolíferos. Apoio V. Ex^a e aproveito a oportunidade para enaltecer, também, a obra de Getúlio Vargas, sobretudo o seu singular patriotismo e a sua grande honradez pessoal.

O SR. MEIRA FILHO — Muito obrigado, nobre Senador Mauro Borges, pela sua fala e pela sua presença nacionalista em nosso pronunciamento.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:
O legado de Getúlio Vargas está sob risco, segundo advertência do próprio Ministro Aureliano Chaves. Espero que o Brasil saiba preservá-lo, pois ele é indispensável ao País, essencial para a nossa soberania e vital para o nosso destino. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem a palavra o nobre Senador Pompeu de Souza.

O SR. POMPEU DE SOUZA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Não havendo objeção do Plenário, a Presidência proroga a sessão por 10 minutos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA (PFL — PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores;

Apenas — e muito sucintamente — nestes poucos minutos que nos restam, farei o registro de um evento que reputo de extraordinária significação para a economia do Semi-árido nordestino, a criação, há poucas semanas, na cidade de Fortaleza, da Associação dos Maquinistas de Algodão do Nordeste. Esta entidade, não estatal, se propõe a defender a fibra nobre da Região, a estimular o seu cultivo, aperfeiçoar o sistema de comercialização e o seu aproveitamento industrial.

Podemos avaliar a importância deste fato, Sr. Presidente, quando examinamos o vazio deixado pela eliminação, pelo desaparecimento do setor algodoeiro dentro do contexto da economia nordestina. Sabemos nós que o algodão representava, até há bem pouco tempo, a espinha dorsal da economia do Semi-árido, chegando em alguns Estados, como é o caso da Paraíba e do Ceará, a representar 80% da formação da renda social desses Estados.

Hoje, Sr. Presidente, há um clima de desalento, em função não apenas da seca prolongada que se abateu sobre a Região, como, principalmente, pela dizimação promovida nos algodoeiros pelo inseto que atende pelo apelido científico de **antonomos grandis**, o popular bicudo, com um potencial devastador jamais sequer imaginado pela população nordestina.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Marcondes Gadelha?

O SR. MARCONDES GADELHA — Com muita honra, nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Desejo emprestar minha solidariedade ao pronunciamento que V. Ex^a faz nos últimos instantes desta sessão do Senado Federal, reportando-se à situação do algodão nordestino e registrando o fato auspicioso de que os maquinistas de algodão, reunidos através da AMANE, sob a liderança de Humberto Mendonça, se propõem a lutar infatigavelmente para

que se consiga soerguer o cultivo de um produto da maior importância para a economia regional. Há cerca de 20 dias, quando se noticiou a instituição dessa entidade, todos saudamos o evento com a maior alegria, certos de que os maquinistas se congregavam da forma mais patriótica, mais louvável e mais elevada possível, já que essa instituição serviria para que a defesa do algodão se processasse de forma decidida e devotada, sensibilizando os líderes políticos, os líderes empresariais e os próprios organismos governamentais que atuam no setor. Recordo a V. Exª que, em outubro do ano passado, Fortaleza foi sede de um encontro presidido pelo Ministro Íris Rezende, em que a temática do algodão foi focalizada especificamente. Nessa ocasião, o Secretário de Agricultura de então, o Dr. Geraldo Arraes Maia, fez uma contundente exposição sobre o que representava a expansão da praga do bico do algodão para a cotonicultura naquela Região. Portanto, V. Exª tem justificadas razões para vir à tribuna neste momento e, ao registrar a constituição dessa entidade, alertar as autoridades para o gravíssimo problema e a difícil situação em que se encontra o algodão nordestino.

O SR. MARCONDES GADELHA — Muito obrigado, nobre Senador Mauro Benevides. V. Exª, além de um eminente Senador da República e Líder expressivo de toda a Região Nordeste, foi também Presidente do Banco do Nordeste e tem a noção precisa e exata da importância da ação da AMANE — Associação dos Maquinistas de Algodão do Nordeste — em defesa desse produto que é ou que foi responsável, durante mais de cem anos, pela sobrevivência do nordestino, pela sua evolução e pelo seu desenvolvimento sócio-econômico.

No Banco do Nordeste V. Exª deve ter percebido a queda de renda não apenas nos campos calcinados como, também na cidade, porque o algodão responde pela circulação de dinheiro na cidade, pela ativação do comércio e pela movimentação na indústria, com a conseqüente geração de empregos.

Digo, sem qualquer medo de errar nos meus cálculos, que a praga do bico do algodão é mais grave do que qualquer seca; que, com bico do algodão, qualquer ano é seco, porque sem o algodão não existe economia na Região, não existe formação de rendas; não há nenhuma circulação de riquezas.

No entanto, a atividade dos órgãos competentes, seja do Governo central, seja dos estaduais, através das Secretarias de Agricultura, é o total absenteísmo, é a ausência absoluta de medidas. V. Exª cita um debate que aconteceu no ano passado no Ceará, mas ninguém tem neste País condições de mostrar, neste momento, qual é a medida concreta que os Governos estaduais ou Federal estão propondo para o enfrentamento do bico do algodão.

Até este momento, já nos aproximando da época de uma definição sobre o plantio do algodão, não sabemos sequer o que o Governo pretende: se pretende que se faça o arranquio e a queima dos pés de algodão, se pretende replantar o produto ou se pretende mobilizar a agricultura da Região em outra direção, com a introdução de novas culturas.

O fato, Sr. Presidente, é que o bico do algodão continua sendo um desafio aos técnicos, aos políticos e

à administração pública deste País. E a expectativa do Nordeste, neste momento, está-se transformando em uma ansiedade, está-se tornando uma angústia, vendo-se aproximar a época do plantio, sem qualquer definição.

Qual é a semente que será utilizada? Existem sementes hoje perfeitamente adaptáveis à convivência com o bico do algodão. A Embrapa desenvolveu no seu Centro Nacional de Pesquisa do Algodão, em Campina Grande, uma variedade, chamada CNPA Precoces, cujo ciclo é de apenas 90 dias, que diminui os tratamentos culturais e, evidentemente, as despesas com a cultura do algodão, com o número de pulverizações, com o uso de herbicidas etc. No entanto, não há sementes na Região em suficiência para o aproveitamento já este ano. Sabemos que existem inseticidas, hoje, com um enorme grau de letalidade sobre o bico do algodão. No entanto, não há sinais de movimentação dos setores responsáveis neste sentido. Sabemos que o Governo poderia perfeitamente criar um seguro especial para o plantio do algodão, vez que essa atividade, neste momento, envolve um alto grau de risco. No entanto, não vemos, também, qualquer definição neste sentido.

Diante desta situação, Sr. Presidente, o setor privado resolveu tomar o pio na unha e assumir, por conta própria, a defesa deste produto que entendemos ser perfeitamente viável na Região nordestina. Digo que jamais houve, na história daquela Região, uma adequação tão perfeita de uma planta com a Região e com as demais atividades econômicas que a ela são ligadas, inclusive a própria pecuária, como esse caso da adaptação do algodão.

Ora, neste momento, o mercado de algodão está em plena expansão. Há escassez do produto em nível internacional, os preços são altamente compensadores. Atualmente, 1 kg de algodão em rama está custando 30 cruzeiros, Sr. Presidente. Jamais essa cifra foi imaginada também pelos nordestinos, que teriam, atualmente, uma oportunidade extraordinária para um levantamento econômico real, uma vez que essas sementes nobres agora desenvolvidas, tanto pela Embrapa, em Campina Grande, como pelo Instituto Agrônomo de Campinas, dão uma extraordinária produtividade. Ao último ano em que plantamos algodão na região semi-árida do Nordeste, saltamos de uma produtividade de 350 kg/ha para 1.600 kg e, em algumas regiões, de 2.000 kg/ha, somente comparável às boas terras do Paraná. Pois essa seria a grande oportunidade em que as oscilações de mercado também estariam interditadas pelo próprio contexto econômico. Sabemos que o Brasil, pela sua carência de divisas, pela sua angústia cambial, não tem mais condição de importar algodão. Desta maneira, o produtor estar-se-ia garantido contra o *dumping*, que é tradicional pela ação das grandes empresas do Sul do País, quando promovem ou forçam o Governo a promover a importação do produto. Este fato também estaria fora de qualquer perspectiva, assegurando-se estabilidade para os preços e a certeza de uma remuneração justa e condigna.

Pois, Sr. Presidente, neste momento, não há uma ação efetiva do Governo, não há uma definição. A AMANE foi criada, então, pelos maquinistas de Algodão — um espécime também em extinção no Nordeste. Vejam V. Exª que há pouco tempo havia 150 maquinistas de algodão no Nordeste,

hoje estão reduzidos a apenas 30, por força desse estiolamento do setor.

Solicito a V. Exª, Sr. Presidente, autorização para fazer constar dos Anais, o discurso de posse do Presidente da Associação dos Maquinistas de Algodão do Nordeste — AMANE, o Sr. Humberto Mendonça, um pioneiro, um lutador incansável, um homem que não se curva, que não se dobra diante das intempéries, das dificuldades ou, sobretudo, da indiferença das autoridades. O Sr. Humberto Mendonça concitou a categoria, concitou a classe para uma ação que é de interesse de toda a Região. Não haverá cultura de algodão no Nordeste sem a participação direta dos interessados, daqueles que fazem, que promovem o beneficiamento do algodão, que separam a pluma do caroço, que promovem a fabricação do resíduo, do óleo e de todos os demais produtos. Eles são peças fundamentais em todo esse processo, razão pela qual assumiram a causa que é de todo o Nordeste, como sendo uma causa também da categoria. E a nossa atitude só pode ser de aplauso, de louvor, de estímulo à iniciativa.

Por estas razões, peço a V. Exª, Sr. Presidente, que mande registrar nos Anais este discurso do Sr. Humberto Mendonça, Presidente da Associação dos Maquinistas de Algodão do Nordeste.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MARCONDES GADELHA EM SEU PRONCIAMENTO:

Temos a satisfação de anunciar nesta solenidade, a criação da Associação dos Maquinistas de Algodão do Nordeste — AMANE para defender os interesses de uma classe que precisa reconquistar a posição de relevo que ocupou no contexto econômico do Nordeste.

As empresas beneficiadoras de algodão, em nossa região manifestam o propósito de trabalhar harmônica e obstinadamente para reativar a cotonicultura e sua industrialização, a fim de evitar o fenecimento de uma atividade à qual se deve parcela significativa do desenvolvimento de nossa região.

A preciosa malvacea representa uma tradição secular na história do Nordeste, onde, associada ao criatório bovino, sempre desempenhou papel relevante na economia sertaneja. Ofereceu emprego a dezenas de milhares de trabalhadores agrícolas e meeiros, melhorando a distribuição de renda no setor primário, estimulando o comércio, expandindo as operações bancárias e aumentando o mercado de trabalho nas cidades através das empresas de industrialização do algodão.

Não é sem motivo que o algodão é conhecido como "ouro branco" e definindo como componente do binômio formado com o boi, pois esses segmentos sempre tiveram função primordial na formação da riqueza e na receita pública, para a qual contribui com alta percentagem.

Para quem conhece as zonas fisiográficas do Nordeste e acompanhou seu desenvolvimento, é fácil concluir que o cultivo do algodão expandiu-se graças à atuação dos usineiros. Foram estes que deram aos produtores, especialmente aos pequenos e médios, detentores de capitais reduzidos, assistência financeira sem complicações burocráticas, sem exigência de garantias reais ou de avalistas, a fim de possibilitar plantios, tratamentos culturais e colheitas. Sem esse entendimen-

to estreito entre produtores e usineiros, à base de uma confiança mútua inabalável, que gerou sólidas amizades transmitidas de geração a geração, a cotonicultura não teria alcançado os níveis a que chegou.

A dimensão desse importante setor econômico tem sofrido, entretanto, a ação corrosiva do tempo, agravada pelo descaso dos governos, fazendo com que, hoje, sejamos apenas 30 usineiros, quando já fomos 150.

Foram as usinas de algodão que, por anos a fio, antes do funcionamento da hidrelétrica de Paulo Afonso, iluminaram, com seus motores a óleo diesel, numerosas cidades do interior. Além disso, a elas se deve a fabricação do resíduo de algodão que, por seu valor nutritivo, funcionou como elemento impulsor do crescimento e aprimoramento da pecuária nordestina.

Hoje, isto já não acontece, pois os pecuaristas estão importando alimentos protéicos de outras regiões do País.

Este quadro sombrio, negrejado pela praga dizimadora do "bicudo" que ainda não sofreu combate fitossanitário racional, estendeu uma nuvem pesada de desencanto nos sertões quanto ao plantio de algodão que, este ano, terá uma queda vertical, clamando por uma reversão, sob pena da irrupção de uma crise econômico-social no setor primário muito mais grave do que seca.

Nossa luta irá concentra-se, em uma primeira etapa, na reativação da cotonicultura, através de um mutirão dos setores públicos e privados, do qual resulte um projeto agrônomo capaz de permitir a convivência com o "bicudo" e de um projeto financeiro que assegure recursos estáveis para uma assistência tecnológica e financiamento aos produtores, com taxas de juros razoáveis, para que restaure a confiança na rentabilidade do cultivo do algodão.

Em uma segunda etapa, nos fixaremos na obtenção de programas que reconheçam a necessidade de ajudar os usineiros a industrializar o algodão e comercializá-lo livremente, sem empecilhos. Desejamos ter o direito legítimo de procurar compreender onde houver, aqui ou no exterior, deixando de ser, como até hoje, reserva obrigatória de mercado para as indústrias têxteis nacionais. Queremos nos libertar da tutela absurda que nos tem sido imposta pelo Governo, para que possamos conseguir preços justos para o nosso algodão, produzido a custos bem mais altos do que no Sul, em função de uma produtividade baixa decorrente da ecologia nordestina. Aqui os solos são, geralmente, pobres e ácidos, cobertos por uma camada orgânica estreita, impedindo a mecanização pesada. Os invernos são, em geral, irregulares, não garantindo uma pluviosidade mínima indispensável ao desenvolvimento normal das plantações. Além do mais, ainda não se desenvolveu uma tecnologia trópico-equatorial compatível com nossa ecologia necessária à modernização do setor primário.

A pobreza econômico-financeira gera, consecutivamente, a pobreza cultural, cuja remoção se impõe para que nossa agropecuária eleve seus níveis de produtividade, sob pena de tornar-se antieconômica.

Seremos incansáveis na perseguição desse desiderato, esperando contar, nesta faina, com o vigoroso apoio de nossos companheiros benefi-

ciadores de algodão, do empresariado, em geral e dos governos nordestinos.

Estando sediada no Ceará, a AMANE confia antecipadamente, no apoio do Governador Tasso Jereissati, que alia em sua pessoa as qualidades de homem público e de empresário. A sua visão quanto ao futuro do Estado, relativamente à dinamização de sua economia e a melhores dias para o povo cearense, nos leva a crer que a mensagem da AMANE, em favor da cotonicultura e do beneficiamento de algodão encontrarão amparo da parte do Governo Estadual.

Na hora em que assumimos este compromisso, rendemos um preito fraternal e respeitoso de saudade à memória de grandes pioneiros que deram início à indústria de beneficiamento do algodão, no Ceará. Enfrentando obstáculos próprios de um meio economicamente incipiente, dificuldades de transporte e comunicação, abriram caminhos ao progresso, venceram crises, com ânimo combativo, confiantes em seu trabalho, em seu arrojo e na colaboração de sua clientela, formada por legiões de amigos. Vêm-nos a mente com nossas desculpas por alguns lapsos de memória, os nomes de Antonio Alves de Moraes Junior, no Cariri; a família Arraes, representada pelo atual governador de Pernambuco Miguel Arraes, no Crato; Feijó de Sá e Antonio Pita, em Juazeiro do Norte; José Norões e Joaquim Alves, em Missão Velha; Antenor Lins, em Milagres e Brejo Santo; Teodorico Leite, Carlos e Otacílio Alexandre, em Mauriti; Cícero Fernandes, em Ipaumirim; Eliseu Batista, em Orós; Antonio Ricardo e Toenta, em Aurora; João Sobreira, em Lavras da Mangabeira; Antonio Cláudio, em Uruburetama; João Ferreira Gomes, em Itapagé; Chico Rufino, em Acopiara; Antonio Jaime Benevides, em Mombaja; Peri Frota e J. Mendes Adeodato, em Sobral; Josué Dini?? em Várzea Alegre; Damião Carneiro, na Fazenda Teotônio em Quixeramobim; Costa Mirtil-José Flávio Costa Lima; Moreira de Azevedo; Fonseca Coelho; CIDAO — José e Ciro Moreira e tantos outros companheiros, por este Ceará a fora, cuja citação é difícil. Fazemos também merecida referência às empresas transnacionais Anderson Clayton e SANBRA, que deram apreciável contribuição ao setor algodoeiro no Nordeste.

Não foi por acaso que os usineiros de algodão fomos denominados de "maquinistas" porque temos sido efetivamente a locomotiva condutora da economia nordestina, e que não pode ser paralisada, sob pena de graves prejuízos para nossa sofrida região.

Estamos dispostos a evitar que aconteça com o algodão o que aconteceu com a cera de carauá, a oliteica e a mamona e está prestes a acontecer com o rebanho bovino, até a pouco em ciclo ascendente e, hoje, em franco declínio.

Usaremos todas as armas ao nosso alcance para conseguir que o Governo federal execute uma política estável e racional de apoio ao Nordeste, permitindo-nos, assim, utilizar nosso excelente potencial humano, para vencer a pobreza. Queremos dispor de instrumentos adequados para enfrentar a desventura climática, aproveitando os fatores favoráveis de nossa ecologia, a fim de reduzir o fosso que nos separa das regiões privilegiadas do País, onde a natureza, o clima, a imigração e o Governo são pródigos na ajuda ao trabalho do homem.

Agradeço a honra que os companheiros me deferiram, designando-me, por aclamação, primeiro presidente da AMANE, que, hoje, se integra no universo empresarial nordestino, com o firme propósito de restituir ao beneficiamento de algodão a posição de vanguarda que sempre ocupou entre as atividades econômicas regionais.

Farei o que estiver ao meu alcance para corresponder à confiança de que fui alvo, esperando receber a colaboração de meus colegas, indispensável ao êxito da administração da AMANE, cuja consolidação depende de todos nós.

Aos companheiros das lideranças empresariais e às demais pessoas que aqui vieram prestigiar esta solenidade, meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Venho a esta tribuna para defender reivindicações da maior importância, já abordadas por mim na Emenda 8A0060-8 ao artigo que descreve os deveres do Estado relativos ao ensino público, estabelecendo os princípios que deverão fundamentar as ações do Estado no domínio da Educação.

Tais reclamações poderiam ser resumidas na obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental, na valorização do profissional da educação e nos recursos orçamentários para o ensino.

Analisando a nossa realidade, presenciamos enormes contrastes comprovados pelos indicadores econômicos, sociais e educacionais. Os primeiros colocaram o Brasil como a 8ª potência econômica do mundo ocidental e o 4º país entre os exportadores de alimentos, enquanto os indicadores sociais o aproximaram da categoria dos países com população subnutrida, o que equivale a dizer que dados fomecidos pelo PAND-1984, conduziram Hélio Jaguaribe e outros, em "Brasil 2000", a a firmarem que 32,9% dos brasileiros se encontram em nível de miséria.

Agora, detendo-me nos indicadores da área educacional, constato que o Brasil está no 77º lugar, com dados estatísticos alarmantes, dos quais passarei a salientar apenas alguns, tais como: 25% das crianças e jovens, na faixa etária de 7 a 14 anos estão fora da escola e ainda, a taxa de evasão e repetência está acima de 50% logo nas primeiras séries do 1º grau.

São essas reflexões carregadas de preocupação para com a educação do meu povo sofrido que me conduzem à defesa das sugestões pelas quais continuo lutando.

Defendo que é dever do Estado a universalização da educação pública fundamental, que deve ser obrigatória, gratuita, comum e de igual qualidade para todos os brasileiros, dos 7 aos 14 anos de idade. De nada adiantaria dilatar esta faixa etária contemplada na Constituição vigente. O que se torna necessário é despender esforços para que cada Estado brasileiro crie as condições objetivas para a execução do preceito constitucional, de sorte que a universidade da educação básica de 1º grau deixe de ser um mito e passe a ser um fato, como alerta o prof. Pinto Ferreira.

Solicito, vejam bem nobres Srs. Senadores gratuidade não obrigatoriedade do ensino funda-

mental para os jovens e adultos excluídos da escola ou que a ela não tenham tido acesso na idade própria. Assim sendo, o Estado dá o direito àquele que deseje obter o seu crescimento educacional.

Quando me refiro à gratuidade, esta abrange as condições pedagógicas e biológicas do educando, compreendendo, portanto, o material escolar e a alimentação básica, pois que aluno com fome não pode aprender, aluno sem livro não aprende a ler.

Aqui, quero deixar clara a necessidade de inclusão de cursos técnicos e agrotécnicos no ensino público fundamental. A preparação para o trabalho nas últimas séries do 1º grau necessita ser repensada. Trata-se de matéria a ser regulada através de lei ordinária, após uma análise exaustiva dos prós e contras vivenciados com a vigência da Lei nº 5.692, de 11-8-1971.

Quero registrar minha posição a favor do atendimento gratuito e especializado aos deficientes físicos, mentais e sensoriais, como também aos superdotados. Atendimento este que se inicia a partir de zero ano de idade e se estende a todos os níveis de ensino.

Defendo a criação do instrumento jurídico do mandado de injunção — o direito de todos os brasileiros de exigir judicialmente do Estado o cumprimento de suas obrigações constitucionais para com a Educação.

Pleito com a maior veemência o apoio da Assembléia Nacional Constituinte para a garantia de salário e condições profissionais condignas para os professores e técnicos nos vários níveis de ensino.

Saliento ainda que cabe ao Estado a manutenção de escolas públicas gratuitas em todos os níveis de ensino, garantida a liberdade à iniciativa particular. Para tanto é indispensável a previsão orçamentária de recursos que assegurem as condições e os meios de cumprimento dessas obrigações pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios e pelos Territórios federais.

Finalizando, desejo enfatizar que a minha sugestão referente à obrigatoriedade de aplicação de percentuais orçamentários em educação é bastante realista. Quando apresento os mesmos percentuais da Emenda Constitucional Calmon, de nº 24/83, com uma inovação pretendo excluir do cálculo desses percentuais os recursos equivalentes a programas de caráter assistencial ao educando. Desse modo, as verbas orçamentárias destinam-se à manutenção e ao desenvolvimento das atividades específicas do processo pedagógico de ensino e aprendizagem.

A luta não é só dos Constituintes, mas de todos os brasileiros por uma escola universal, ampla e de boa qualidade, pois acredito que somente com a elevação do nível de instrução do nosso povo é que será possível operar profundas transformações sociais e econômicas para o bem de todos e da Nação. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Weckin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores.

Faleceu em Santa Catarina, o jornalista José Nazareno Coelho, um nome dos mais conceituados do jornalismo e da vida pública no meu Estado.

José Nazareno Coelho era um homem afável, agradável. Transmitia com a sua personalidade serena, a todos os seus amigos, uma simpatia que cativava. Era um amigo fiel e leal dos seus amigos, e era impossível que alguém com ele se irritasse, até porque ele parecia estar permanentemente empenhado em não magoar ninguém.

O seu currículo de jornalista e de servidor público é alentado e invejável. Transcrevo, em sua memória, nos Anais do Senado:

Data de Nascimento: 11 de janeiro de 1930
Natural de: Laguna — SC

Curso de Habilitação de Professor de Educação Física do Estado de Santa Catarina — 1984

Técnico em Contabilidade pela Academia do Comércio do Estado de Santa Catarina — 1975

Curso de Direito da Faculdade de Direito do Estado de Santa Catarina — 1968

Fundador e Membro do Conselho Superior da Casa do Jornalista de Santa Catarina
Fundador e Membro do Sindicato dos Empregados em Empresas de Radiodifusão e Televisão de Santa Catarina

Ex-Secretário e Ex-Vice-Presidente do Conselho Fiscal da Associação dos Servidores Públicos de Santa Catarina

Ex-Presidente da Casa dos Jornalistas de Santa Catarina

Ex-Presidente do Conselho Fiscal da Associação dos Funcionários Públicos de Santa Catarina

Assessor de Comunicação Social da SCDERSUL

Oficial de Gabinete, Diretor de Administração, Assessor Técnico, Chefe de Relações Públicas e Chefe da Assessoria de Imprensa da Secretaria da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina

Coordenador-Geral de Relações Públicas do Gabinete Civil do Governo Colombo Machado Salles

Ex-Diretor do Departamento de Esportes da Sociedade Rádio Guarujá de Florianópolis — SC

Ex-Vice-Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva da Federação Catarinense de Futebol

Ex-Presidente e Membro da Associação dos Cronistas Esportivos do Estado de Santa Catarina

Procurador da Fazenda junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

Possui diversos cursos na área de Jornalismo, tendo recebido diversas comendas, entre elas a Medalha do Mérito Anita Garibaldi.

Como se vê, nos seus 57 anos de existência, teve uma passagem marcante no jornalismo, na administração pública; na vida sindical e comunitária do meu Estado. É o que se pode chamar de uma existência plena.

Não se imagine que José Nazareno Coelho tenha preenchido tão rica biografia sem esforço e trabalho. É exatamente o contrário. Extrema-

mente cioso no cumprimento de suas obrigações, a vida de Nazareno foi dura, difícil. A todos os postos que ocupou, chegou com dedicação e trabalho.

É uma pena que ele tenha partido tão precocemente, justo agora que ele estava pronto para o descanso de uma aposentadoria mais do que merecida.

Nazareno deixou muitos amigos, e como resultado de sua personalidade bondosa, esses muitos amigos estão em todas as classes sociais, da mais humilde às mais altas e expressivas figuras públicas do meu Estado.

Tenho, pessoalmente, deste amigo que se foi, lembranças as mais positivas.

Na presidência do Sindicato, não era um líder agressivo, nem mesmo combativo. Isso, certamente, violentaria sua personalidade suave, amena. Mas quando 4 (quatro) jornalistas foram processados pela Lei de Segurança Nacional, ele, na sua medida, com seu estilo conciliador por natureza, com muita decisão, ofereceu os meios indispensáveis para a defesa daqueles 4 (quatro) profissionais.

Embora muitos dele dissessem que tinha partido, o do governo, posso dizer que se ligava muito mais a pessoas do que a partidos, que tanto podiam ser de esquerda ou de direita.

Creio, sinceramente, que quem se aproximava de Nazareno tendia, naturalmente, a gostar dele, pela simples razão de que ele gostava das pessoas.

A sua história é um pouco da história recente da imprensa em Santa Catarina. Nazareno foi um profissional digno, correto e competente. Foi uma figura humana admirável. A sua morte precoce deixa todos os seus amigos contristados, lamentando uma perda que deixa irreparável lacuna.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, faço este modesto registro do passamento de tão singular personalidade do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lavoisier Maia.

O SR. LAVOISIER MAIA (PDS — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

No momento histórico em que o povo brasileiro convocou uma Assembléia Nacional Constituinte e esta elabora uma nova Constituição para o Brasil, é imperioso estabelecer princípios e não apenas normas, com relação ao Nordeste brasileiro.

Todos sabemos que a região nordestina constitui-se na mais grave questão política, econômica, financeira e social, cuja solução não tem sido implementada pelas elites nacionais, o que tem provado justo temor, em face do agravamento das disparidades e do tratamento padrao do Governo Federal.

Os indicadores sociais atestam sempre a situação de pobreza e de miséria da população nordestina, que continua marginalizada e explorada por programas governamentais que não satisfazem às reais necessidades desta região, tão comen-tada e tão pouco contemplada pelas diretrizes do Governo Central.

A Constituição de 1946 fixou em 3% da receita da União a contribuição obrigatória para o combate à seca do Nordeste.

Na verdade, nunca houve a prática dessa norma constitucional, pois a região continua em regime de emergência.

Aproveitando a oportunidade ímpar de elaboração da nova Carta Magna, apresentei proposta no sentido de que se fixe um percentual de 5% (cinco por cento) da receita global da União, para aplicação nas regiões Norte e Nordeste.

A minha preocupação reside no fato de que o novo texto constitucional deve consagrar um princípio e não somente uma norma que trate desta importante matéria.

O princípio, como certeza, é mais duradouro, enquanto a norma é mutável, de acordo com as circunstâncias monetárias.

O meu posicionamento tem recebido o apoio de vários setores regionais e nacionais, bem assim o respaldo de todos os representantes no Norte e Nordeste.

Entendo que é chegada a hora para uma definição clara e eficaz da difícil e agudizada situação do Nordeste, pois se não considerarmos esta região como um prioritário problema nacional, corremos o risco de sermos submetidos a solução mais drástica e desconhecida.

Apelo, portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para o sentimento de patriotismo de todos nós, pois só a união das forças nacionais poderá dar ao Nordeste sua verdadeira independência.

Advirto que isto se faça já, antes que seja tarde demais.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Não tive oportunidade de registrar, por motivo de viagem ao exterior, o falecimento, em Sergipe, do Monsenhor Eraldo Barbosa de Almeida, Vigário-Geral Substituto de Aracaju e Pároco da cidade de Capela, uma das mais queridas personalidades religiosas da hierarquia eclesiástica de Sergipe, cujo povo acompanhou o desenrolar de uma digna, fecunda e modelar existência, integralmente voltada ao exercício de suas atividades pastorais e a fazer o bem a todos quantos o procuravam.

Durante toda a vida, o Monsenhor Eraldo Barbosa de Almeida dedicou 50 anos ao sacerdócio, realizando em todo o Estado de Sergipe obras, empreendimentos e realizações imperecíveis nos domínios da catequese, da assistência social, da construção de escolas, educandários, hospitais, motivos pelos quais o inesquecível Monsenhor sempre foi prestigiado pelo povo e pelas autoridades.

Uma demonstração concreta do imenso prestígio popular, do profundo respeito, da estima e da admiração que, no decorrer de sua longa trajetória, sempre lhe foram tributadas, pode ser avaliada pelas impressionantes demonstrações de carinho, saúde e profundo pesar, por ocasião das solenidades realizadas durante o seu sepultamento.

O maciço comparecimento de milhares de pessoas transformara as cerimônias de sua despedida num acontecimento verdadeiramente emo-

cionante, presentes o ex-Governador João Alves Filho, os Secretários de Estado, autoridades, deputados, prefeitos, vereadores, e pessoas de destaque na sociedade sergipana.

A missa de corpo presente foi celebrada pelo Arcebispo metropolitano D. Luciano Cabral Duarte, com o auxílio dos Bispos D. José Brandão de Castro e D. Hildebrando Mendes Costa, e mais 22 sacerdotes.

São estas, entre outras, as razões pelas quais registro, nos limites deste breve pronunciamento, a minha saudade, e profunda tristeza, diante do falecimento de um dos mais eminentes prelados brasileiros, ao qual durante muitos anos me ligaram laços de sincera amizade, respeito mútuo e justificada admiração.

Monsenhor Eraldo Barbosa de Almeida desempenhou em Sergipe uma missão de transcendental importância, nos múltiplos planos de sua benemérita e incansável atuação pastoral, educativa e assistencial.

Finalizando, solicito a incorporação ao texto destas sucintas considerações do Editorial publicado pela Gazeta de Sergipe, em sua edição de 2 de junho de 1987, intitulado Monsenhor Eraldo, bem como do artigo de autoria de Manoel Cabral Machado sobre o Monsenhor Eraldo Barbosa, que o *Jornal da Cidade* de Aracaju, publicou no dia 1º de junho passado, e o artigo do Padre Manoel Soares, publicado pelo *A Tarde*, de Salvador, Bahia, no dia 7 de julho do corrente ano.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

Jornal da Cidade

Aracaju, 31-5 e 1º-6-1987

Domingo e Segunda-feira

**"MONSENHOR ERALDO
BARBOSA DE ALMEIDA**

Manoel Cabral Machado

Faleceu no dia 26 de maio, após longo sofrimento, no Hospital São Lucas, em Aracaju, o Mons. Eraldo Barbosa de Almeida, vigário-geral substituto de Aracaju, e pároco da cidade de Capela. Faleceu aos 76 anos, em plena atividade e lucidez, sendo sepultado em sua matriz paroquial de Nossa Senhora da Purificação, onde fora vigário, quase trinta anos.

Mons. Eraldo fora um dos últimos padres de Dom José Thomaz Gomes da Silva, educado, desde os treze anos de idade, no Seminário Sagrado Coração de Jesus, em sua fase áurea, transferindo-se, depois, para o seminário de Santa Teresa, de Salvador, a fim de estudar Teologia, sendo ordenado sacerdote, em 1934, por Dom José Thomaz. Há pouco tempo, em 26 de agosto de 1984, completara Mons. Eraldo o seu Jubileu de Ouro Sacerdotal, com muitas solenidades e alegrias, em Capela, dele participando não só o povo capelense, amigos e familiares, o seu colega, o saudoso e eminente cardeal Dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo primaz da Bahia, e quase todo o clero sergipano.

Como sacerdote, o Mons. Eraldo Barbosa distinguiu-se pelo zelo no serviço do templo, e ainda, cuidando, eficientemente, das obras assistenciais de sua paróquia. Começara, logo ordenado em 1934, curando a pequenina freguesia de Divina Pastora. Na minúscula cidade, exerceu tão prodi-

giosa ação pastoral que, pouco depois, Dom José Thomaz o nomeava pároco da grande cidade de Itabiana.

Na Princesa de Serra, Mons. Eraldo Barbosa promoveu intensa atividade religiosa e assistencial, durante muitos anos, sendo, depois, transferido para Aracaju. Em 1957, falecendo o cônego José da Mota Cabral, pároco de Capela, o Mons. Eraldo é nomeado para substituí-lo, permanecendo na cidade durante esses quase 30 anos.

Na Princesa dos Taboleiros, atingiu o ápice de sua vida sacerdotal. Restaurou o velho templo, modernizando-o, sendo, hoje, a Matriz de Capela uma das mais belas igrejas do Estado. Apesar do gasto vultoso nunca lhe faltaram os recursos para a reforma, a pintura e os móveis do templo. Mons. Eraldo possuía o dom de saber pedir, e ninguém lhe recusava o auxílio e cooperação.

E com este saber pedir, pedir sempre, pedir para a igreja, pedir para as obras assistenciais, Mons. Eraldo desenvolvia a cidade. O Hospital de Caridade S. Pedro, fundado, no começo do século, por minha avó Maria Rosa de Jesus Mota Cabral (Dona Sinhazinha), a Maternidade São Vicente de Paula, fundado por Dona Maria de Jesus Almeida, ambos sob a direção de Mons. Eraldo, adquiriram vida ativa, ampliando construções e serviços. Ele mesmo construiu o Conjunto Assistencial Ercília Dantas Vieira. A manutenção e desenvolvimento dessas obras obrigavam o Mons. Eraldo a estar sempre junto aos poderes públicos, pleiteando auxílios e ajudas, diuturnamente, constantemente, sabendo esquecer resistências e recusas de governantes e de homens públicos, conseguindo, porém, vencer sempre e manter eficientes as suas obras assistenciais. Subia ou descia governo, e o Mons. Eraldo estava presente para poder pleitear benefícios para os pobres de Capela, enfim para a sua cidade de Capela, sempre homem alegre e comunicativo.

Morto Mons. Eraldo, como sofrerão os pobres! Quem fará o que ele fazia, ativo e eficiente, vencendo constrangimentos para pleitear, insistir e vencer, tudo para o seu belo e equipado hospital, ou sua hígida maternidade! E vinha dinheiro, remédios, equipamentos, alimentação. Quem com zelo e eficiência fará o que ele fez, portanto tempo!

Capela com seus pesares procurou retribuir-lhe a dedicação. Após a notícia da morte, a multidão compungida, aguardava, nas ruas da cidade, o corpo de seu pastor, vindo de Aracaju. E ao chegar o féretro, todos acompanham o enterro, sob as lágrimas e a saudade.

Durante o longo sofrimento, no Hospital S. Lucas, os amigos e paroquianos estavam participando, orando pela saúde do Mons. Eraldo. José Guimarães Cabral, seu amigo e presidente do Conselho Paroquial prestou-lhe auxílios, desde a primeira hora, no seu desfalescimento, assistindo-o até Aracaju. Depois, no São Lucas, na UTI, visitava-o constantemente. E fez-me vê-lo, com a assistência do Dr. Todt. Pareceu-me, então, o Mons. Eraldo, no seu leito de morte, uma dessas imagens barrocas de Cristo, descido da cruz, tal a grandeza e a imobilidade. De logo, senti a inevitabilidade da morte, mesmo com os cuidados de mãos solícitas. Suas dedicadas Irmãs, Miriam, Maria do Carmo... conservavam poucas esperanças. Afinal o desenlace. No enterro, disse-me José Guimarães Cabral: "Ontem despedi-me do Mons. Eraldo. Ele bateu os olhos, parecendo reconhecer-me".

Nas missas de Corpo Presente, aqui na Catedral de Aracaju, onde fora velado, e depois, na matriz de Capela, o Pe. Gilson Garcia e Dom Luciano Cabral Duarte, respectivamente, em magníficas orações fúnebres, prestaram homenagem ao grande morto, ressaltando-lhe as virtudes. Depois, fora o povo pela voz comovida de Carlos Cabral e outros oradores.

Já noite e, acabrunhado que estava, não quis falar, no sepultamento do amigo. Preferi, nestas linhas, escritas com saudade e pranto, tecer-lhe minhas louvações de amigo fiel.

Nas festas de família — casando os meus filhos, ou rezando missas de regozijo, como a dos meus setenta anos, ou missas fúnebres dos meus familiares, o Mons. Eraldo sempre oficiava, fazendo-me feliz como os seus obséquios. Por outro lado, com minha palavra, estímulo e apoio, procurei demonstrar-lhe minha admiração e amizade. Mons. Eraldo, homem de Deus, sacerdote de Cristo, sensível ao sofrimento do povo, possuía a vocação de homem público, tantas eram as suas preocupações com o bem comum. Na vida sofreu, algumas vezes, a injustiça dos maus, esquecendo-as, recebia, contudo, a glorificação e o reconhecimento dos homens de bem da sua terra.

Agora, na morte, com a missão cumprida, no heroísmo do seu sacerdócio, poderá participar das maravilhas de Deus, por toda eternidade. E por essa glória valeu todo o seu sacrifício, renunciando os prazeres desse mundo, pelo reino de Cristo e pelo amor aos pobres."

Gazeta de Segipe

Aracaju, 2 de junho de 1987 — pág. 3

"EDITORIAL MONSENHOR ERALDO

Muita gente, em Aracaju e em Capela, fez fila diante do caixão do Monsenhor Eraldo Barbosa, homenageando-o no instante derradeiro. O número de pessoas presentes ao enterro deu bem a dimensão do prestígio do padre morto, mas também deixou claro o prestígio que tem a igreja na sociedade. Talvez a igreja nem tenha meios de controlar a imagem de seus padres, quando essa transpõe os limites da própria instituição. Comum, portanto, é que permanentemente a igreja tenha espaço social, admiração, respeito, e seja sempre alvo de homenagens, embora alguns dos seus integrantes possa, no decorrer da vida, formar imagens que também passam a merecer respeito, admiração, ocupando espaço, influência no corpo da sociedade. O Monsenhor Eraldo Barbosa parece ter sido uma dessas figuras, a conquistar prestígio público.

Muito se diz que a Igreja é a mais organizada das instituições: de qualquer modo ela tem a competência de se fazer presente e influente em todas as sociedades, ainda mesmo aquelas que não são cristãs de origem. Ao longo do tempo a igreja cometeu muitos pecados, mas fez, com sabedoria, a reciclagem que permitiu ao povo anistiar ou indulgenciar, pelo perdão, as façanhas inquisitoriais, por exemplo, que estão sendo evocadas pelos estudiosos de todo o mundo, inclusive no Brasil. Há um livro — O Queijo e os Vermes —, do italiano Carlo Ginzburg, que trata da questão da Inquisição, pondo em evidência um moageiro do interior da Itália, com seu pensar sobre as coisas da vida e do mundo, desafiando a doutrina católica, na fase mais dura da repressão ao luter-

nismo, que foi a contra-reforma. A organização da igreja tem sido posta em teste, seguidas vezes, resistindo a tudo.

Seu prestígio decorre não apenas dos mistérios que geram o devocionário, mas, sobretudo, da capacidade tática de ocupar espaços nas sociedades. Por menor que seja o agrupamento humano, lá está a igreja, instituindo um Oração e fazendo convergir, para aquele símbolo da fé, as pessoas. Depois do Oração, as casas de oração, capelas e igrejas, e todo um calendário anual que reúne, que congrega através de irmandades, de organizações de mães, ou de catecismo para as crianças, ou de grupos de jovens e de festeiros, a comunidade, de modo a influir no cotidiano das pessoas. Sobre tal poder junto a sociedade, há um trabalho, inédito em sua totalidade e conhecido em parte, elaborado em 1915, por Serafim de Santiago, sobre as festas de São Cristóvão. É um documento interessante e revelador, não apenas pela enumeração dos fatos culturais e religiosos do ano, mês a mês, dia a dia, mas e principalmente por mostrar o poder da igreja sobre o povo.

A igreja sergipana tem revelado grandes padres, que ganham a simpatia e o respeito do povo. Monsenhor Daltro, em Lagarto, foi figura respeitável no fim do século, por defender que para casar um homem deveria ter mais que a noiva, deveria possuir um cavalo e um pedaço, por pequeno que fosse, de terra para produzir seu sustento. O vigário Barroso, em São Cristóvão, tanto era enaltecido pelas suas relações políticas, como pela sua oratória, considerada das mais brilhantes. Dom José Vicente Távora, terceiro bispo de Aracaju, se fez querido, da forma como ainda é lembrado, pela mansidão de sua vida, inspirando a fraternidade e a justiça social. Padre Pedro, ainda hoje um homem quase santo, a percorrer as ruas de Aracaju, com sua batina surrada, suas mãos caridosas, seu jeito despojado e simples de ser, a merecer a veneration dos sergipanos. E assim, outros, muitos outros.

Monsenhor Eraldo Barbosa teve, a seu favor, a expansão de sua atuação eclesial. Mais que um padre, era um homem aberto, participante, que dedicou a sua atenção ao esporte, ligando-se ao Club Sportivo Sergipe. Em Capela, onde exerceu longamente o sacerdócio, se fez querido pela obra assistencial e educacional. Um senão, em sua vida, em sua vida leiga, foi a passagem pela direção da Biblioteca Pública do Estado. Lá, equivocadamente, sem assessoria, autorizou a venda de jornais velhos como papel imprestável desfalcando as antigas coleções de periódicos. No mais, homem aberto, amável, comunicativo, que soube cativar seus contemporâneos, construindo uma imagem que, na hora da morte, revelou-se pelo grande número de pessoas, de todas as idades, que deram o último adeus em Aracaju e em Capela. Mais uma vez, a igreja reafirmou seu prestígio e um dos seus padres, também prestigiado, foi pranteado."

A tarde — Terça-feira, 7 de julho de 1987

"RELIGIÃO MONSENHOR ERALDO BARBOSA

Um pouco tardiamente soube da infausta notícia do falecimento do Monsenhor Eraldo Barbosa,

Um velho companheiro de estudos e brincadeiras em nosso saudoso Seminário de Aracaju, onde ele era mais adiantado apenas um ano. Foi vigário de Divina Pastora, onde conheci sua família dirigida com muito carinho por sua avó e mãe de criação, que tão bondosamente tratava os colegas de seu filho, a muito querida "Mãe Tinha", a quem recordo com saudade. Calmo e trabalhador, logo conquistou a amizade e o respeito de seus paroquianos, desde o humilde cortador de cana, ao rico usineiro. Depois, transferido para Itabaiana, continuou seu trabalho apostólico, sobretudo na catequese e no confissãoário. Paróquia muito maior territorialmente, de mais densa população, multiplicou-se seu trabalho, com forte desafio que enfrentou com denodo e sempre redobrada energia. Nesta ocasião fui seu vizinho, como vigário de Campo do Brito. Sempre seu amigo, fui diversas vezes ajudá-lo um pouco, olhando e admirando sua maneira de cumprir suas obrigações paroquiais. A última vez que o vi foi em seu jubileu de ouro sacerdotal. Encontrei-o alegre, feliz em poder celebrar aquela data, satisfeito com a presença amiga de Dom Avelar, do Sr. Bispo de Penedo, de mais de 30 colegas que lhe foram levar, espontaneamente sua amizade e sua admiração. Trabalhou até o fim, até o dia em que foi levado para o hospital, numa luta árdua que nunca teve solução de continuidade, por mais de 50 anos, escrevendo uma larga folha de serviços e deixando-nos a marca de uma vida toda dedicada a Deus e às almas, dando sempre o bom exemplo do zelo paroquial, de vida sacerdotal.

Com o falecimento de Monsenhor Eraldo não só a Arquidiocese de Aracaju que perde um vigário operoso. É a Igreja do Brasil que sofre a perda de um padre que foi só, e acima de tudo, padre. Somos todos nós quem perdemos um colega exemplar. Sou eu que perco um grande e bom amigo com quem estudei, com quem brinquei, com quem trabalhei, com quem sempre tive as melhores relações. Só me resta lamentar a grande perda e rezar pelo descanso eterno de sua alma.

Padre Manoel Soares"

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Ignácio Ferreira.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Multifacetada, a crise socio-econômica por que passa o País reclama a necessidade de uma concertação política da sociedade, posto que sem a harmonia de seus mais diversos segmentos muito pouco ou quase nada se fará para solucionar-lá.

Aqui se infere a questão dos parâmetros políticos da problemática, de que trata a Assembléia Nacional Constituinte, em cuja missão assinala-se a busca do entendimento cívico, que pois diz respeito à paz social que se irá alcançar na convivência pacífica da ação produtiva.

De outro lado, pressionando negativamente o processo político, temos a situação estrutural inadequada ao desenvolvimento do processo político. É o que se vê na análise do quadro socio-econômico, onde a Nação se desarticula na mutualidade dos múltiplos interesses.

O conceito expendido pode ser aplicado à análise de diversas questões e as mais variadas situações, à vista de um grande desencontro entre todos os segmentos setoriais da população, a partir da desarticulação da conjuntura econômica.

A constatação é factual. Praticamente, independentemente de qualquer aprofundamento teórico, porque causa desorientação, angústia e sofridos anseios toda a sociedade brasileira nesta fase que pretendemos seja de curta transitoriedade.

Senhores Senadores,

Extraio de minhas observações e anotações sobre a conjuntura, para exemplo destas considerações, a situação de nítido empobrecimento da cafeicultura nacional, até o ano passado um vigoroso instrumento de captação de divisas em moeda estrangeira e, conseqüentemente, indispensável ao crescimento da economia interna.

Pois bem: sujeita à incompetência do Instituto Brasileiro do Café (IBC) — um órgão cuja extinção tem sido recomendada dentro do próprio Governo, mas estranhamente conservado a custos incedíveis em prejuízo da economia agrícola —, a cafeicultura definha ante a total falta de perspectiva de recuperação econômica.

Parece exagero, mas não o é: a economia cafeeira está hoje à mercê de eventos externos não necessariamente identificados com o interesse nacional. De maior produtor mundial de café, o Brasil, de um momento para outro, se vê na condição vexatória de caudatário no mercado internacional — como se fosse natural admitir-se uma tal situação depois de um intensivo programa de revigoração do setor durante cerca de 16 anos, a partir dos anos 70.

Sublinho este comentário a respeito do esfacelamento da cafeicultura nacional com a dramática situação em que se encontram os cafeicultores do Espírito Santo, responsáveis hoje pelos índices de maior produtividade do setor cafeeiro do País, afirmando e denunciando que os cafeicultores capixabas vivem momentos de desespero nunca antes observado em razão da queda de preços do produto.

O café, anatem Vossas Excelências, que alcançou no ano passado preços médios no patamar de Cz\$ 3.000 a saca, agora só remunera o cafeicultor com a saca no máximo a Cz\$ 2.000, variando sempre para baixo. Na verdade, computada a desvalorização inflacionária da moeda entre aquele momento e este, a atividade ficou desvalorizada em mais de 60 por cento.

A constatação se torna mais lamentável nas repercussões socio-econômicas do problema, que extrapola os limites do parque e cafeeiro, projetando-se na economia estadual, onde o café representava 30 por cento da arrecadação tributária e desceu a índices quase desprezíveis à falta da conseqüente falta de negócios no setor. Padecem os cafeicultores, sofre toda a população capixaba — como, de resto, devem estar afetadas todas as comunidades brasileiras dedicadas à produção de café.

Sr. Presidente,

Tomo às minhas palavras preambulares para proclamar a necessidade de um comportamento da Administração Federal que produza consequências de reaquecimento da economia cafeeira do País, quando nada na defesa dos objetivos do Plano Bresser, de recuperação da economia nacional.

Algumas atenções para a economia cafeeira ser-lhe-ão suficientes para demonstrar que o café não pode ser tão desprezado como instrumento de desenvolvimento socio-econômico.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado!

Sr. Presidente, Srs. Senadores

Quero agora passar a um outro assunto.

Quando os interesses econômicos se manifestam a partir de classes sociais mais organizadas e com maior poder de persuasão, o poder público logo ocorre em corresponder às pressões. É o caso, por exemplo, da indústria eletro eletrônica, da indústria automobilística e de outros setores mais organizados da economia nacional. Logo se lhes oferece como resposta a proteção da reserva de mercado, sob o pretexto, justificável, de que é indispensável o apoio governamental ao desenvolvimento de tecnologias próprias, capazes de nos libertar da dependência estrangeira.

Tal não ocorre, todavia, quando se trata de defender o crescimento do setor primário. É este, especificamente, o caso da agropecuária, onde nem mesmo os produtos básicos da alimentação do povo brasileiro, como um todo, alcançam razoável apoio governamental, não obstante sejam todos indiscutivelmente merecedores de apoio.

Agora mesmo chegam ao Espírito Santo os pleitos — mais do que isto, súplicas — dos pequenos produtores de alho, que este ano alcançaram uma safra recorde, de 7.400 toneladas do produto, no sentido de que a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP) do Ministério da Fazenda não deixe de consultar o interesse do produtor nacional quando do acordo, prestes a ser firmado com a Argentina, a Espanha e a China, para a importação de alho em grande escala.

Lembram os produtores de alho capixabas, a maioria dos quais localizada nos Municípios de Santa Leopoldina, Santa Teresa, Domingos Martins e Afonso Cláudio, que a produção recorde por eles alcançada este ano foi estimulada pelo Ministério da Agricultura, órgão governamental a que se deve a integração do Estado do Espírito Santo no Plano Nacional da Produção de Alho.

Em face disto, Senhor Presidente, os produtores de alho do Espírito Santo, como de resto todos os demais do País, estão justificadamente apreensivos. E não só diante do anunciado acordo comercial, mas também porque importadores e atacadistas de São Paulo têm sistematicamente rejeitado a comercialização do produto nacional, postando-se em favor do alho importado.

Então, Senhores Constituintes, é preciso também garantir um fôlego do mercado interno para os produtos agrícolas brasileiros, notadamente os alimentos. Ora, se considerarmos de justiça a reserva de mercado para produtos industriais de alta tecnologia, por que não oferecermos iguais incentivos ao desenvolvimento da produção de nossos produtos alimentares?

Afinal, mais do que aqueles, os alimentos são de prioridade indiscutível, ainda mais num País continental cujo processo de acelerada urbanização denuncia a necessidade urgente de desenvolvimento da agricultura. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) —

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, convocando uma extraordinária a realizar-se quarta-feira próxima, dia 26, às 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 115, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Ipiá, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário

— 2 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 116, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Diadema, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 419.400 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 3 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 117, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Jacareí, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 466.000 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 4 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 118, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Penápolis, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 178.571,43 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 5 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 119, de 1987, que retifica a Resolução nº 312, de 1986, que autorizou a Prefeitura Municipal de Jaguaquara, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 7.443.152,00 (sete milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta e dois cruzados), tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 6 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 120, de 1987, que retifica a Resolução nº 47, de 1987, que autorizou a Prefeitura Municipal de Palmas, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 3.721.576,00 (três milhões, setecentos e vinte e um mil, quinhentos e setenta e seis cruzados), tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 7 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 121, de 1987, que retifica a Resolução nº 389, de 1986, que autorizou o Governo do Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 3.180.370.480,00 (três bilhões, cento e oitenta milhões, trezentos e setenta mil, quatrocentos e oitenta cruzados), tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 8 —

Votação, em turno único do Projeto de Resolução nº 122, de 1987, que retifica a Resolução

nº 399, de 1986, que autorizou a Prefeitura Municipal de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 30.936.265,20 (trinta milhões, novecentos e trinta e seis mil, duzentos e sessenta e cinco cruzados e vinte centavos) tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 9 —

Discussão em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1987 (nº 126/86, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo de cooperação cultural e educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, celebrado em Brasília, a 1º de novembro de 1985 (dependendo de parecer).

— 10 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 278, de 1986, de autoria da Comissão Diretora, que cria, no Senado Federal, o Centro de Formação em administração legislativa e dá outras providências.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 95, de 1987, de autoria do Senador José Ignacio Ferreira, que solicita audiência da Comissão Diretora.)

— 11 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1987 (nº 7.678/86, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e dá outras providências (dependendo de parecer).

— 12 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1987, de autoria do Senador Lourenberg Nunes Rocha, que dispõe sobre a reposição florestal obrigatória, e dá outras providências (Dependendo de parecer).

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Na-dá mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 46 minutos)

**ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 44, DE 1987**

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de sua competência regimental, resolve:

Art. 1º Poderão ser autorizados a servirem em Gabinete de Senador, extra lotação, até dois servidores do Senado, sem prejuízo do vencimento e das vantagens percebidas a qualquer título.

Parágrafo único. Outros servidores que venham a ser autorizados além do limite previsto no caput deste artigo não perceberão retribuição por sessão extraordinária e por horas extras.

Art. 2º A designação será feita em observância às disposições específicas contidas nos arts. 55 e 59 do Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1987. — **Humberto Lucena — Jutahy Magalhães — Dirceu Carneiro — Aluizio Bezerra — João Lobo.**

**ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 45, De 1987**

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de sua competência regimental, resolve:

Art. 1º Nenhum requerimento de pagamento ou de ressarcimento de despesas com tratamento médico realizado no exterior será deferido sem que esteja instruído com os seguintes documentos:

I — atestado do médico que atendeu o paciente, com os dados referentes à enfermidade ocorrida; e

II — demonstrativo de custos discriminados e justificativa da conveniência e necessidade da sua realização no exterior, assinado pelo Diretor da Subsecretaria de Assistência Médica e Social.

Art. 2º Salvo caso de emergência, o requerimento deverá ser encaminhado previamente à ocorrência do atendimento médico, com a indicação dos custos estimados das despesas a serem efetuadas.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, o paciente ou seu responsável prestará conta das despesas efetivamente realizadas no prazo de 30 dias.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão Diretora, 20 de agosto de 1987. — **Humberto Lucena — Jutahy Magalhães — Aluizio Bezerra — Dirceu Carneiro.**

**ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 46, DE 1987**

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de sua competência regimental, resolve:

Art. 1º É revogado o art. 9º do Ato nº 21, de 1982, da Comissão Diretora.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão Diretora, 20 de agosto de 1987. — **Humberto Lucena — Jutahy Magalhães — Dirceu Carneiro — Aluizio Bezerra.**

**ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 47, DE 1987**

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, e nos termos que lhe confere o Regimento Interno, e nos termos dos artigos 7º, 57 e 512, Parágrafo 5º, do Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução nº 57, de 1976, e tendo em vista o que dispõe os Atos nº 18, de 1976, e 9, de 1980, resolve baixar o seguinte Ato:

Art. 1º Fica aprovada, na conformidade das discriminações dos Quadros I-A a V-B, anexos, republicação do Orçamento Interno do Fundo de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal.

— FUNDASEN; para o exercício financeiro de 1987.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de agosto de 1987. — **Humberto Lucena — Jutahy Magalhães — Dirceu Carneiro — Aluizio Bezerra — João Lobo.**



Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal

RECEITA

| | | | | | | | | | | | |
|--|---|----------------------------|-----------|---|---------------------|--|--|---|--|--------------|--|
| 01.00 - SENADO FEDERAL 02.00 - FUNDO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL - FUNDASEN | | RECURSO DE TODAS AS FONTES | | TIPO <input type="checkbox"/> PUBLICAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> REPUBLICAÇÃO | | SITUAÇÃO ANTERIOR <input type="checkbox"/> SITUAÇÃO ANTERIOR <input type="checkbox"/> SITUAÇÃO ATUAL | | EXERCÍCIO DE 1987 VIGÊNCIA JULHO/87 | | ANEXO I-A | |
| CÓDIGO | EMPREGAÇÃO | DE CUI 100 | RUBRICAS | FONTES | CATEGORIA ECONÔMICA | | | | | | |
| 1. | RECURSOS VINCULADOS, TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | | | 91.000,00 | | | | | | |
| | RECURSOS CONSIGNADOS NO ORÇAMENTO DA UNIÃO, NOS TERMOS DOS PARÁGRAFOS 3º E 4º DO ARTIGO 512, DA RESOLUÇÃO Nº 58, de 1972, COM NOVA REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 57, de 1976, AMBAS DO SENADO FEDERAL, A SEREM EXECUTADAS PELO FUNDASEN. | | | | | | | | | | |
| 2. | RECURSOS DE OUTRAS FONTES | | | | | | | | | | |
| 2.1. | RECEITAS CORRENTES | | | | 23.872.153,67 | | | | | | |
| | | | 91.000,00 | 50 | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|---|--|----------------------------|--|---|--|--|--|
| UNIDADE | | RECURSO DE TODAS AS FONTES | | TIP | | ANO | |
| 42.08 - SENADO FEDERAL 42.08 - FUNDO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL - FUNDASI | | | | <input type="checkbox"/> PUBLICAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> REPRODUÇÃO | | <input checked="" type="checkbox"/> SITUAÇÃO ANTERIOR <input type="checkbox"/> SITUAÇÃO ATUAL | |
| | | | | | | L 8 | |

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | EM CÂMBIO | PÚBLICAS | FONTES | CATEGORIA ECONÔMICA |
|---------------------|---|---------------------------|-------------------|---------------|---------------------|
| 2.1.1 | RECEITA OPERACIONAL ORIUNDA DE ÓRGÃO, DA UNIÃO, A SER EXECUTADA NOS TERMOS DO PARÁGRAFO 2º, DO ARTIGO 4º, DO ATO Nº 09, DE 1980, DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL. | 7.409,000,00 | 90 | | |
| 2.1.2 | SALDO POSITIVO DO FUNDASEN, VERIFICADO NO FIM DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1985 (PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 3º DO REGULAMENTO DO FUNDASEN, APROVADO PELO ATO Nº 18, DE 1976, DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL E ARTIGO 512 DO REGULAMENTO ADMINISTRATIVO DO SENADO FEDERAL, APROVADO PELA RESOLUÇÃO 58, DE 1972, COM NOVA REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 57, DE 1976. | 16.430.046,33 | 90 | | |
| 2.1.3 | SALDO ORÇAMENTÁRIO DO FUNDASEN, APURADO NO EXERCÍCIO DE 1985, NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 3º, DO REGULAMENTO DO FUNDASEN, APROVADO PELO ATO Nº 18, DE 1976, DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL E ARTIGO 512 DO REGULAMENTO ADMINISTRATIVO DO SENADO FEDERAL, APROVADO PELA RESOLUÇÃO 58, DE 1972, COM NOVA REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 57, DE 1976. | 31.577,73 | 90 | | |
| 2.1.4 | SALDO ORIUNDO DA REVERSAO A RECEITA DE SALDOS DE EMPENHOS INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR, CONSIDERADOS INSUBSISTENTES, NOS TERMOS DO ARTIGO 38 DA LEI Nº 4.320, DE 1964 | 1.529,61 | 90 | | |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | | 91.000,00 | RECEITAS DIVERSAS | | 23.872.153,67 |
| RECEITA PATRIMONIAL | | RECEITAS CORRENTES TOTAL | | 23.963.153,67 | |
| RECEITA INDUSTRIAL | | RECEITAS DE CAPITAL TOTAL | | | |
| TRANSF. CORRENTES | | RECEITA TOTAL | | 23.963.153,67 | |



Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal

RECEITA

| | | | | | | | |
|---|--|----------------------------|--|---|--|--|--|
| UNIDADE | | RECURSO DE TODAS AS FONTES | | TIP | | ANO | |
| 42.08 - SENADO FEDERAL 42.08 - FUNDO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL - FUNDASI | | | | <input type="checkbox"/> PUBLICAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> REPRODUÇÃO | | <input type="checkbox"/> SITUAÇÃO ANTERIOR <input checked="" type="checkbox"/> SITUAÇÃO ATUAL | |
| | | | | | | L - c | |

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | EM CÂMBIO | PÚBLICAS | FONTES | CATEGORIA ECONÔMICA |
|---------------------|---|---------------------------|----------|--------------------------|---------------------|
| 1 | RECURSOS VINCULADOS | | | | 100.000,00 |
| | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | | | |
| | RECURSOS CONSIGNADOS 1º ORÇAMENTO DA UNIÃO, NOS TERMOS DOS PARÁGRAFOS 3º E 4º DO ARTIGO 512, DA RESOLUÇÃO Nº 58, DE 1972, COM NOVA REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 57, DE 1976, AMBAS DO SENADO FEDERAL, A SEREM EXECUTADAS PELO FUNDASEN. | 100.000,00 | 50 | | |
| 2 | RECURSOS DE OUTRAS FONTES | | | | 78.900.000,00 |
| 2.1 | RECEITAS CORRENTES | | | | |
| 2.1.1 | RECEITA OPERACIONAL ORIUNDA DE ÓRGÃO, DA UNIÃO, A SER EXECUTADA NOS TERMOS DO PARÁGRAFO 2º, DO ARTIGO 4º, DO ATO Nº 09, DE 1980, DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL. | 8.744.662,25 | 90 | | |
| 2.1.2 | SALDO POSITIVO DO FUNDASEN, VERIFICADO NO FIM DOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 1985 e 1986 (PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 3º DO REGULAMENTO DO FUNDASEN, APROVADO PELO ATO Nº 18, DE 1976 DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL E ARTIGO 512 DO REGULAMENTO ADMINISTRATIVO DO SENADO FEDERAL, APROVADO PELA RESOLUÇÃO 58, DE 1972, COM NOVA REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 57, DE 1976). | 64.314.604,82 | 90 | | |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | | RECEITAS DIVERSAS | | RECEITAS CORRENTES TOTAL | |
| RECEITA PATRIMONIAL | | RECEITAS DE CAPITAL TOTAL | | RECEITA TOTAL | |
| RECEITA INDUSTRIAL | | | | | |
| TRANSF. CORRENTES | | | | | |


Prodasen

Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal

RECEITA

EXERCÍCIO DE

1987

PERÍODO DE

JULHO/87

62.86 - SENADO FEDERAL

62.86 - FUNDO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL - FUNDASEN

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

PUBLICAÇÃO

REPUBLICAÇÃO

TIPO

SITUAÇÃO ANTERIOR

SITUAÇÃO ATUAL


ANEXO

I - D

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | PUBLICAÇÃO | FONTES | CATEGORIA ECONÔMICA |
|--------|---|--------------|--------|---------------------|
| | 2.1.3. SALDO ORÇAMENTÁRIO DO FUNDASEN, APURADO NOS EXERCÍCIOS DE 1985 e 1986, NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 3º, DO REGULAMENTO DO FUNDASEN, APROVADO PELO ATO Nº 18, DE 1976, DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL E ARTIGO 512 DO REGULAMENTO ADMINISTRATIVO DO SENADO FEDERAL, APROVADO PELA RESOLUÇÃO 58, DE 1972, COM NOVA REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 57, DE 1976. | 5.497.577,73 | 90 | |
| | 2.1.4. SALDO ORIUNDO DA REVERSÃO À RECEITA DE SALDOS DE EMPÊNHOS INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR, CONSIDERADOS INSUBSISTENTES, NOS TERMOS DO ARTIGO 38 DA LEI Nº 4.320, DE 1964. | 343.155,17 | 90 | |
| | 2.1.5. PARCELA DECORRENTE DA CONVERSÃO MONETÁRIA, OBJETO DO DECRETO-LEI 2283/86. | 0.03 | 90 | |

| RECEITA TRIBUTÁRIA | RECEITA PATRIMONIAL | RECEITA INDUSTRIAL | TRANSFER. CORRENTES | RECEITAS DIVERSAS | RECEITAS CORRENTES TOTAL | RECEITAS DE CAPITAL TOTAL | RECEITA TOTAL |
|--------------------|---------------------|--------------------|---------------------|-------------------|--------------------------|---------------------------|---------------|
| - | - | - | 100.000,00 | 78.900.000,00 | 79.000.000,00 | - | 79.000.000,00 |

ASSINATURA


Prodasen

Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal

PROGRAMA DE TRABALHO

EXERCÍCIO DE

1987

PERÍODO DE

JULHO/87

67.64 - SENADO FEDERAL

67.64 - FUNDO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL - FUNDASEN

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

PUBLICAÇÃO

REPUBLICAÇÃO

TIPO

SITUAÇÃO ANTERIOR

SITUAÇÃO ATUAL

ANEXO

II - A

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | PROJETOS | ATIVIDADES | TOTAL |
|----------|--|----------|---------------|---------------|
| | LEGISLATIVA | | | 23.963.153,67 |
| | ADMINISTRAÇÃO | | | 23.963.153,67 |
| | PROCESSAMENTO DE DADOS | | | 23.963.153,67 |
| 01070244 | FUNDO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL - FUNDASEN | | | |
| 095000 | RECURSOS PRÓPRIOS | | 23.963.153,67 | |
| TOTAL | | | 23.963.153,67 | 23.963.153,67 |

ASSINATURA

Prodasen
Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal

PROGRAMA DE TRABALHO

Exercício de 1987
Mês JULHO/87

UNIDADE: 62.66 - SENADO FEDERAL
62.66 - FUNDO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL-FUNDASEN

RECURSOS DE TODAS AS FONTES:

Tipo: ☐ PUBLICAÇÃO ☐ SITUAÇÃO ANTERIOR
☒ RENOVIAÇÃO ☒ SITUAÇÃO ATUAL

ANEXO: II - 2

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | EM CL\$ 100 | | TOTAL |
|--------------------|--|-------------|---------------|---------------|
| | | PROJETOS | ATIVIDADES | |
| 01070244 095000 | LEGISLATIVA | | | 79.000.000,00 |
| | ADMINISTRAÇÃO | | | 79.000.000,00 |
| | PROCESSAMENTO DE DADOS | | | 79.000.000,00 |
| | FUNDO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL - FUNDASEN | | | 79.000.000,00 |
| | RECURSOS PRÓPRIOS | | 79.000.000,00 | |
| TOTAL | | | 79.000.000,00 | 79.000.000,00 |

418/87

Prodasen
Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal

NATUREZA DA DESPESA

Exercício de 1987
Mês JULHO/87

UNIDADE: 62.66 - SENADO FEDERAL
62.66 - FUNDO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL-FUNDASEN

RECURSOS DE TODAS AS FONTES:

Tipo: ☐ PUBLICAÇÃO ☒ SITUAÇÃO ANTERIOR
☒ RENOVIAÇÃO ☐ SITUAÇÃO ATUAL

ANEXO: III - A

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | EM CL\$ 100 | ORÇAMENTOS | DÍGIT. APROVADOS | OUTRAS FONTES | CAT. TODA E ELEMENTOS |
|---------|------------------------------------|-------------|------------|------------------|---------------|-----------------------|
| | | | | | | |
| 4.0.0.0 | DESPESAS DE CAPITAL | | | | | 23.963.153,67 |
| 4.1.0.0 | INVESTIMENTOS | | | | | 23.963.153,67 |
| 4.1.2.0 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | 31.000,00 | 23.872.153,67 | 23.963.153,67 |
| 418/87 | | | | | | |

| PRINCIPAL E ENCARGOS SOCIAIS | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | TOTAL DESPESAS CORRENTES | INVESTIMENTOS | INSCRIÇÕES FINANCEIRAS | TRANSFER. DE CAPITAL | TOTAL R\$ DE CAPITAL | TOTAL GERAL |
|------------------------------|---------------------------|--------------------------|---------------|------------------------|----------------------|----------------------|---------------|
| - | - | - | 23.963.153,67 | - | - | 23.963.153,67 | 23.963.153,67 |

418/87

Prodasen
Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal

EXERCÍCIO DE 1987
MÊS DE JULHO/87
ANO III - B

NATUREZA DA DESPESA

UNIDADE: 62.66 - SENADO FEDERAL
62.66 - FUNDO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL - FUNDASIN

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

Tipo: ☐ PUBLICAÇÃO ☐ SITUAÇÃO ANTERIOR
☒ REPRODUÇÃO ☒ SITUAÇÃO ATUAL

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | EM R\$ 100 | ORDINÁRIOS | DIRET. ARRECADADA | OUTRAS FONTES | CAT. ECON. E ELEMENTOS |
|---------|------------------------------------|------------|------------|-------------------|---------------|------------------------|
| 4.0.0.0 | DESPESAS DE CAPITAL | | | | | 79.000.000,00 |
| 4.1.0.0 | INVESTIMENTOS | | | | | 79.000.000,00 |
| 4.1.2.0 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | | 100.000,00 | 78.900.000,00 | 79.000.000,00 |

TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL: 79.000.000,00

TOTAL GERAL: 79.000.000,00

ASSINATURA: [Assinatura]

Prodasen
Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal

EXERCÍCIO DE 1987
MÊS DE JULHO/87
ANO III - A

NATUREZA DA DESPESA

UNIDADE: 62.66 - SENADO FEDERAL
62.66 - FUNDO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL - FUNDASIN

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

Tipo: ☐ PUBLICAÇÃO ☒ SITUAÇÃO ANTERIOR
☒ REPRODUÇÃO ☐ SITUAÇÃO ATUAL

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | EM R\$ 100 | SUBSIDIÁRIO E NON | CATEGORIA ECONÔMICA |
|---------|------------------------------------|------------|-------------------|---------------------|
| 4.0.0.0 | DESPESAS DE CAPITAL | | | 23.963.153,67 |
| 4.1.0.0 | INVESTIMENTOS | | | 23.963.153,67 |
| 4.1.2.0 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | 23.963.153,67 | 23.963.153,67 |

TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL: 23.963.153,67

TOTAL GERAL: 23.963.153,67

ASSINATURA: [Assinatura]

Prodasen
Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal

NATUREZA DA DESPESA

UNIDADE: 02.06 - SENADO FEDERAL
02.03 - FUNDO DE INFORMATICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL - FUNDASI

RECUPERAÇÃO DE TODAS AS FONTES

TIPO: ☐ PUBLICAÇÃO ☐ SITUAÇÃO ANTERIOR
☒ REPRODUÇÃO ☒ SITUAÇÃO ATUAL

ANO: 1987
MÊS: JULHO/87
FOLHA: IV - 8

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | SUPLEMENTO E ITENS | EM C\$ 100 ELEMENTO | CATEGORIA ECONÔMICA |
|---------|------------------------------------|--------------------|------------------------|---------------------|
| 4.0.0.0 | DESPESAS DE CAPITAL | | | 79.000.000,00 |
| 4.1.0.0 | INVESTIMENTOS | | | 79.000.000,00 |
| 4.1.2.0 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | 79.000.000,00 | 79.000.000,00 |

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS: OUTRAS DESPESAS CORRENTES: TOTAL DESPESAS CORRENTES: TOTAL DESPESAS DE CAPITAL: TOTAL GERAL: 79.000.000,00 79.000.000,00

ASSINATURA

Prodasen
Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA DESPESA
SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS


UNIDADE: 02.06 - SENADO FEDERAL
02.03 - FUNDO DE INFORMATICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL - FUNDASI

TIPO: ☐ PUBLICAÇÃO ☒ REPRODUÇÃO ☒ SITUAÇÃO ANTERIOR ☐ SITUAÇÃO ATUAL

ANO: 1987
MÊS: JULHO/87
FOLHA: V - A

| RECEITA | | | DEPESA | | |
|---------------------------------|---------------|---------------|---------------------|---------------|---------------|
| ESPECIFICAÇÃO | PARCIAL | TOTAL | ESPECIFICAÇÃO | PARCIAL | TOTAL |
| RECEITA CORRENTES | | 23.963.153,67 | SUPERATIV | | 23.963.153,67 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 91.000,00 | | | | |
| RECURSOS DE OUTRAS FONTES | 23.872.153,67 | | | | |
| | | 23.963.153,67 | | | 23.963.153,67 |
| SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE | | 23.963.153,67 | DESPESAS DE CAPITAL | | 23.963.253,67 |
| | | | INVESTIMENTOS | 23.963.153,67 | |
| | | 23.963.153,67 | | | 23.963.153,67 |

ASSINATURA



Prodasen

Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal

**DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA DESPESA
SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**

OPÇÃO DE
1987
31/08/87

UNIDADE

52.95 - FUNDO FISCAL

52.95 - FUNDO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL - PRODASEN

TIPO

☐ PUBLICAÇÃO ☒ REPUBLICAÇÃO ☐ SITUAÇÃO ANTERIOR ☒ SITUAÇÃO ATUAL

ANEXO

V - B

| RECEITA | PARCIAL | TOTAL | DESPESA | PARCIAL | TOTAL |
|---------------------------------|---------------|---------------|---------------------|---------------|---------------|
| RECEITAS CORRENTES | | 79.000.000,00 | SUPERATIV | | 79.000.000,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 100.000,00 | | | | |
| RECURSOS DE OUTRAS FONTES | 78.900.000,00 | | | | |
| | | 79.000.000,00 | | | 79.000.000,00 |
| SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE | | 79.000.000,00 | DESPESAS DE CAPITAL | | 79.000.000,00 |
| | | | INVESTIMENTOS | 79.000.000,00 | |
| | | 79.000.000,00 | | | 79.000.000,00 |

ATO DO PRESIDENTE Nº 194, DE 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 013899/87-2, resolve aposentar, por invalidez, Nilson Simões da Luz, Técnico Legislativo, Classe "Especial", Referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos dos artigos 101, inciso I, e 102, inciso I, alínea "b", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso III, § 2º, 429, inciso III, 430, inciso IV e V, e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972, e artigos 2º, parágrafo único, e 3º, da Resolução SF nº 358, de 1983, e artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985, e artigo 1º da Lei nº 1.050, de 1950, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 102, § 2º, da Constituição Federal.

Senado Federal, 21 de agosto de 1987. — **Humberto Lucena**, Presidente.

PORTARIA Nº 18, DE 1987

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, no uso das suas atribuições regimentais, resolve de-

signar José Benício Tavares da Cunha Mello, João Mugayar e Roberto Velloso para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Inquérito, incumbida de apurar os fatos constantes dos Processos nº 013615/87-4 e 004913/87-6.

Senado Federal, 21 de agosto de 1987. — Senador **Jutahy Magalhães**, Primeiro-Secretário.

PORTARIA Nº 22, DE 1987

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 215 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 482, parágrafo 1º, do mesmo Regulamento, resolve designar Djalma José Pereira da Costa, Assessor Legislativo, Paulo Irineu Portes, Técnico Legislativo e Juliano Lauro da Escossia Nogueira, Técnico Legislativo para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos constantes nos Processos nº 013530/87-9, 011068/87-6 e 013027/87-5.

Senado Federal, 21 de agosto de 1987. — **José Passos Pôrto**, Diretor-Geral.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

3ª Reunião Ordinária, realizada em 9 de julho de 1987

Aos nove dias do mês de julho do ano de hum mil novecentos e oitenta e sete, às dezesseis horas, sob a presidência do Senhor Deputado Gustavo de Faria e com a presença do Senhor Vice-Presidente Senador Odacir Soares e Senhores Conselheiros Deputado Valmir Campelo, Deputada Anna Maria Rattes, Dr. Antoni Geraldo Guedes, Senhor Manoel José de Souza e Senhora Léa Fonseca Silva, reúne-se, ordinariamente, o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, a fim de tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, o Senhor Presidente inicia os trabalhos concedendo a palavra ao Senhor Conselheiro Dr. Geraldo Guedes que preconizou a mudança do IPC para Banco do Congresso, sugerindo fosse feita consulta às autoridades federais e da Fazenda no sentido de ser examinada a consecução da medida. Disse o Senhor Conselheiro Dr. Geraldo Guedes que o Instituto está parado no tempo e que o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil vivem em Brasília exclusivamente dos recursos do Congresso Nacional, recursos que poderiam estar

sendo aplicados em favor do próprio Congresso. Em seguida o Senhor Presidente anunciou a discussão e votação das Resoluções nº 14 e 15 que dispõem sobre revisão das pensões e das gratificações dos servidores à disposição do IPC. Usou da palavra o Senhor Conselheiro Manoel José de Souza que sugeriu a criação de uma tabela de funções gratificadas que seriam criadas no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, para os servidores colocados à disposição do IPC. O Senhor Conselheiro Deputado Valmir Campelo propõe seja enviada correspondência aos Senhores Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal solicitando a providência. O Senhor Presidente deu prosseguimento aos trabalhos designando relatores para a Prestação de Contas do mês de abril ao Senhor Conselheiro Dr. Geraldo Guedes e de maio ao Senhor Conselheiro Manoel José de Souza que tecendo comentários sobre os recursos que fazem parte da Receita do IPC e que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados não estão repassando ao Instituto. É o caso, segundo o Senhor Conselheiro Manoel José de Souza, dos descontos oriundos das diárias dos Congressistas faltosos, cujo montante é retido pelas duas Casas, pertencendo por lei ao IPC. O Senhor Conselheiro Dr. Geraldo Guedes acrescentou que existem certos ganhos, como a ajuda de Gabinete e outros que não passam de subsídios, sobre os quais poderiam incidir o desconto das contribuições em favor do Instituto. O Senhor Presidente procede à distribuição dos processos aos diversos relatores, na seguinte ordem: Conselheira Léa Fonseca Silva, processo referentes ao pagamento da contribuição dos casados, a saber: Clovis Ferro Costa (nº 1090/87), David José Lerer (nº 0012/87), Maria Lúcia Mello Souza Martins (nº 1034/87) e Maurílio Ferreira Lima (nº 1138/87), todos com pareceres favoráveis; Conselheiro Manoel José de Souza, processos sobre concessão de pensão, a saber: Antonio Carlos Valadares (nº 1035/87), Henrique Antonio Santillo (nº 1004/87), Iturival Nascimento (nº 1081/87), Walkyria Lomba Cavalcanti (nº 1067), Tanira Sessy Loureiro (nº 420/86) e Osvaldo Nascimento da Silva (nº 1002/87), com pareceres favoráveis; Conselheiro Deputado Valmir Campelo, processos sobre auxílio-doença, a saber: Alba Cavalcanti de Albuquerque (nº 1106/87), Álvaro Lins Caval-

canti (nº 1086/87), Antônio Carneiro Arnaud (nº 1087/87), Breno Braz de Faria (nº 1140/87), Homero Santos (nº 1104/87), Honorina da Luz Nascimento Mello (nº 1080/87), José Fábio de Andrade Mendes (nº 1103/87), José Mandelli Filho (nº 1037/87), José Ruy da Silveira Lino (nº 1057/87), Marcos Nogueira Magalhães (nº 1082/87), Maria Betânia Ferreira Maia (nº 1033/87), Nelson Joaquim de Oliveira (nº 1112/87), Norberto Coutinho (nº 1088/87), Rômulo Neves da Cunha (nº 1118/87), Rosemary Peter Candido (nº 1005/87), Tânia Regina Girardi Alves (nº 1003/87) e Vencez Rodrigues Alves (nº 1149/87), todos com pareceres favoráveis; Conselheiro Dr. Geraldo Guedes, processos de integralização da carência, a saber: Altívir Leal (nº 1006/87) e Walter Ribeiro Casanova (nº 999/87), ambos com pareceres favoráveis; igualmente ao Conselheiro Dr. Geraldo Guedes os processos de averbação de mandato a saber: Agripino de Oliveira Lima (nº 1066/87), Assis Canuto (nº 1070/87), Caio Sérgio Pompeu de Toledo (nº 1071/87) e Raimundo Monteiro de Rezende (nº 1031/87), todos com pareceres favoráveis. Colocados em discussão, foram todos aprovados por unanimidade. Em seguida o Senhor Conselheiro Dr. Geraldo Guedes sugeriu diligências junto às autoridades competentes para ser examinada a destinação do IPC, área de terra para a construção da sua sede. Em continuação, foram ainda apreciados e igualmente aprovados os processos de inscrição dos seguintes seguradores facultativos: Alberto Pereira da Silva, Alvaro Cabral, Carlos Augusto da Silva, Clerio Nunes, Deonice Caixeta, Edia Dias Pinheiro, Elias Alves Nascimento, Eufrasio Pereira da Silva, Ephigênia da Luz de Souza, Francisco de Assis Galvão de Carvalho, Fabio Gondim Pereira da Costa, Francisco Severino da Cruz, Francisca Ferreira de Lima, Francisca Dalva da Silva Nunes, Guilherme Malheiro da Rocha Pinto, Giovani José de Souza, Hamílto Vieira Ramos, Helena Macedo Pereira, Helena Castelo Branco Rangel, Irdval Pereira Borges, Ilda Guimarães Souto, José Queiroz Araújo Filho, Josane Vitor de Oliveira Carneiro, José Ribeiro Silva, José Luiz de Araújo, Marta Helena Pinto Ferreira, Maria Lúcia Pinheiro, Orlando José Guimarães Soares, Pedro de Alencar Dantas, Sylvia Farias de Albuquerque, Walbia Vânia de Farias Lora, Wilmar Cavacanti Rizzo Filha, Wanderley Espindola Pessoa, Wilmar Marinho Vasconcelos, Antonio Dias Rosa, Antonio Jacques dos Santos Oliveira, Antoni Geraldo Pereira Ferraz, Adriana de

Oliveira Poreto, Adriano Braga, Allan Rosa Nazario de Oliveira, Aloar Rodrigues, Almir Fernandes Leite, Amneres Santiago Pereira Mauricio, Ayrton Jorge Clapo, Beatriz Mendes Lacerda, Baltazar de Oliveira Gomes, Carlos Domingos Bimbato, Cleunice dos Santos, Celina Tavares da Cunha Mello, Cilene de Sá Guimarães, Delzuite Macedo de Avelar, Euripédes Barsanulfo de Moraes, Eunice Elena da Silva, Etelvino Lins Almeida Machado, Francisco Vieira Trindade, Francisco de Jesus Nunes Carvalho, Graciliano Ferreira Filho, Guilherme Zanina Schelb, Guilherme Müller Neto, Gertrudes Francisca da Conceição, Gilson Cintra, Ivanilde Pereira Dias, Ivo José da Silva, Ivoanilde Americo Ferreira, José Fernando dos Santos Agnello, José Tadeu de Amorim, José Walter Pereira Barbosa, Lilia Fernandes Innecco, Maria Alves da Silva, Maria Dalva do Nascimento, Maria de Cassia Freire Gomes, Maria Beatriz dos Santos, Maria Farias Trigueiros, Maria Efigênia Pinto, Marlene Viana Lima Ferreira, Mariana Balby Silva, Marcelo Pires Vieira, May Wolf, Marcio Garcia Parente, Monica Monteiro Cocus, Mauro Evangelista Esteves, Marcos Cesar Santos de Vasconcelos, Nazaré Coelho de Matos, Nauiles Ramos de Jesus, Oto da Silva Maia, Pedro Pintor, Quintino Sidronio da Silva, Raphael Casteliano, Ricardo Lima de Aguiar, Rita de Cássia da Silva Roberto, Regina Flora da Costa Pereira, Ronaldo Cesar da Silveira, Sandra Maria de Moura Barbosa, Severina Oliveira Lagares, Silvia Maria Pinto Gonzales, Sirley Almeida da Silva, Terezinha Wrubleski Costa, Ubiratan Bandeira, Ulgano Abrão Simão, Valdecir Pereira dos Santos, Almir Aparecido Alves de Oliveira, Carlos Antonio Reis, Edson Alves Cavalcanti Neto, Felipe dos Reis Barros, Francisco Carnaúba de Souza, José Carlos Santos, José Pinto de França, José Wellington Santana Santos, Lilio Chaves Cabral, Luciene de Araújo Moreno, Melácia Oliveira Ferreira, Mauricio Alves Ribeiro, Rita de Cássia Silveira e Silva, Robinson Tavares de Araújo, Shirley Marcia dos Santos, Vera Lúcia Rodrigues, Victoria Maria Pereira Mello, Wilham Xavier da Silva, Wellington Silva, Walbison Tavares de Araújo, Wandyck Jonas da Silva, Arnaldo Gomes, Agostinho Ferreira Leite, Angela Mancuso Attié, Helvécio de Lima Camargo, Emilia Maria de Araújo Carvalho e Luiz Antonio Rocha. Nada mais havendo a tratar, é encerrada a reunião às dezessete horas e quinze minutos. E, para constar, eu, Arnaldo Gomes, Secretário, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Gustavo de Faria.